PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ/ME nº 34.274.233/0001-02
NIRE 33300013920

MANUAL DE PARTICIPAÇÃO E PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Data: 15 de abril de 2021
Horário: 9 horas

PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ/ME nº 34.274.233/0001-02
NIRE 33300013920

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
A SER REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2021

ÍNDICE

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 3

EXPOSIÇÃO AOS ACIONISTAS E PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO 6

INFORMAÇÕES GERAIS 10

ANEXO I COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA 14

ANEXO II PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL PARA O EXERCÍCIO SOCIAL A SER ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 80

ANEXO III PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 81

ANEXO IV INFORMAÇÕES SOBRE OS CANDIDATOS AO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA 87

ANEXO V INFORMAÇÕES DA SEÇÃO 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA 97

PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ/ME nº 34.274.233/0001-02
NIRE 33300013920

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
A SER REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2021

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Conselho de Administração da **PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.** ("**Companhia**") convoca os acionistas para a Assembleia Geral Ordinária ("**AGO**"), a ser realizada no dia 15 de abril de 2021, às 9 horas, **de modo exclusivamente digital**, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada ("**Instrução CVM 481**"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias:

(i) apreciação do relatório da administração da Companhia, das contas dos administradores da Companhia, das demonstrações financeiras da Companhia, do parecer dos auditores independentes e do parecer do Conselho Fiscal da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020;

(ii) aprovação da proposta de orçamento de capital da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2021;

(iii) aprovação da destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, incluindo a distribuição de dividendos;

(iv) eleição dos membros do Conselho Fiscal da Companhia; e

(v) fixação do montante global da remuneração dos administradores da Companhia, bem como a remuneração dos membros do Conselho Fiscal da Companhia e dos membros dos comitês estatutários de assessoramento ao Conselho de Administração da Companhia.

Instruções e Informações Gerais:

Em razão das medidas restritivas impostas pelas autoridades competentes durante a pandemia da COVID-19 e conforme autorizado pelo artigo 21-C, parágrafo 3º, da Instrução CVM 481, **a AGO será realizada de modo exclusivamente digital**, podendo os senhores acionistas participar e votar por meio do sistema eletrônico a ser disponibilizado pela Companhia ou exercer o direito de voto mediante uso do Boletim de Voto (conforme abaixo definido), em ambos os casos nos termos previstos na Instrução CVM 481.

Observados os procedimentos previstos neste edital de convocação para a AGO ("**Edital de Convocação**") e na proposta da administração para a AGO ("**Proposta da Administração**"), para participar e votar, por meio de sistema eletrônico, o acionista deverá enviar solicitação à Companhia para o endereço de e-mail ri@br.com.br, até 2 (dois) dias antes da data de realização da AGO (isto é, até às 9 horas do dia 13 de abril de 2021), consoante o previsto no artigo 5º, parágrafo 3º, da Instrução CVM 481, e enviar à Companhia os documentos indicados neste edital de convocação da AGO e na proposta da administração da AGO. Em resposta ao e-mail, a Companhia enviará aos senhores acionistas, que manifestarem seu interesse em participar na

AGO por meio do sistema eletrônico e que, após a análise dos documentos enviados e comprovação da titularidade das ações, estejam aptos a participar da AGO, as regras para participação e os procedimentos necessários e suficientes para acesso e utilização do sistema eletrônico pelo acionista.

Em observância do previsto no artigo 5º, parágrafo 3º, da Instrução CVM 481, a Companhia solicita aos senhores acionistas que pretendam participar e votar, por meio de sistema eletrônico, na AGO que apresentem, em até 2 (dois) dias antes da data da sua respectiva realização (isto é, até às 9 horas do dia 13 de abril de 2021): **(i)** comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou em custódia, na forma do artigo 126 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**"), e/ou relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente datado de até 2 (dois) dias úteis antes da data de envio do documento para a Companhia; e **(ii)** instrumento de mandato, devidamente regularizado na forma da lei e do estatuto social da Companhia, na hipótese de representação por procurador. Os senhores acionistas ou seus representantes legais deverão, ainda, apresentar, em conjunto com os demais documentos necessários, documentos que comprovem a sua identidade e os seus poderes, conforme o caso.

Os instrumentos de mandato deverão **(i)** ter sido outorgados há menos de 1 ano e para procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, observado que **(a)** se pessoa jurídica: o acionista pode ser representado por seus representantes legais ou por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras da Lei nº 10.406, 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("**Código Civil**"), não havendo necessidade, neste caso, de que o procurador seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira; e **(b)** se fundo de investimento: o acionista por ser representado pelo seu administrador e/ou gestor (conforme o caso) ou, ainda, por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras do Código Civil, não havendo necessidade, neste caso, de que o procurador seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira; e **(ii)** ser acompanhados dos documentos que comprovem os poderes de representação e identidade do outorgante e do outorgado, conforme o caso.

Solicitamos aos senhores acionistas que depositem ou enviem por correspondência os referidos documentos: **(i)** para a sede social da Companhia, situada no Edifício Lubrax, na Rua Correia Vasques, nº 250, 4º andar, Cidade Nova, cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 20211-140, aos cuidados da Gerência de Relacionamento com Investidores da Companhia; ou **(ii)** para o endereço de e-mail da Gerência de Relacionamento com Investidores (ri@br.com.br), no prazo de até 2 (dois) dias antes da data de realização da AGO (isto é, até às 9 horas do dia 13 de abril de 2021), nos termos do artigo 5º, parágrafo 3º, da Instrução CVM 481.

Sem prejuízo da possibilidade de participar e votar, por meio de sistema eletrônico, na AGO e observados os procedimentos previstos na Instrução CVM 481, no Formulário de Referência da Companhia e as instruções contidas na proposta da administração para a AGO, o acionista poderá exercer o seu respectivo direito de voto por meio de preenchimento e entrega do boletim de voto à distância ("**Boletim de Voto**") disponibilizado pela Companhia nos *websites* da Companhia (www.br.com.br/ri), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("**B3**") (www.b3.com.br).

Sem prejuízo da possibilidade de participar e votar na AGO, conforme instruções contidas neste Edital de Convocação e na Proposta da Administração, **a Companhia recomenda aos seus acionistas que utilizem e seja dada preferência ao Boletim de Voto** para fins de participação na AGO, evitando que problemas decorrentes de equipamentos de informática ou de conexão à

rede mundial de computadores dos acionistas prejudiquem o exercício do seu direito de voto na AGO.

A Companhia informa que as instruções para o exercício do voto à distância, por meio do Boletim de Voto, constam da proposta da administração para a AGO.

Todos os documentos pertinentes à ordem do dia a serem analisados ou discutidos na AGO, incluindo este Edital de Convocação, a Proposta da Administração, bem como aqueles exigidos nos termos do artigo 133 da Lei das Sociedades por Ações e na forma da Instrução da CVM 481, encontram-se disponíveis aos senhores acionistas, a partir desta data, na Gerência de Relações com Investidores da Companhia, localizada no 4º andar do Edifício Lubrax, e nos *websites* da Companhia (www.br.com.br/ri), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br).

Rio de Janeiro, 16 de março de 2021.

Edy Luiz Kogut
Presidente do Conselho de Administração

PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ/ME nº 34.274.233/0001-02
NIRE 33300013920

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
A SER REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2021

EXPOSIÇÃO AOS ACIONISTAS E PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas,

A administração da Petrobras Distribuidora S.A. ("**Companhia**") apresenta aos senhores sua proposta acerca das matérias a serem submetidas à deliberação de V. Sas. na Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 15 de abril de 2021, às 9 horas, **de modo exclusivamente digital**, nos termos da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada ("**Instrução CVM 481**" e "**AGO**", respectivamente).

(i) Apreciação do relatório da administração da Companhia, das contas dos administradores da Companhia, das demonstrações financeiras da Companhia, do parecer dos auditores independentes e do parecer do Conselho Fiscal da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

A administração da Companhia propõe a V. Sas. a aprovação do relatório da administração da Companhia, das contas dos administradores da Companhia, das demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do parecer dos auditores independentes da Companhia e do parecer do Conselho Fiscal da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, conforme aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 9 de março de 2021.

O relatório da administração da Companhia, as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e do parecer do Conselho Fiscal da Companhia, juntamente com o Formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, encontram-se disponíveis para consulta nos *websites* da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") (www.cvm.gov.br), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("**B3**") (www.b3.com.br) e da Companhia (www.br.com.br/ri), nos termos da Instrução CVM 481.

Ainda em conformidade com o artigo 9º, inciso I, da Instrução CVM 481, os comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos da seção 10 do Formulário de Referência da Companhia, constam do **Anexo I** à presente proposta.

(ii) Aprovação da proposta de orçamento de capital da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Em cumprimento ao disposto no artigo 25, parágrafo 1º, da Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, e para os fins do artigo 196 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**"), a administração da Companhia propõe a adoção de orçamento de capital para o exercício

social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2021, na forma do **Anexo II** à presente proposta.

(iii) Aprovação da destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, incluindo a distribuição de dividendos.

A Companhia apurou, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, lucro líquido no valor de R$3.905.494.261,44 (três bilhões, novecentos e cinco milhões, quatrocentos e noventa e quatro mil, duzentos e sessenta e um reais e quarenta e quatro centavos), evidenciado na demonstração de resultados constantes das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 ("**Lucro Líquido**"). A administração da Companhia propõe a seguinte destinação do Lucro Líquido:

(a) a destinação de R$136.375.011,00 (cento e trinta e seis milhões, trezentos e setenta e cinco mil e onze reais), equivalente a aproximadamente 3,5% (três vírgula cinco por cento) do Lucro Líquido, para a reserva legal de que trata o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações;

(b) a destinação de R$412.295,05 (quatrocentos e doze mil, duzentos e noventa e cinco reais e cinco centavos) para a reserva de incentivos fiscais;

(c) a distribuição de R$2.305.206.951,34 (dois bilhões, trezentos e cinco milhões, duzentos e seis mil, novecentos e cinquenta e um reais e trinta e quatro centavos), equivalente a aproximadamente 61,2% (sessenta e um vírgula dois por cento) do Lucro Líquido ajustado para determinação dos dividendos, nos termos da legislação aplicável, a título de (1) juros sobre capital próprio já declarados e quitados, no valor de R$498.127.018,06 (quatrocentos e noventa e oito milhões, cento e vinte e sete mil e dezoito reais e seis centavos); e (2) dividendos no valor de R$1.807.079.933,28 (um bilhão, oitocentos e sete milhões, setenta e nove mil, novecentos e trinta e três reais e vinte e oito centavos) – a serem pagos em duas parcelas –, em todos os casos, a serem imputados ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório; e

(d) a retenção de R$1.463.500.004,05 (um bilhão, quatrocentos e sessenta e três milhões, quinhentos mil e quatro reais e cinco centavos), prevista no orçamento de capital a ser deliberado pela AGO, nos termos do item (ii) desta proposta, conforme artigo 196, *caput*, da Lei das Sociedades por Ações.

Em conformidade com o artigo 9º, parágrafo único, inciso II, da Instrução CVM 481, a proposta completa de destinação do Lucro Líquido da Companhia, incluindo informações adicionais a serem avaliadas pelos acionistas, nos termos do Anexo 9-1-II da Instrução CVM 481, constam do **Anexo III** à presente proposta.

(iv) Eleição dos membros do Conselho Fiscal da Companhia.

Na AGO haverá a eleição de 3 (três) membros efetivos do Conselho Fiscal, bem como seus respectivos suplentes, para um mandato vigente até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Novas indicações de membros do Conselho Fiscal deverão atender aos requisitos e vedações da Lei de Sociedades por Ações, encaminhando à Companhia, o nome completo e qualificação dos candidatos e o formulário de requisitos adicionais de integridade constante na Política de Indicação, que se encontra disponível no seguinte endereço eletrônico: https://ri.br.com.br/governanca-corporativa/estatuto-codigos-e-politicas/.

Em conformidade com o artigo 10, inciso I da Instrução CVM 481, as informações sobre os candidatos ao Conselho Fiscal da Companhia, nos termos dos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência, encontram-se disponíveis no **Anexo IV** à presente proposta.

A Companhia esclarece que apresentará oportunamente as informações dos demais membros que eventualmente venham a ser indicados para compor o Conselho Fiscal, conforme seja necessário nos termos da regulamentação aplicável.

(v) Fixação do montante global da remuneração dos administradores da Companhia, bem como a remuneração dos membros do Conselho Fiscal da Companhia e dos membros dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração da Companhia.

A administração da Companhia propõe à AGO a aprovação do montante global da remuneração global dos administradores da Companhia (isto é, para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária) no montante de até R$58.677.960,00 (cinquenta e oito milhões, seiscentos e setenta e sete mil, novecentos e sessenta reais), sendo (i) R$ R$16.560.000,00 (dezesseis milhões, quinhentos e sessenta mil reais) referentes aos membros do Conselho de Administração; e (ii) R$ R$42.117.960,00 (quarenta e dois milhões, cento e dezessete mil, novecentos e sessenta reais) referentes aos membros da Diretoria, aplicável ao período de abril de 2021 a março de 2022.

O valor do montante global acima inclue os honorários fixos, a remuneração variável, a outorga de opções e os benefícios diretos e indiretos, inclusive a previsão de pagamento de benefício motivado pela eventual cessação antecipada do exercício do cargo dos membros da Diretoria Estatutária (considerando o total de membros e prazo máximo de do benefício). Cabe destacar que, no caso da remuneração variável, está sendo considerada a superação de todas as metas, acarretando no valor máximo possível a ser despendido nos programas.

Também no montante de remuneração variável está incluindo valor referente à remuneração baseada em opções de compras de ações, dentro do programa de incentivo de longo prazo, para os membros do Conselho de Administração. Já havia sido previsto na proposta da administração para Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de julho de 2020, que os membros do Conselho de Administração fariam jus à outorga de opções de compra de ações por mandato, isto é, de dois em dois anos, a partir de 2021. Referido plano de incentivo de longo, é oportuno recordar, foi elaborado pela Korn Ferry, renomada consultoria de atuação global, reconhecida pela sua notória expertise, com forte atuação no segmento de remuneração estratégica de executivos. Este tipo de plano funciona como um complemento fundamental ao plano de atração e retenção de talentos.

Com relação à remuneração dos membros titulares do Conselho Fiscal, propõe-se o montante de R$810.000,00 (oitocentos e dez mil reais) para o período de abril de 2021 a março de 2022, observado o previsto no artigo 162, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações.

No que tange à remuneração dos membros dos comitês estatutários de assessoramento ao Conselho de Administração, propõem-se o montante de R$3.276.000,00 (três milhões, duzentos e setenta e seis mil reais) para o período de abril de 2021 a março de 2022.

Cabe destacar que os valores acima foram elaborados com base em pesquisas de mercado, sendo previamente submetidos à apreciação do Comitê de Pessoas da Companhia.

Por fim, de acordo com o artigo 23, inciso I, do estatuto social da Companhia, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre a distribuição individual do montante de remuneração dos administradores da Companhia, bem como a dos membros comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, em observância à legislação aplicável e os demais normativos da Companhia.

Em observância ao disposto no artigo 12 da Instrução CVM 481, além da proposta de remuneração dos administradores acima, a Companhia apresenta as informações da seção 13 do Formulário de Referência no **Anexo V** à presente proposta.

PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ/ME nº 34.274.233/0001-02
NIRE 33300013920

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
A SER REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2021

INFORMAÇÕES GERAIS

1 Instalação da AGO

A Assembleia Geral Ordinária ("**AGO**") instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas representando, no mínimo, 1/4 (um quarto) do capital social total com direito a voto da Companhia e, em segunda convocação, mediante a publicação de novo edital, instalar-se-á com qualquer número de acionistas presentes.

2 Orientações para participação dos acionistas na AGO

A participação dos acionistas na AGO poderá ser pessoal, por procurador devidamente constituído, observado o disposto no artigo 126 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**"), ou por meio dos mecanismos de votação à distância.

2.1 Participação remota na AGO por meio de sistema eletrônico

Em razão das medidas restritivas impostas pelas autoridades competentes durante a pandemia da COVID-19 e conforme autorizado pelo do artigo 21-C, parágrafo 3º, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada ("**Instrução CVM 481**"), **a AGO será realizada de modo exclusivamente digital**, podendo os senhores acionistas participar e votar por meio do sistema eletrônico a ser disponibilizado pela Companhia ou exercer o direito de voto mediante uso do Boletim de Voto (conforme abaixo definido), conforme instruções contidas na presente proposta da administração para a AGO ("**Proposta da Administração**"), em ambos os casos nos termos previstos na Instrução CVM 481. O acionista que porventura enviar Boletim de Voto também poderá, caso queira, cadastrar-se para participar da AGO por meio do sistema eletrônico, desde que a solicitação seja realizada em observância aos procedimentos e aos prazos previstos na presente Proposta da Administração. Nesse caso, se o acionista desejar votar nas matérias da AGO durante a sua respectiva participação por meio do sistema eletrônico, **a Companhia esclarece que todas as instruções de voto recebidas por meio de Boletim de Voto identificado por meio do número de inscrição de tal acionista no cadastro no Ministério da Economia, seja de pessoa jurídica (CNPJ/ME) ou de pessoa física (CPF/ME), conforme o caso, serão desconsideradas**, nos termos do artigo 21-C, parágrafo 2º, inciso II, e do artigo 21-W, parágrafo 5º, inciso II, ambos da Instrução CVM 481.

Observados os procedimentos previstos no edital de convocação para a AGO ("**Edital de Convocação**") e na presente Proposta da Administração, para participar e votar, por meio de sistema eletrônico, o acionista deverá enviar solicitação à Companhia para o endereço

de e-mail ri@br.com.br, em até 2 (dois) dias antes da data de realização da AGO (isto é, até às 9 horas do dia 13 de abril de 2021), conforme previsto no artigo 5º, parágrafo 3º, da Instrução CVM 481, e enviar à Companhia os documentos indicados no Edital de Convocação e na presente Proposta da Administração. Em resposta ao e-mail, a Companhia enviará aos senhores acionistas, que manifestarem seu interesse em participar na AGO por meio do sistema eletrônico e que, após a análise dos documentos enviados e comprovação da titularidade das ações, estejam aptos a participar da AGO, as regras para participação e os procedimentos necessários e suficientes para acesso e utilização do sistema eletrônico pelo acionista.

O acionista cadastrado poderá participar da AGO por meio do sistema eletrônico com recursos de vídeo e áudio, devendo os senhores acionistas manter as suas respectivas câmeras ligadas durante todo o curso da AGO com o fim de assegurar a autenticidade das comunicações, exercendo seus direitos de manifestação e voto por meio da plataforma disponibilizada.

Visando à segurança da AGO, o acesso ao sistema eletrônico será restrito aos senhores acionistas da Companhia que se credenciarem no prazo previsto (isto é, até às 9 horas do dia 13 de abril de 2021), nos termos da presente Proposta da Administração. Dessa forma, caso os senhores acionistas não enviem a solicitação de cadastramento no prazo acima referido, não será possível que a Companhia garanta a participação de tais acionistas remotamente na AGO.

Para participar e votar, por meio de sistema eletrônico, no âmbito da AGO, os senhores acionistas deverão comprovar a qualidade de detentores de ações emitidas pela Companhia, por meio dos seguintes documentos:

(i) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou em custódia, na forma do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, e/ou, relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, datado de, no máximo, 2 (dois) dias úteis antes da data de envio do documento para a Companhia;

(ii) instrumento de mandato, devidamente regularizado na forma da lei (incluindo, mas sem se limitar, o artigo 126, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações);

(iii) cópia de documento de identificação, reconhecido legalmente como tal, com foto recente e validade nacional, dentro do prazo de validade, caso aplicável, em se tratando de pessoa física;

(iv) cópia dos atos constitutivos atualizados e do ato que investe o representante de poderes bastantes para representação no âmbito da AGO, no caso de pessoa jurídica; e

(v) cópia dos atos constitutivos atualizados do acionista e do seu respectivo administrador e/ou gestor (conforme o caso), bem como do ato que investe o representante de poderes bastantes para representação no âmbito da AGO, no caso de fundos de investimento.

A Companhia esclarece que, para a AGO e em razão dos impactos decorrentes da pandemia da COVID-19, **a Companhia dispensará a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos acionistas para o escritório da Companhia, bem como o reconhecimento de firma do outorgante na procuração para**

representação do acionista, a notarização, a consularização, o apostilamento e a tradução juramentada dos documentos de representação do acionista, sendo, contudo, necessária a apresentação da tradução juramentada dos documentos que não tenha sido originalmente lavrados em português, inglês ou espanhol.

A Companhia solicita que os acionistas representados por procuradores enviem por correspondência à sede da Companhia ou por e-mail, com **antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis**, os documentos acima elencados, conforme abaixo:

Por correspondência:

Rua Correia Vasques, nº 250, 4º andar, Cidade Nova, cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Brasil, CEP 20211-140
A/C: Gerência de Relacionamento com Investidores

Por *e-mail*:

A/C: Gerência de Relacionamento com Investidores
E-mail: ri@br.com.br
Assunto: BR – Assembleia Geral

Ainda para fins de participação na AGO por meio de sistema eletrônico, a Companhia solicita que os senhores acionistas acessem a plataforma com 30 minutos de antecedência em relação ao horário de início da AGO.

Em caso de dúvidas de acesso ou sobre o uso da plataforma digital pelos senhores acionistas que desejarem participar da AGO, a Companhia se coloca à disposição para auxiliá-los, de modo a facilitar ao máximo a participação na AGO, por meio do e-mail e do telefone que serão disponibilizados pela Companhia em conjunto com as regras para participação e os procedimentos necessários e suficientes para acesso e utilização do sistema eletrônico pelo acionista. No entanto, a Companhia não se responsabilizará por problemas operacionais ou de conexão que os senhores acionistas venham a enfrentar, bem como por qualquer outra eventual questão que venha a dificultar ou impossibilitar a participação dos senhores acionistas na AGO por meio eletrônico decorrente de incompatibilidade ou defeitos de seus dispositivos eletrônicos.

Por fim, a Companhia esclarece que, consoante o previsto no artigo 21-C, parágrafo 1º, inciso II, da Instrução CVM 481, a AGO será integralmente gravada e, nos termos do artigo 21-V, parágrafo 1º, da Instrução CVM 481, o acionista devidamente credenciado que participar da AGO por meio do sistema eletrônico será considerado presente e assinante da respectiva ata.

2.2 Participação mediante envio do Boletim de Voto

O boletim de voto à distância deve ser preenchido caso o acionista opte por exercer o seu direito de voto a distância, nos termos da Instrução CVM 481 (“**Boletim de Voto**”). Nesse caso, é imprescindível que o boletim seja preenchido com o nome (ou denominação social) completo do acionista e o número de inscrição no cadastro no Ministério da Economia, seja de pessoa jurídica (CNPJ) ou de pessoa física (CPF), além de um endereço de e-mail para eventual contato. Além disso, para que o Boletim de Voto seja considerado válido e os votos nele proferidos sejam contabilizados no quórum da AGO, as seguintes instruções deverão ser observadas: (i) os campos do boletim deverão estar devidamente preenchidos; e (ii) o acionista ou seu(s) representante(s) legal(is), conforme o caso e nos termos da legislação vigente, deverá(ão) assinar o Boletim de Voto.

Nesse caso, o acionista que optar por exercer o seu direito de voto à distância por meio do envio do Boletim de Voto diretamente à Companhia, deverá encaminhar os seguintes documentos **(i)** para a sede social da Companhia, situada no Edifício Lubrax, na Rua Correia Vasques, nº 250, 4º andar, Cidade Nova, cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 20211-140, aos cuidados da Gerência de Relacionamento com Investidores da Companhia; ou **(ii)** para o endereço de e-mail da Gerência de Relacionamento com Investidores (ri@br.com.br), aos cuidados da Gerência de Relações com Investidores da Companhia e assegurar que a Companhia os receba **até 7 dias antes da data da AGO**:

(a) via física ou cópia digitalizada no caso do envio por *e-mail*, do Boletim de Voto relativo à AGO devidamente preenchido, rubricado e assinado; e

(b) cópia autenticada dos seguintes documentos:

(i) ***para pessoas físicas***: documento de identidade com foto (RG, RNE, CNH ou passaporte) do Acionista;

(ii) ***para pessoas jurídicas***: documento de identidade com foto (RG, RNE, CNH ou passaporte) do representante legal e último estatuto ou contrato social consolidado em conjunto com os documentos societários que comprovem a representação legal do Acionista; e

(iii) ***para fundos de investimento***: documento de identidade com foto (RG, RNE, CNH ou passaporte) do representante legal, último regulamento consolidado do fundo e estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo em conjunto com os documentos societários que comprovem os poderes de representação.

A Companhia**, excepcionalmente para esta AGO, dispensará a apresentação dos originais, bem como o reconhecimento de firma dos Boletins de Voto assinados no território brasileiro e a notarização e apostilamento daqueles assinados fora do país.**

O Boletim de Voto que estiver desacompanhado da documentação necessária à comprovação da condição de acionista ou à comprovação de sua representação não será considerado válido e, em consequência, não será processado pela Companhia, podendo, contudo, ser corrigido e reenviado pelo acionista à Companhia, observados os prazos e procedimentos estabelecidos na Instrução CVM 481.

A Companhia comunicará o acionista se os documentos recebidos são suficientes ou não para que o voto seja considerado válido, em até 3 dias úteis do recebimento dos documentos.

Os acionistas detentores de ações de emissão da Companhia que estejam depositadas em depositária central poderão transmitir as instruções de voto para preenchimento do Boletim de Voto por meio dos seus respectivos agentes de custódia, caso estes prestem esse tipo de serviço.

Os acionistas poderão também realizar a transmissão de suas instruções de voto ao escriturador das ações da Companhia, o Banco Bradesco S.A., na forma do item 12.2 do Formulário de Referência da Companhia.

O Boletim de Voto encontra-se disponível no website de Relações com Investidores da Companhia (www.br.com.br/ri) e no website da CVM (www.cvm.gov.br/).

ANEXO I – COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA

(nos termos da seção 10 do Formulário de Referência, conforme Instrução da CVM nº 480/2009 e Instrução da CVM nº 481/2009)

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os termos “nós”, “nosso”, “Companhia” ou “BR”, quando utilizados nesta seção do Formulário de Referência, referem-se ou significam, conforme o caso, à Petrobras Distribuidora S.A. e suas controladas, exceto se expressamente indicado de forma diferente.

A discussão a seguir contém declarações sobre estimativas futuras que refletem as expectativas atuais da Companhia que envolvem riscos e incertezas. Os resultados futuros e o calendário dos eventos podem diferir materialmente daqueles contidos nestas declarações sobre estimativas futuras devido a uma série de fatores, incluindo, sem limitações, os estabelecidos na seção “4. Fatores de Risco” do Formulário de Referência e outros assuntos estabelecidos no Formulário de Referência.

As informações financeiras contidas nos itens 10.1 a 10.9 devem ser lidas em conjunto com (i) as demonstrações financeiras da Companhia consolidadas e auditadas para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 e suas respectivas notas explicativas. Nossas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“**IFRS**”), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“**IASB**”), e as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as práticas contábeis previstas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“**CPC**”) e aprovados pela CVM.

Dessa forma, as informações, as avaliações, as opiniões e os comentários dos diretores da Companhia, ora apresentados, traduzem a visão e percepção de tais diretores sobre as atividades, negócios e desempenho da Companhia, bem como visam a fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar (i) demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018; (ii) as mudanças nas principais linhas dessas demonstrações financeiras de exercício para exercício; e (iii) os principais fatores que explicam tais alterações.

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara medidas derivadas ou rubricas das demonstrações financeiras da Companhia com o fim de determinar a respectiva evolução ao longo de um período de tempo. A Análise Vertical corresponde à representatividade, em termos percentuais, de rubricas das demonstrações de resultado em relação às receitas de vendas da Companhia em um determinado período, ou de saldos de contas de balaços patrimoniais da Companhia em relação ao ativo total em determinada data.

(a) condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria da Companhia revisa regularmente as métricas de liquidez e financeira descritas abaixo para avaliar os seus negócios.

	Em 31 de dezembro de		
(Em milhões de R$, exceto os índices)	**2020**	**2019**	**2018**
Patrimônio líquido	12.207	8.766	9.686

Caixa e equivalentes de caixa[1]	3.358	2.362	3.057
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios FIDC	-	-	190
Dívida bruta[2]	8.049	6.775	5.603
Dívida financeira líquida[3]	4.691	4.413	2.356
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	3.905	2.211	3.193
EBITDA LTM Ajustado[4]	3.811	3.132	2.558
Dívida financeira líquida/EBITDA LTM Ajustado	1,23	1,41	0,92
Índice de Liquidez Corrente[5]	1,92	1,42	2,81
Índice de Endividamento Total[6]	1,32	1,95	1,62

(1) **Caixa e equivalentes de caixa** - estão representados por numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo, com alta liquidez, sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, que são prontamente conversíveis em caixa, com vencimento em até três meses da data de aquisição.

(2) **Dívida Bruta** - calculado pela soma dos valores circulante e não circulante de financiamentos cessão de direitos creditórios e arrendamentos circulante e não circulante e Instrumento Financeiro Derivativo – *Swap*.

(3) **Dívida financeira líquida** - calculada pelo resultado dos financiamentos circulantes e não circulantes acrescidos da Cessão de direitos creditórios circulante e não circulante, Arredamentos circulante e não circulante e Instrumento Financeiro Derivativo – *Swap* (em conjunto "**Dívida Bruta**") subtraída do caixa e equivalentes de caixa e do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("**FIDC**"). A Companhia utiliza a dívida financeira líquida para mensurar o capital necessário para quitar os instrumentos de dívida.

(4) **EBITDA LTM Ajustado** - significa o EBITDA Ajustado da Companhia para os doze meses (quatro trimestres) mais recentemente encerrados.

(5) **Índice de Liquidez Corrente** - índice que relaciona a liquidez de curto prazo da Companhia, calculado por meio da divisão do ativo circulante pelo passivo circulante.

(6) **Índice de Endividamento Total** - índice representado pela soma do passivo circulante e do passivo não circulante dividido pelo patrimônio líquido.

Em 31 de dezembro de 2020, o ativo circulante da Companhia foi de R$13.351 milhões, superior em R$6.409 milhões o passivo circulante, que foi de R$6.942 milhões, representando um índice de liquidez corrente de 1,92. Em 31 de dezembro de 2019, o ativo circulante da Companhia foi de R$12.225 milhões, e superou em R$3.626 milhões o passivo circulante, que foi de R$8.599 milhões, representando um índice de liquidez corrente de 1,42. Os diretores entendem que esse aumento na liquidez corrente ocorreu, principalmente, em função da estratégia de adequação do perfil de dívidas da Companhia, com vistas ao aumento do prazo médio, diversificação de credores e instrumentos, sobretudo em face da concentração de vencimentos que ocorreu em abril de 2020. O alongamento do prazo médio da dívida da companhia, passou de 1,4 para 2,3 anos.

Em 31 de dezembro de 2019, o ativo circulante da Companhia foi de R$12.225 milhões, superior em R$3.626 milhões o passivo circulante, que foi de R$8.599 milhões, representando um índice de liquidez corrente de 1,42. Em 31 de dezembro de 2018, o ativo circulante da Companhia foi de R$12.803 milhões, e superou em R$8.242 milhões o passivo circulante, que foi de R$4.561 milhões, representando um índice de liquidez corrente de 2,81. Os diretores entendem que essa redução na liquidez corrente ocorreu, principalmente, em função da transferência das parcelas dos financiamentos do não circulante (longo prazo) para o circulante (curto prazo) no montante de R$3.832 milhões, com destaque para as debêntures do Itaú com vencimento em abril de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020, o índice de endividamento total foi de 1,32, uma redução de 0,63 se comparado ao índice de endividamento total verificado em 31 de dezembro de 2019 que foi 1,95. Os diretores entendem que essa redução é referente, principalmente, ao aumento de R$3.441 milhões no patrimônio líquido em razão dos seguintes eventos: (a) lucro líquido do exercício no montante de 3.905 milhões; (b) dos ganhos atuarias na remensuração, em 2020, do passivo atuarial do plano de pensão e saúde no montante de R$1.063 milhões; (c) da constituição da reserva de

capital, em função do programa de remuneração baseado em ações, no montante de R$4 milhões, parcialmente compensados pelas seguintes destinações; (d) dos dividendos adicionais propostos de 2019, no montante de R$534 milhões; (e) dos juros sobre capital próprio de 2020, no montante de R$498 milhões; e (f) dos dividendos complementares ao mínimo obrigatório de 2020, no montante de R$499 milhões.

Em 31 de dezembro de 2019, o índice de endividamento total foi de 1,95, um aumento de 0,33 se comparado ao índice de endividamento total verificado em 31 de dezembro de 2018 que foi 1,62. Os diretores entendem que esse aumento é referente, principalmente, aos seguintes eventos: (i) reconhecimento inicial dos arrendamentos em função da adoção do IFRS 16 - *Leases* que passou a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2019, no montante de R$771 milhões. O IFRS 16 eliminou a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, requerida pelo IAS 17. Assim, passou a existir um único modelo, no qual, os arrendamentos de longo prazo resultam no reconhecimento de ativos referentes aos direitos de uso dos ativos arrendados e o passivo financeiro referente aos pagamentos previstos nos arrendamentos; (ii) adição de novos contratos de financiamentos de curto prazo no montante de R$530 milhões; e (iii) redução de R$920 milhões no patrimônio líquido em razão dos seguintes eventos: (a) da destinação dos dividendos complementares propostos de 2018 no montante de R$2.199 milhões; (b) destinação dos juros sobre capital próprio de 2019 no montante de R$540 milhões; (c) das perdas atuarias na remensuração, em 2019, do passivo atuarial do plano de pensão e saúde no montante de R$342 milhões; (d) dos dividendos complementares ao mínimo obrigatório no montante de R$50 milhões, parcialmente compensados pelo lucro líquido do exercício, no montante de R$2.211 milhões.

Com base nas informações acima destacadas, bem como considerando a geração de caixa e o índice de endividamento da Companhia mencionados acima, a Diretoria da Companhia entende que possui as condições de geração de caixa, patrimoniais e financeiras suficientes para (i) implementar os seus planos de negócios e investimentos e (ii) cumprir com suas obrigações financeiras de curto e longo prazo.

Mais informações sobre o resultado operacional da Companhia estão apresentadas no item 3.2 do Formulário de Referência.

(b) estrutura de capital

Os diretores da Companhia entendem que a Companhia possui estrutura de capital adequado ao cumprimento de suas obrigações de curto e longo prazo e à condução de suas operações, considerando sua estratégia de negócios e de crescimento.

	Em 31 de dezembro de		
Consolidado *(Em milhões de reais – R$, exceto os índices)*	**2020**	**2019**	**2018**
Patrimônio Líquido (Capital Próprio)	12.207	8.766	9.686
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante (Capital de Terceiros)	16.120	17.100	15.659
Passivo Total (Capital de Terceiros + Patrimônio Líquido)	28.327	25.866	25.345
Capital de Terceiros / Passivo Total	56,9%	66,1%	61,8%
Patrimônio Líquido / Passivo Total	43,1%	33,9%	38,2%

Capital Próprio (Patrimônio Líquido)

Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido da Companhia era de R$12.207 milhões. Em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio líquido da Companhia era de R$8.766 milhões. Os diretores entendem que esta variação positiva de R$3.441 milhões, ou 39,3%, decorreu em razão dos seguintes eventos: (i) lucro líquido do exercício, no montante de 3.905 milhões; (ii) dos ganhos atuarias na remensuração, em 2020, do passivo atuarial do plano de pensão e saúde no montante de R$1.063 milhão; (iii) da constituição da reserva de capital, em função do programa de remuneração baseado em ações, no montante de R$4 milhões, parcialmente compensados pelas seguintes destinações: (iv) dos dividendos adicionais propostos de 2019, no montante de R$534 milhões; (v) dos juros sobre capital próprio de 2020, no montante de R$498 milhões; e (vi) dos dividendos complementares ao mínimo obrigatório de 2020, no montante de R$499 milhões.

Em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio líquido da Companhia era de R$8.766 milhões. Em 31 de dezembro de 2018, o patrimônio líquido da Companhia era de R$9.686 milhões. Os diretores entendem que esta variação negativa de R$920 milhões, ou 9,5%, decorreu em razão dos seguintes eventos: (i) da destinação dos dividendos complementares propostos de 2018 no montante de R$2.199 milhões; (ii) destinação dos juros sobre capital próprio de 2019 no montante de R$540 milhões; (iii) das perdas atuarias na remensuração, em 2019, do passivo atuarial do plano de pensão e saúde no montante de R$342 milhões; (iv) dos dividendos complementares ao mínimo obrigatório no montante de R$50 milhões, parcialmente compensados pelo lucro líquido do exercício, no montante de R$2.211 milhões.

Capital de Terceiros

Em 31 de dezembro de 2020, o capital de terceiros era de R$16.120 milhões, representando uma redução de R$980 milhões se comparado ao verificado em 31 de dezembro de 2019, que era de R$17.100 milhões. Os diretores entendem que essa redução é explicada, principalmente, aos seguintes eventos: (i) redução de R$3.341 milhões nas obrigações com os planos de pensão e saúde, com destaque para o ganho reconhecido no resultado do exercício proveniente da implantação de um novo modelo de plano de saúde no montante de R$2.132 milhões, bem como do ganho atuarial pela remensuração dos planos de pensão e saúde no montante de R$1.252 milhões; (ii) aumento de R$1.800 milhão nos financiamentos, em função da adição de novos contratos no montante de R$4.713 milhões, variação cambial no montante de R$467 milhões, parcialmente compensado pelas amortizações de principal no montante de R$3.396 milhões; e (iii) aumento de R$417 milhões nos dividendos mínimos obrigatórios em função do maior lucro líquido do exercício.

Em 31 de dezembro de 2019, o capital de terceiros era de R$17.100 milhões, representando um aumento de R$1.441 milhões se comparado ao verificado em 31 de dezembro de 2018, que era de R$15.659 milhões. Os diretores entendem que esse aumento é explicado, principalmente, aos seguintes eventos: (i) reconhecimento inicial dos arrendamentos em função da adoção do IFRS 16 que passou a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2019, no montante de R$771 milhões. O IFRS 16 eliminou a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, requerida pelo IAS 17. Assim, passou a existir um único modelo, no qual, os arrendamentos de longo prazo resultam no reconhecimento de ativos referentes aos direitos de uso dos ativos arrendados e o passivo financeiro referente aos pagamentos previstos nos arrendamentos; e (ii) adição de novos contratos de financiamentos de curto prazo no montante de R$530 milhões.

(c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Tendo em vista o nível de geração de caixa operacional da Companhia e sua capacidade de acessar recursos provenientes de empréstimos e financiamentos no mercado financeiro e mercado

de capitais, a Diretoria acredita ter plenas condições de honrar os compromissos financeiros assumidos.

Considerando o perfil de financiamento da Companhia em 31 de dezembro de 2020, de R$2.082 milhões no passivo circulante e R$5.675 milhões no passivo não circulante, bem como sua posição de caixa e equivalentes de caixa de R$3.358 milhões na mesma data, a Diretoria acredita que a Companhia apresenta plena capacidade de pagamento de todas as suas obrigações financeiras. Adicionalmente, entende-se que a Companhia apresenta fluxo de caixa e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas e outras dívidas a serem pagas nos próximos anos.

A Companhia conta com diversas opções para manter sua capacidade de honrar com suas obrigações, tais como: (i) geração operacional de caixa; e (ii) acesso ao mercado financeiro e mercado de capitais.

Em janeiro de 2020, a agência de classificação de risco Moody's atribuiu os ratings Ba1 e Aaa para a Companhia (BRDT3), indicando perspectiva estável. Esta primeira avaliação posiciona a Emissora um *note* acima do rating dos títulos do governo brasileiro, que é Ba2 reforçando a boa qualidade creditícia da Companhia.

A Diretoria entende que a qualidade de seu portfólio de ativos, resultados e situação patrimonial registrados nos últimos exercícios proporciona plena capacidade de acessar o mercado de crédito assegurando a liquidez necessária para cumprir suas obrigações de curto e médio prazos, relacionadas e adequada à condução de suas operações e atividades de investimento necessárias para o cumprimento de seu plano estratégico.

(d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

A Companhia realiza investimentos em capital de giro e ativos não circulantes, utilizando a própria geração de caixa operacional e financiamentos de terceiros, conforme descritos no item "f." abaixo deste item 10.1. Os diretores da Companhia acreditam que o fluxo de caixa operacional é suficiente para que a Companhia satisfaça às suas necessidades de liquidez futura, sendo possível ainda a captação de recursos adicionais, caso haja necessidade.

A Companhia capta recursos por meio de operações no mercado financeiro e mercado de capitais, quando necessário, os quais são empregados no financiamento de suas necessidades de capital de giro e investimentos de curto e longo prazo. Os empréstimos da Companhia em aberto em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 estão detalhados no item 10.1(f) abaixo.

Os diretores da Companhia esclarecem, por fim, que estas iniciativas são recorrentes e seguem o curso normal dos negócios da Companhia dentro de uma gestão prudente do seu passivo financeiro. O prazo médio da dívida bruta da Companhia em 31 de dezembro de 2020 era de 2,3 anos, em 31 de dezembro de 2019 era de 1,4 anos e em 31 de dezembro de 2018 era de 2,4 anos.

(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia pretende financiar o capital de giro e os investimentos em ativos não circulantes através dos saldos de caixa e equivalentes de caixa de sua geração futura de caixa operacional, e de operações de captação de recursos no mercado financeiro e no mercado de capitais, caso seja necessário. As operações de captação são precedidas de avaliações de necessidade de caixa, custo e níveis de alavancagem da Companhia. Para tanto, as modalidades de captação de recursos escolhidas devem estar de acordo com as melhores opções disponíveis no mercado, considerando-

se as expectativas de custo, prazo, garantias e demais condições de captação de cada modalidade e sua adequação aos objetivos estratégicos da Companhia.

São consideradas as premissas estabelecidas quando da confecção do *Business Plan* ("**BP**") para as necessidades de captação de recursos da Companhia e a manutenção da sua capacidade de financiar suas atividades, seja por empréstimos, ou por outros meios. Dentre estes devem ser consideradas as premissas estabelecidas quando da confecção do BP, para as necessidades de captação de recursos da Companhia.

Na contratação de operações de captações têm preferência aquelas que apresentarem o menor custo, levando-se em consideração, inclusive, os riscos embutidos, as expectativas de variação cambial e de taxas de juros, observada a capacidade de performance, o histórico de relacionamento e reciprocidade da instituição com a Companhia.

(f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Em 31 de dezembro de 2020, a dívida bruta ajustada da Companhia era de R$8.049 milhões em comparação com a dívida bruta de R$6.775 milhões ao final do exercício social de 2019. O aumento ocorreu principalmente pela rolagem R$3.518 milhões da 1ª emissão de debêntures da Companhia. com vencimento em abril de 2020, que foi feita através do aditamento da escritura de emissão das debêntures com o objetivo de alterar o vencimento de R$750 milhões para 2025 e através de novas captações no valor total de R$2.733 milhões, bem como em função das captações de curto prazo realizadas em março e abril de 2020, no início da pandemia da COVID-19, no valor de R$1.980 milhões. O endividamento líquido registrado foi de R$4.691 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de 6,3% ou R$278 milhões em comparação a 31 de dezembro de 2019. Em dezembro de 2020, a Companhia contava com 74,3% de seu endividamento bruto contabilizado no longo prazo e 25,7% no curto prazo.

Em 31 de dezembro de 2019, a dívida bruta da Companhia era de R$6.775 milhões (20,9% superior em comparação com a dívida bruta de R$5.603 milhões ao final do exercício social de 2018). O aumento ocorreu principalmente pelo a emissão de Notas de Crédito À Exportação ("**NCE**") em novembro de 2019. O endividamento líquido registrado foi de R$4.413 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de 87,3% ou R$2.057 milhões em comparação a 31 de dezembro de 2018. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia contava com 35,9% de seu endividamento bruto contabilizado no longo prazo e 61,4% no curto prazo, sendo que em 31 de dezembro de 2018 a Companhia contava com 95,2% de seu endividamento bruto contabilizado no longo prazo e 4,8% no curto prazo.

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A tabela abaixo apresenta as principais características dos contratos de empréstimo e financiamento relevantes em vigor em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, sendo que para fins deste item, a Companhia considerou como relevantes as operações financeiras com valor principal contratado igual ou superior a R$200 milhões:

(Valores em R$ milhões)							
Contrato	**Credor**	**Taxa de Juros**	**Valor do principal**	**Saldo em 31 de dezembro de**			**Vencimento**
				2020	**2019**	**2018**	
1ª emissão de debêntures	Itaú*	111,57% CDI	3.518	-	3.557	3.567	15/04/2020
	Itaú	CDI + 0,89%	750	753	-	-	15/04/2025
Contrato de Locação Basul e 1º Aditivo Locação Lubrax (Expansão Lubrax) - (lastro para CRI 73º Série)	RB Capital	IPCA + 6,84%	350	250	309	360	17/02/2023

Contrato de Locação – Bapon – (lastro para CRI 99ª Série)	RB Capital	IPCA + 4,09%	235	181	208	229	19/02/2025
Contrato de Locação – Bapon e Basul – (lastro para CRI 100ª Série)	RB Capital	IPCA + 4,98%	277	339	344	348	18/02/2032
Escritura de Emissão de Debêntures (lastro para CRA 9ª Série)	Cibrasec	98% CDI	480	481	487	486	14/07/2022
Escritura de Emissão de Debêntures (lastro para CRA 10ª Série)	Cibrasec	100% CDI	204	204	206	206	12/07/2024
Escritura de Emissão de Debêntures (lastro para CRA 11ª Série)	Cibrasec	IPCA + 5,5914%	278	309	294	286	14/07/2025
Notas de Crédito à Exportação	Santander	CDI + 0,85%	500	-	503	-	27/11/2020
Notas de Crédito à Exportação	Santander	CDI + 4,50%	200	203	-	-	22/03/2021
Notas de Crédito à Exportação	Santander	CDI + 3,85%	300	314	-	-	06/04/2021
Notas de Crédito à Exportação	Itaú	CDI + 4,05%	200	211	-	-	22/03/2021
Notas de Crédito à Exportação	Citibank	1,2160 %	1.039	1.040	-	-	18/02/2025
Notas de Crédito à Exportação	MUFG	2,08% 2,18%	348	350	-	-	05/03/2025
Cédula de Crédito Bancário	Itaú	CDI + 4,00%	1.000	1.013	-	-	09/04/2021
Loan 4131	JP Morgan	0,91%	324,8	325	-	-	07/03/2022
Loan 4131	JP Morgan	0,92%	324,8	325	-	-	06/03/2023
Loan 4131	ScotiaBank	2,1866%	1.156	1163	-	-	31/03/2025

Apresentamos a seguir descrição dos contratos financeiros relevantes celebrados pela Companhia, vigentes em 31 de dezembro de 2020:

Emissão de Debêntures - Banco Itaú BBA

Em 10 de agosto de 2015, a Companhia realizou a sua primeira emissão de debêntures em série única no valor de R$3,5 bilhões, pelo prazo de cinco anos, com vencimento em abril de 2020, juros semestrais correspondentes a 111,57% do CDI e amortização no vencimento. Os recursos decorrentes da emissão das debêntures foram aplicados na aquisição de álcool etílico anidro e álcool etílico hidratado de produtores rurais. Por meio de adiatamento à escritura de emissão, em 20 de abril de 2020, a Companhia repactuou determinadas condições da referida da emissão, de modo a: (i) alongar o prazo para o pagamento de parcela no montante de R$750 milhões, que passou a ter seu vencimento em 15 de abril de 2025; (ii) alterar o custo de emissão da referida parcela para CDI acrescido de sobretaxa de 0,89% ao ano; (iii) manter periodicidade de pagamento de juros semestrais nos dias 15 de abril e outubro; e (iv) estabelecer um cronograma de amortização constante, sendo a primeiro pagamento de principal programado para 15 de abril de 2023.

FII FCM / RB Capital - Certificados de Recebíveis Imobiliários

A Companhia possui compromissos financeiros com a RB Capital Companhia de Securitização S.A. ("**RB Capital**") em função da cessão dos direitos creditórios dos contratos de locação celebrados entre a Companhia e o Fundo de Investimento Imobiliário FCM ("**FII FCM**") no fluxo da operação de captação de recursos para os projetos de construção e/ou ampliação da Fábrica de Lubrificantes ("**Lubrax**"), Base de Cruzeiro do Sul ("**Basul**") e Base de Porto Nacional ("**Bapon**"), os quais serviram de lastro para emissão dos Certificados de Recebíveis Imobiliários pela RB Capital. Para maiores detalhes sobre a operação veja o item 9.2 do Formulário de Referência:

Tipo:	Contratos de Locação Basul e Primeiro Aditivo Contrato de Locação Lubrax (Expansão Lubrax) (lastro para CRI 73º Série)

Ano:	2011
Valor:	R$350 milhões
Custo:	IPCA + 6,84% ao ano
Prazo:	138 meses (amortização do principal e dos juros em dez parcelas anuais, a partir de fevereiro de 2014)
Vencimento:	Fevereiro de 2023
Saldo:	R$253 milhões em 31 de dezembro de 2020

Tipo:	Contrato de Locação – Bapon (lastro para CRI 99ª Série)
Ano:	2012
Valor:	R$235,5 milhões
Custo:	IPCA + 4,09% ao ano
Prazo:	155 meses (amortização do principal e dos juros em doze parcelas anuais, a partir ee fevereiro de 2014)
Vencimento:	Fevereiro de 2025
Saldo:	R$190 milhões em 31 de dezembro de 2020

Tipo:	Contrato de Locação – Bapon e Basum (lastro para CRI 100ª Série)
Ano:	2012
Valor:	R$276,6 milhões
Custo:	IPCA + 4,98% ao ano
Prazo:	240 meses (amortização do principal e dos juros em doze parcelas anuais, a partir de fevereiro de 2014)
Vencimento:	Fevereiro de 2032
Saldo:	R$349 milhões em 31 de dezembro de 2020

Certificados de Recebíveis do Agronegócio

A Companhia possui compromissos financeiros com a CIBRASEC – Companhia Brasileira de Securitização ("**CIBRASEC**") em função da cessão dos direitos creditórios do agronegócio representados por 961.773 debêntures emitidas pela Companhia, as quais serviram de lastro para emissão dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio ("**CRA**"), pela CIBRASEC. Para maiores detalhes sobre a operação veja o item 9.2 do Formulário de Referência e na tabela a seguir:

Tipo:	Emissão de CRA – 9ª Série (CIBRASEC)
Ano:	2018
Valor:	R$480,3 milhões
Custo:	98% do CDI ao ano
Prazo:	48 meses (a amortização do principal em uma parcela única no vencimento e pagamento dos juros em oito parcelas semestrais, a partir de janeiro de 2019)
Vencimento:	Julho de 2022
Saldo:	R$485 milhões em 31 de dezembro de 2020

Tipo:	Emissão de CRA – 10ª Série (Cibrasec)
Ano:	2018
Valor:	R$203,8 milhões
Custo:	100% do CDI ao ano
Prazo:	72 meses (amortização do principal em uma parcela única no vencimento e pagamento dos juros em doze parcelas semestrais, a partir de janeiro de 2019)
Vencimento:	Julho de 2024
Saldo:	R$206 milhões em 31 de dezembro de 2020

Tipo:	Emissão de CRA – 11ª Série (Cibrasec)
Ano:	2018
Valor:	R$277,7 milhões
Custo:	IPCA + 5,5914% ao ano
Prazo:	84 meses (amortização do principal em uma parcela única no vencimento e pagamento dos juros em sete parcelas anuais, a partir de julho de 2019)
Vencimento:	Julho de 2025
Saldo:	R$312 milhões em 31 de dezembro de 2020

Notas de Crédito à Exportação

Santander

Em 3 de dezembro de 2019, a Companhia celebrou a Nota de Crédito à Exportação ("**NCE**") no valor de R$500 milhões, pelo prazo de um ano. Sobre o valor nominal unitário incidem juros remuneratórios correspondentes a CDI + 0,85% ao ano.

Em 25 de março de 2020, a Companhia celebrou a NCE no valor de R$200 milhões, pelo prazo de um ano. Sobre o valor nominal unitário incidem juros remuneratórios correspondentes a CDI acrescido de 4,50% ao ano.

Em 8 de abril de 2020, a Companhia celebrou a NCE no valor de R$300 milhões, pelo prazo de um ano. Sobre o valor nominal unitário incidem juros remuneratórios correspondentes a CDI acrescido de 3,85% ao ano.

A amortização do principal e juros remuneratórios ocorrerá através de pagamento único, na data de vencimento das NCEs. Os recursos decorrentes da emissão foram aplicados na produção de bens ou serviços a serem exportados, ou em atividade de apoio e complementação integrantes e fundamentais da exportação.

Itaú

Em 23 de março de 2020, a Companhia celebrou a NCE no valor de R$200 milhões, pelo prazo de um ano. Sobre o valor nominal unitário incidem juros remuneratórios correspondentes a CDI acrescido de 4,05% ao ano.

A amortização do principal ocorrerá através de pagamento único, na data de vencimento da NCE e os juros remuneratórios serão pagos semestralmente.

Citibank

Em 17 de fevereiro de 2020, a Companhia celebrou a NCE no valor de US$ 200 milhões, pelo prazo de cinco anos. Sobre o valor nominal unitário incidem juros remuneratórios prefixados correspondentes a 1,2160% ao ano. Para mitigar o risco de exposição cambial, a Companhia celebrou um contrato de *swap* com o próprio banco, com o objetivo de substituir o fluxo em dólares por um fluxo em reais no valor de R$869 milhões (notional), pelo mesmo prazo da NCE. Sobre o valor nominal unitário do *swap* incidem juros remuneratórios correspondentes a CDI acrescido de 0,79% ao ano. A amortização do principal ocorrerá através de cinco pagamentos semestrais a partir de 2023 até a data de vencimento da NCE e os juros remuneratórios são pagos trimestralmente.

MUFG

Em 2 de março de 2020, a Companhia celebrou uma NCE no valor de US$67 milhões, pelo prazo de cinco anos, com vencimento em 5 de março de 2023. A operação foi estruturada com step-up de taxa, de forma que entre março de 2020 e março de 2021 incidem juros de 2,08% ao ano e entre março de 2021 e março de 2025 os juros prefixados serão de 2,18% ao ano. Para mitigar o risco de exposição cambial, a Companhia celebrou um contrato de *swap* com o objetivo de substituir o fluxo em dólares por um fluxo em reais no valor de R$301 milhões (notional), pelo mesmo prazo da NCE. Sobre o valor nominal unitário do *swap* incidem juros remuneratórios correspondentes a CDI acrescido de 0,69% ao ano. A amortização do principal ocorrerá em parcelas iguais semestralmente a partir 2 de março de 2022 até a data de vencimento da NCE e os juros remuneratórios são pagos semestralmente sendo o primeiro pagamento realizado em 2 de setembro de 2020.

Os recursos decorrentes das operações de NCEs citadas acima foram aplicados na produção de bens ou serviços a serem exportados, ou em atividade de apoio e complementação integrantes e fundamentais da exportação. Adicionalmente, a Companhia informa que todas as operações supramencionadas gozam da isenção de Imposto sobre Operações Financeiras ("**IOF**"), conforme previsto na Lei nº 6.313/1975.

Cédula de Crédito Bancário

Em 7 de abril de 2020, a Companhia emitiu uma Cédula de Crédito Bancário ("**CCB**") em favor do Itaú, no valor de R$1.000 milhões, pelo prazo de um ano, com vencimento em 9 de abril de 2021. Sobre o valor nominal unitário incidem juros remuneratórios correspondentes a CDI acrescido de 4,00% ao ano. A amortização do principal ocorrerá através de pagamento único, na data de vencimento da CCB e os juros remuneratórios serão pagos semestralmente.

Os recursos decorrentes da emissão foram aplicados na produção de bens ou serviços a serem exportados, ou em atividade de apoio e complementação integrantes e fundamentais da exportação. Há isenção de IOF na operação, conforme previsto na Lei nº 6.313/1975.

Contrato Loan 4131

JP Morgan

Em 27 de fevereiro de 2020, a Companhia celebrou um *Letter Agreement* (empréstimo externo) com base na Lei nº 4.131/62, no valor de US$62,5 milhões, pelo prazo de dois anos. Sobre os valores nominais unitários incidem juros remuneratórios prefixados correspondentes a 0,91% ao ano. Em 27 de fevereiro de 2020, a Companhia celebrou um *Letter Agreement* (empréstimo externo) com base na Lei nº 4.131/62, no valor de US$62,5 milhões, pelo prazo de três anos. Sobre os valores nominais unitários incidem juros remuneratórios prefixados correspondentes a 0,92% ao ano. Para mitigar o risco de exposição cambial, a Companhia celebrou dois contratos de *swap* com o objetivo de substituir o fluxo em dólares por um fluxo em reais no valor de R$281 milhões

(notional) cada um, pelo mesmo prazo dos empréstimos. Sobre o valor nominal unitário dos *swaps* incidem juros remuneratórios correspondentes a CDI acrescidos de 0,64% ao ano. A amortização do principal ocorrerá através de pagamento único, na data de vencimento da operação e os juros remuneratórios são pagos trimestralmente.

ScotiaBank

Em 27 de fevereiro de 2020, a Companhia celebrou um *Credit Agreement* (empréstimo externo) com base na Lei nº 4.131/62, no valor de US$222,5 milhões, com prazo de cinco anos. Sobre os valores nominais unitários incidem juros remuneratórios prefixados correspondentes a 2,19% ao ano. Para mitigar o risco de exposição cambial, a Companhia celebrou um contrato de *swap* com o próprio banco, com o objetivo de substituir o fluxo em dólares por um fluxo em reais no valor de R$1.000 milhões (notional), pelo mesmo prazo do empréstimo. Sobre o valor nominal unitário do *swap* incidem juros remuneratórios correspondentes a CDI acrescidos de 0,78% ao ano. A amortização do principal ocorrerá através de pagamento único, na data de vencimento da operação e os juros remuneratórios são pagos semestralmente.

(ii) outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras

A Companhia possui um relacionamento próximo e equilibrado com as principais instituições financeiras atuantes no mercado brasileiro. A Companhia possui contratos de serviços de cobrança de longa data com o Banco do Brasil, Santander e Bradesco, possui contratos de fianças bancárias (garantia em processos judiciais) por prazo indeterminado com os Bancos Itaú, Banrisul, Bradesco, Safra e Santander e Contratos Globais de Derivativos (CGD) com Bradesco, Citibank, BNP Paribas, Deutsche Bank, Votorantim, JP Morgan, Morgan Stanley, Santander, BMG, entre outros.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas da Companhia

Em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas no passivo exigível acontecerá de acordo com a Lei nº 11.101/2005: (i) créditos trabalhistas; (ii) créditos com garantia real até o limite do valor do bem gravado; (iii) créditos tributários; (iv) créditos com privilégio especial conforme previsto na Lei nº 11.101/2005; (v) créditos com privilégio geral conforme previsto na Lei nº 11.101/2005; (vi) créditos quirografários; (vii) multas e penas pecuniárias; e (viii) créditos subordinados.

Nenhuma das dívidas financeiras da Companhia existentes nos últimos três exercícios sociais, possuíam cláusula específica contratual de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre elas. Assim, o grau de subordinação entre as dívidas financeiras da Companhia e de suas controladas segue o quanto determinado na legislação em vigor e nas eventuais garantias constituídas.

(iv) restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

Os contratos financeiros firmandos pela Companhia e/ou por suas subsidiárias possuem algumas restrições impostas pelos credores, observado o previsto abaixo:

- *limites de endividamento, contratação de novas dívidas e emissão de novos valores mobiliários*: nenhum dos contratos de empréstimo e financiamento da Companhia conta com a apuração de *covenant* financeiro limitando a capacidade de endividamento da Companhia seja por instrumentos bilaterais ou por operações realizadas em mercado;

- *distribuição de dividendos*: alguns contratos possuem restrição para pagamento de dividendos, aplicável apenas caso a Companhia esteja inadimplente com suas obrigações;

- *alienação de controle societário*: alguns contratos possuem a restrição de reorganização societária e alteração do controle societário da emissora sem o consentimento prévio do respectivo credor;

- *alienação de ativos*: alguns contratos restringem a alienação por parte da Companhia a partir dos seguintes limites: (i) maior do que um bilhão de reais; (ii) maior do que 15% do ativo total; ou (iii) maior do que 15% do ativo imobilizado.

A Companhia acompanha o atendimento das cláusulas restritivas estabelecidas, não tendo havido descumprimento nos exercícios sociais de 2018, 2019 e 2020.

(g) limites de utilização dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

A Companhia informa que, na data do Formulário de Referência, não dispunha de nenhum contrato de financiamento ou contrato de projetos de longo prazo cujo desembolso não tenha sido realizado integralmente.

(h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Companhia relativa aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas em geral significam “análise horizontal” e “análise vertical”, respectivamente.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

Principais linhas da demonstração de resultado da Companhia:

- ***Receita de Vendas***: significa a receita operacional líquida da Companhia e é proveniente principalmente da venda de combustíveis e de lubrificantes, cujos produtos mais relevantes são: diesel, gasolina, querosene de aviação (JET-A1), óleo combustível e etanol, deduzidos principalmente dos encargos incidentes sobre as vendas, devoluções, prêmios e descontos, bonificações e antecipações de recebíveis. Os produtos e serviços que a Companhia vende são precificados considerando uma série de variáveis, incluindo, principalmente, os custos de aquisição de produtos ou serviços, encargos sobre as vendas e a margem. Os encargos sobre as vendas consistem de ICMS, ISS, PIS e COFINS incidentes sobre os produtos e serviços comercializados pela Companhia. As bonificações consistem de valores pagos, principalmente, aos revendedores dos postos de serviço para os quais a Companhia distribui combustíveis e lubrificantes e são atreladas a metas de volumes de vendas de combustíveis e de lubrificantes previamente acordadas. As devoluções consistem, principalmente, de produtos fora de especificação devolvidos pelos clientes da Companhia e os prêmios e descontos consistem, principalmente, de bônus concedidos a clientes do segmento operacional Rede de Postos e do B2B em vendas *spot*.

- ***Custo dos produtos vendidos e serviços prestados***: representa, principalmente, o custo (i) dos produtos adquiridos dos fornecedores da Companhia (preponderantemente da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras (“**Petrobras**”)) e para a (ii) produção de lubrificantes e asfaltos, bem como demais gastos necessários para colocação de tais produtos à venda.

- ***Despesas Operacionais***: compreendem os seguintes grupos:

- *Vendas*: representa as despesas com as áreas comerciais e de operações da Companhia, e compreendem, principalmente, os gastos com pessoal (i.e. salários, férias, encargos, plano de pensão e saúde ativos, etc.), fretes de entrega, perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, perdas com títulos incobráveis (por exemplo, os casos em que se esgotaram as possibilidades de cobrança), serviços contratados (i.e. expedição e armazenagem, serviços operacionais em aeroportos, conservação de equipamentos, entre outros), despesas gerais, depreciação e amortização, pesquisa e desenvolvimento tecnológico e aluguéis, principalmente de terrenos;

- *Gerais e administrativas*: representa, principalmente, as despesas com as áreas administrativas da Companhia e compreendem, principalmente, os gastos com pessoal (i.e. salários, férias, encargos, plano de pensão e saúde ativos, etc.), serviços contratados (i.e. processamento de dados, Segurança, Meio Ambiente e Saúde - SMS, conservação de imóveis), despesas gerais, depreciação e amortização;

- *Tributárias*: representa, principalmente, os gastos com IPTU, IOF, PIS e COFINS sobre outras receitas e programas de anistias para quitação de dívidas tributárias, principalmente de ICMS; e

- *Outras receitas (despesas), líquidas*: representada, principalmente, pelo resultado das perdas e provisões com processos judiciais, despesas com planos de pensão e saúde inativos, receita com arrendamentos operacionais (i.e. aluguéis recebidos dos revendedores de postos de serviço por locação ou sub-locação), despesas com plano de incentivo ao desligamento voluntário – PIDV, despesas com relações institucionais e projetos culturais, receita com royalties da nossa rede de franquias BR Mania e Lubrax+, despesas com marketing, receita de armazenagem Conjunta decorrente da cessão de espaço das bases para armazenamento de produtos a terceiros e do resultado das operações de *hedge* e *commodities*.

- ***Resultado Financeiro (Receitas e Despesas Financeiras, e Variações Cambiais e Monetárias, Líquidas)***: inclui, principalmente as despesas com empréstimos e financiamentos, com juros por atraso de clientes, receitas decorrentes dos financiamentos que concedemos a determinados revendedores de postos de serviço para investimentos nos seus respectivos postos, variações monetárias ativas e passivas (i.e. atualizações por SELIC, IPCA, entre outros) e variações cambiais, geradas, principalmente, por operações de vendas no exterior e saldos bancários em moeda estrangeira. A área financeira acompanha a flutuação da moeda e analisa a melhor oportunidade para internalizar. Em função do processo de importação, os pagamentos estão ocorrendo com os recursos depositados no BB Nova Iorque.

- ***Imposto de renda e contribuição social***: inclui as despesas com os tributos correntes e diferidos sobre o lucro da Companhia.

Informações por Segmento de Negócio

As informações contábeis por segmento operacional da Companhia são elaboradas com base em itens atribuíveis diretamente ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados por critérios de rateio pré-estabelecidos.

Não há operações entre os segmentos operacionais da Companhia. Na apuração dos resultados de dado segmento operacional, há somente transações realizadas com outras pessoas jurídicas,

relacionadas e não relacionadas com a Companhia. Adicionalmente, a Companhia possui política de transações com partes relacionadas, aprovada pelo Conselho de Administração, que visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões envolvendo partes relacionadas e situações com potencial conflito de interesses respeitem a legislação, inclusive dos países onde a Companhia atua e as partes envolvidas nas negociações.

A Companhia passou por uma reestruturação organizacional visando a direcionar o foco para o conjunto de iniciativas que vêm sendo implementadas desde a sua privatização em julho de 2019. A nova estrutura, que se tornou válida a partir de 1º de janeiro de 2020, transferiu a gestão dos negócios que até o exercício social de 2019 estavam organizados no segmento operacional "Mercados Especiais" para o "B2B".

Após a referida reestruturação, as atividades da Companhia passaram a ser segregadas entre os seguintes segmentos operacionais:

I Rede de Postos

Consiste na comercialização de combustíveis, lubrificantes, gás natural veicular, etanol, Arla 32 e soluções de conveniência para os postos de serviço para os quais a Companhia distribui combustíveis e lubrificantes. Os preços praticados para o segmento Rede de Postos são afetados, principalmente, pelo custo de aquisição de produtos junto à Petrobras, principal fornecedora da Companhia. Na medida do possível e desde que as margens sejam preservadas, a Companhia tende a repassar o aumento ou redução no custo de aquisição de produtos para os seus clientes.

II B2B

Consiste na comercialização de combustíveis líquidos, óleos lubrificantes, arla 32 e prestação de serviços associados aos clientes do mercado consumidor. No negócio de produtos químicos, atuamos no beneficiamento e na distribuição de produtos como enxofre, solventes hidrocarbônicos e especialidades químicas. Entre os setores da economia atendidos estão os de óleo e gás, química fina, agronegócio, tintas, adesivos, domissanitários e borrachas. Na comercialização de energia, distribuímos o coque verde de petróleo (CVP) no mercado nacional e desenvolvemos projetos para comercialização de energia elétrica, bem como projetos de distribuição de energia. Os preços praticados pela Companhia no segmento Mercado Consumidor são afetados, principalmente, pelo custo de aquisição de produtos junto à Petrobras, principal fornecedora da Companhia. Na medida do possível e desde que as margens sejam preservadas, a Companhia tende a repassar o aumento ou redução no custo de aquisição de produtos para os seus clientes.

III Mercado de Aviação

Consiste na comercialização de querosene de aviação (JET-A1) e gasolina de aviação e prestação de serviços para aviação em aeroportos do país para companhias aéreas, aviação militar e aviação executiva que operam no setor de transporte aéreo doméstico e para o exterior. Os preços praticados pela Companhia no segmento Produtos de Aviação são afetados, principalmente, pelo custo de aquisição de produtos junto à Petrobras, principal fornecedora da Companhia, que varia de acordo com os preços do mercado internacional e pela taxa de câmbio. Na medida do possível e desde que as margens sejam preservadas, a Companhia tende a repassar o aumento ou redução no custo de aquisição de produtos para os seus clientes.

Análise da demonstração de resultados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 comparado a 31 de dezembro de 2019

Dados consolidados em R$ (milhões)	2020	AV (%)	2019	AV (%)	AH (%) 20/19

Receita de vendas	**81.501**	**100,0**	**94.985**	**100,0**	**(14,2)**
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(77.044)	(94,5)	(89.027)	(93,7)	(13,5)
Lucro bruto	**4.457**	**5,5**	**5.958**	**6,3**	**(25,2)**
Despesas operacionais					
Vendas	(2.237)	(2,7)	(2.965)	(3,1)	(24,6)
Perda de crédito esperadas	(55)	(0,1)	(52)	(0,1)	5,8
Gerais e administrativas	(457)	(0,6)	(868)	(0,9)	(47,4)
Tributárias	(147)	(0,2)	(108)	(0,1)	36,1
Outras receitas (despesas), líquidas	2.996	3,7	(654)	(0,7)	(558,1)
	100	**0,1**	**(4.647)**	**(4,9)**	**(102,2)**
Lucro antes do resultando financeiro, participação e impostos	**4.557**	**5,6**	**1.311**	**1,4**	**247,6**
Financeiras					
Despesas	(385)	(0,5)	(449)	(0,5)	(14,3)
Receitas	450	0,6	2.528	2,7	(82,5)
Variações cambiais e monetárias, líquidas	199	0,2	(129)	(0,1)	(254,3)
	264	**0,3**	**1.990**	**2,1**	**(86,7)**
Resultado de participações em investimentos	**9**	**0,0**	**2**	**0,0**	**350,0**
Lucro antes dos impostos	**4.830**	**5,9**	**3.303**	**3,5**	**46,2**
Imposto de renda e contribuição social	(925)	(1,1)	(1.092)	(1,1)	(15,3)
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	**3.905**	**4,8**	**2.211**	**2,3**	**76,6**

Receita de vendas

A receita de vendas da Companhia no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R$81.501 milhões, representando uma redução de 14,2% em relação à receita de vendas de R$94.985 milhões registrada no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

Os diretores da Companhia entendem que esta redução decorre, principalmente, da redução de 8,5% no volume dos produtos vendidos, associada à redução de 6,2% nos preços médios de realização.

A tabela abaixo mostra a receita de vendas e volume vendido de cada um dos principais produtos comercializados pela Companhia, bem como as respectivas variações entre os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

Produtos	Receita de vendas de produtos e serviços prestados R$ milhões		Variação		Volume mil m3		Variação	
	dez/20	dez/19	R$	%	dez/20	dez/19	mil m3	%
Diesel	38.974	44.823	(5.849)	(13,0)	15.983	16.781	(798)	(4,8)
Gasolinas	22.134	24.110	(1.976)	(8,2)	8.563	9.044	(481)	(5,3)
JET - A1 (querosene de aviação)	4.776	8.918	(4.142)	(46,4)	2.077	3.600	(1.523)	(42,3)
Óleo Combustível	3.303	3.090	213	6,9	1.827	1.629	198	12,2
Etanol	6.566	7.504	(938)	(12,5)	3.258	3.757	(499)	(13,3)
Lubrificantes	1.908	1.784	124	7,0	269	283	(14)	(4,9)
Gás Natural e GNV	958	1.813	(855)	(47,2)	757	1.224	(467)	(38,2)
Asfalto	543	781	(238)	(30,5)	232	306	(74)	(24,2)
Coque	1.852	1.751	101	5,8	3.260	3.069	191	6,2
Outros	1.853	1.715	138	8,0	525	488	37	7,6
Energia	14	17	(3)	(17,6)	-	-	-	NA
Prestação de Serviços	54	54	-	0,0	-	-	-	NA
Bonificações	(961)	(836)	(125)	15,0	-	-	-	NA
Prêmios e Descontos	(253)	(249)	(4)	1,6	-	-	-	NA
Antecipação de recebíveis	(220)	(290)	70	(24,1)	-	-	-	NA
Total	**81.501**	**94.985**	**(13.484)**	**(14,2)**	**36.751**	**40.181**	**(3.430)**	

De acordo com a tabela acima, aproximadamente 93% da receita de vendas da Companhia para os períodos em discussão é representada pela comercialização de: gasolina, etanol, diesel, óleo combustível e querosene de aviação (JET-A1).

Receita de Vendas por Segmento

Para divulgação da Receita de Vendas por Segmento, a Companhia utiliza valores ajustados pela apropriação das bonificações antecipadas concedidas a clientes. Para divulgação do Custo de Produtos Vendidos e Serviços Prestados, a Companhia utiliza valores ajustados pela depreciação dos ativos da fábrica de lubrificantes e asfaltos e em 2020 pelo ajuste da remensuração do passivo atuarial – plano de saúde cujo impacto no resultado foi proveniente do novo modelo de plano implantado a partir do quarto trimestre. Adicionalmente, Companhia passou por reestruturação organizacional visando direcionar o foco para o conjunto de iniciativas que vêm sendo implementadas desde a sua privatização em julho de 2019. A nova estrutura, que se tornou válida a partir de 1º de janeiro de 2020, transferiu a gestão dos negócios que até 2019 estavam organizados no segmento operacional de Mercados Especiais para o B2B. Após a reestruturação, a Diretoria Executiva, grupo tomador de decisões operacionais, considera o negócio da perspectiva do perfil/mercado dos seus clientes, resultando na segregação das atividades em Rede de Postos, B2B, Mercado de Aviação e Corporativo.

Rede de Postos

Rede de Postos				
	dez/20	dez/19	AH	AH%
Volume (em milhares de m³)	**21.038**	**22.316**	**(1.278)**	**(5,7)**
Receita de Vendas (em milhões de reais)	50.813	56.524	(5.711)	(10,1)
Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados (em milhões de reais)	(48.286)	(53.254)	4.968	(9,3)
Lucro Bruto	**2.527**	**3.270**	**(743)**	**(22,7)**

A receita de vendas da Companhia no segmento operacional Rede de Postos diminuiu 10,1%, passando a R$50.813 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, de R$56.524 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Os diretores da Companhia

entendem que esta redução é explicada em função da diminuição de 5,7% do volume dos produtos vendidos, associada a redução 4,6% nos preços médios de realização dos produtos da Rede de Postos (i.e. receita de vendas dividida pelo volume de vendas) observados pela Companhia, reflexo, principalmente, da redução de 3,8% nos custos médios de aquisição dos produtos (i.e. custo dos produtos e serviços vendidos dividido pelo volume de vendas)

A redução de 5,7% no volume dos produtos vendidos é atribuível especialmente à redução de 2,3% das vendas de diesel e de 8,3% do ciclo otto, parcialmente compensada pelo aumento de 37,2% das vendas de outros produtos com menor representatividade no volume do segmento. Destaca-se a menor participação do etanol no mix do ciclo otto, produto no qual é superior a participação de players regionais e postos não embandeirados, que torna o cenário mais desafiador à Companhia.

B2B

B2B				
	dez/20	**dez/19**	**AH**	**AH %**
Volume (em milhares de m³)	**13.615**	**14.240**	**(625)**	**(4,4)**
Receita de Vendas (em milhões de reais)	26.477	30.001	(3.524)	(11,7)
Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados (em milhões de reais)	(24.383)	(27.586)	3.203	(11,6)
Lucro Bruto	**2.094**	**2.415**	**(321)**	**(13,3)**

A receita de vendas da Companhia no segmento operacional B2B diminuiu 11,7%, passando a R$26.477 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, de R$30.001 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Os diretores entendem que esta redução é explicada em função da diminuição de 7,7% nos preços médios de realização dos produtos do B2B (i.e. receita de vendas dividida pelo volume de vendas) observados pela Companhia, reflexo, principalmente, da redução de 7,6% nos custos médios de aquisição dos produtos (i.e. custo dos produtos e serviços vendidos dividido pelo volume de vendas), associada a redução de 4,4% do volume dos produtos vendidos.

A redução de 4,4% no volume dos produtos vendidos é atribuível especialmente as vendas de diesel e, inferiores em 2020 em 8%, parcialmente compensada pelo acionamento das térmicas que aumentou a venda de óleo combustível em 12,2%. A maior seletividade no mix de vendas do diesel, com o reposicionamento das margens e as medidas restritivas impostas pela pandemia da COVID-19 são determinantes para o menor volume comercializado.

Mercado de Aviação

Mercado de Aviação				
	dez/20	**dez/19**	**AH**	**AH%**
Volume (em milhares de m³)	**2.098**	**3.625**	**(1.527)**	**(42,1)**
Receita de Vendas (em milhões de reais)	4.849	8.973	(4.124)	(46,0)
Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados (em milhões de reais)	(4.375)	(8.175)	3.800	(46,5)
Lucro Bruto	**474**	**798**	**(324)**	**(40,6)**

A receita de vendas da Companhia no segmento operacional Mercado de Aviação reduziu em 46,0%, passando a R$4.849 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, de R$8.973 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Os diretores entendem que esta redução no segmento operacional Mercado de Aviação é explicada, principalmente, em função da diminuição de 42,1% no volume dos produtos vendidos, associada de 6,6% nos preços médios de realização de produtos (i.e. receita de vendas dividida pelo volume de vendas), reflexo,

principalmente, da diminuição de 7,5% nos custos médios de aquisição dos produtos (i.e. custo dos produtos e serviços vendidos dividido pelo volume de vendas).

A redução de 42,1% no volume vendido é reflexo, principalmente, da decretação pela Organização Mundial de Saúde em 11 de março de 2020 do estado de pandemia referente à COVID-19.

Custo dos produtos vendidos e serviço prestados

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, o custo dos produtos vendidos e serviços prestados foi de R$77.044 milhões, representando uma redução de 13,5% em relação aos R$89.027 milhões registrados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, correspondendo a 94,5% e 93,7% da receita de vendas da Companhia nos referidos períodos, respectivamente. Os diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu principalmente em função da redução de 8,5% no volume dos produtos vendidos, associada a redução de 5,4% no custo médio de aquisição dos produtos (custos dos produtos vendidos e serviços prestados dividido pelo volume vendido).

Lucro bruto

Em razão dos fatores acima indicados, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 o lucro bruto da Companhia totalizou R$4.457 milhões, representando uma redução de 25,2% em relação aos R$5.958 milhões apurados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, correspondendo a 5,5% e 6,3% da receita de vendas da Companhia nos dois exercícios sociais, respectivamente**.**

Os diretores entendem que essa redução ocorreu principalmente em razão da diminuição de 18,2% nas margens médias de comercialização (i.e. lucro bruto dividido pelo volume vendido), associada a redução de 8,5% no volume dos produtos vendidos.

A redução de 8,5% no volume de produtos vendidos é atribuível especialmente ao reposicionamento das margens do diesel, especialmente no mercado consumidor, parcialmente compensado pela maior demanda de combustíveis pelas térmicas. Soma-se aos fatores citados a nova dinâmica do mercado de distribuição de combustíveis, que apresentou maior competitividade no mercado de vendas de combustíveis em função do aumento da representatividade dos produtos importados e as medidas restritivas impostas após a Organização Mundial de Saúde decretar, em 11 de março de 2020, o estado de pandemia da COVID-19.

Despesas operacionais

(a) Vendas

As despesas com vendas somaram R$2.237 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 e R$2.965 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de 24,6% ou R$728 milhões, e corresponderam a 2,7% e 3,1% respectivamente, da receita de vendas da Companhia. Os diretores da Companhia entendem que esse aumento ocorreu, especialmente, pelos seguintes fatores:

(i) *pessoal*: redução de R$440 milhões, em função, principalmente, do menor quantitativo de empregados, associado a menores remunerações, em virtude do processo de transformação organizacional, associado ao impacto positivo da redução das obrigações atuariais com plano de saúde em razão do novo modelo implantado no quarto trimestre de 2020;

(ii) *serviços contratados*: redução de R$163 milhões, atribuível, principalmente, a redução de gastos com: serviços operacionais de aeroportos (R$34 milhões), manutenção de

equipamentos (R$25 milhões), outros serviços gerais (R$25 milhões), outros serviços técnicos (R$19 milhões), serviços de SMS (R$14 milhões), expedição e armazenagem (R$10 milhões), engenharia (R$10 milhões) e processamento de dados (R$7 milhões);

(iii) *fretes*: redução de R$69 milhões, atribuível, principalmente, à redução do volume de combustíveis claros comercializados na modalidade de frete CIF rodoviário; e

(iv) *despesas gerais*: redução de R$36 milhões, atribuível, principalmente, a redução de gastos com: sobreestadias (R$6 milhões), prêmios de seguro (R$6 milhões), gastos com viagens (R$5 milhões), serviços de telecomunicações (R$4 milhões), royalties (R$4 milhões), pedágios (R$3 milhões) e energia elétrica (R$3 milhões).

(b) Gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas somaram R$457 milhões em 31 de dezembro de 2020 e R$868 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de 47,4% ou R$411 milhões, e corresponderam a 0,6% e 0,9%, respectivamente, da receita de vendas da Companhia, representando ainda uma redução de 0,3 pontos percentuais entre os exercícios analisados. Os diretores da Companhia entendem que essa redução ocorreu, especialmente, pelos seguintes fatores:

(i) *pessoal*: redução de R$389 milhões, em função, principalmente, do menor quantitativo de empregados, associado a menores remunerações, em virtude do processo de transformação organizacional, associado ao impacto positivo da redução das obrigações atuariais com plano de saúde em razão do novo modelo implantado no quarto trimestre de 2020; e

(ii) *serviços contratados*: redução de R$20 milhões, atribuível, principalmente, a redução dos gastos com serviços de SMS (R$10 milhões) e outros serviços gerais (R$7 milhões).

(c) Tributárias

As despesas tributárias somaram R$147 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 e R$108 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de 36,1% ou R$39 milhões, e corresponderam a 0,2% e 0,1%, respectivamente, da receita de vendas da Companhia, representando, ainda, um aumento de 0,1 ponto percentual entre os exercícios analisados. Os diretores da Companhia entendem que esse aumento ocorreu, principalmente, dos seguinte eventos: (i) Pis e Cofins incidentes sobre a receita de indenização reconhecida em virtude da reversão dos ativos da concessão do gás para o Estado do Espírito Santo e consequente pagamento em participação societária na Companhia Espírito Santo Gás - ES Gás (R$35 milhões); (ii) Pis e Cofins incidentes sobre a atualização monetária reconhecida em virtude da ação judicial que transitou em julgado em sentido favorável a Companhia que pleiteava a exclusão do ICMS da base de cálculo do Pis e da Cofins, bem como a compensação dos valores indevidamente recolhidos desde 2012 (R$19 milhões); (iii) Pis e Cofins incidentes sobre a receita reconhecida do Termo de Ajuste de Pendência celebrado entre a BR e Samarco (R$10 milhões). Os itens anteriores, foram parcialmente compensados pela redução das receitas de juros e atualização monetária incidentes sobre as parcelas dos contratos de confissão de dívida (CCD/2018) celebrado com as ex-controladas da Eletrobras (R$30 milhões).

(d) Outras receitas (despesas), líquidas

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, as outras receitas (despesas), líquidas somaram R$2.996 milhões em receitas líquidas em comparação com outras despesas líquidas de R$654 milhões apuradas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, uma variação

positiva de R$3.650 milhões. Os diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, especialmente, pelas seguintes razões:

(i) *planos de pensão e saúde - inativos*: variação positiva de R$1.907 milhões, em função, principalmente, da redução das obrigações atuariais com plano de saúde em razão do novo modelo implantado no quarto trimestre de 2020 (R$1.927 milhões);

(ii) *créditos tributários - ICMS na base de cálculo de PIS e COFINS*: ganho de R$1.040 milhões em função do reconhecimento, do montante principal da ação judicial que transitou em julgado em sentido favorável a Companhia que pleiteava a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como a compensação dos valores indevidamente recolhidos;

(iii) *resultado de* hedge *de* commodities: ganho de R$385 milhões nas operações de importação de derivados;

(iv) *programa de desligamento e reestruturação*: variação positiva de R$334 milhões, decorrente do reconhecimento, em 2019, das despesas para pagamento de indenizações oriundas das adesões ao Programa de Desligamento Optativo (PDO) e dos desligamentos dos executivos;

(v) *perdas e provisões com processos judiciais*: variação positiva de R$158 milhões, com destaque para: (a) variação positiva de R$ 90 milhões, em função da alteração, em 2020, na expectativa de perda, de provável para possível, do processo cível movido por Dislub Distribuidora de Lubrificantes Ltda, em função, da anulação por parte do STJ, do acórdão para determinar que o tribunal se manifestasse sobre a necessidade de desconto dos lucros cessantes, em linha com a jurisprudência da corte; (b) variação negativa de R$ 69 milhões, em função da alteração, em 2019, na expectativa de perda, de provável para possível, do processo cível movido por Único Combustíveis Ltda, devido a revisão do cálculo da multa, pois a jurisprudência do STJ utiliza o lucro líquido e não o faturamento bruto como base de cálculo. Este processo visa à condenação da companhia no pagamento de multa pactuada em contrato de compra e venda mercantil, bem como de indenização por danos morais pela interrupção de fornecimento de combustível; (c) variação positiva de R$40 milhões, em função da alteração, em 2020, na expectativa de perda, de provável para remoto, do processo tributário movido pelo Estado do Mato Grosso do Sul, devido aos pagamentos do programa de Anistia do Estado; (d) variação positiva de R$30 milhões, em função da alteração, em 2019, na expectativa de perda, de possível para provável, do processo tributário movido pelo Estado do Amazonas, em que se discute se existe ou não direito a crédito pelo ICMS pago quando do frete CIF em operações interestaduais acobertadas pela imunidade; (e) variação negativa de R$ 28 Milhões, em função da alteração, em 2020, na expectativa de perda, de possível para provável, do processo tributário movido pelo Estado do Rio de Janeiro, em que discute a suposta inidoneidade da documentação fiscal emitida pelo estabelecimento. O risco foi atualizado por decorrência de negativa de provimento ao recurso de apelação interposto pela BR; (f) variação positiva de R$28 milhões, em função da alteração, em 2019, na expectativa de perda, de possível para provável, do processo tributário movido pela União, devido ao acórdão desfavorável proferido na apelação interposta pela BR. Este processo se refere ao descumprimento de obrigação acessória devido à compensação de IR retido em 2003; (g) variação positiva de R$26 milhões, em função, da alteração, em 2020, da expectativa de perda provável para possível do processo tributário movido pelo Estado do Pará em que se discute a falta de retenção do ICMS nas operações de querosene de aviação; (h) variação positiva de R$25 milhões, em função da alteração na

expectativa de perda de diversos processos tributários movidos pelo Estado de Sergipe, devido ao ingresso no programa de Anistia do Estado e (i) variação positiva de R$24 milhões, em função da alteração, em 2019, na expectativa de perda, de possível para provável, dos processos tributários movidos pelos Estados de Sergipe e do Mato Grosso do Sul, em que se discute a não incidência de ICMS sobre a variação nos volumes de combustíveis por perdas e sobras nos estoques decorrentes da operacionalização e transporte dos produtos;

(vi) *ganho indenização do contrato de concessão ES Gás*: ganho de R$117 milhões referente ao processo de indenização proveniente da reversão dos ativos da concessão do gás para o Estado do Espírito Santo e consequente pagamento em participação societária na Companhia Espírito Santo Gás - ES Gás;

(vii) *provisão crédito de descarbonização*: despesa de R$190 milhões, referente a obrigação legal junto a ANP das metas anuais de redução de emissões de gases causadores do efeito estufa, no âmbito da Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio); e

(viii) *resultado com alienação/baixa de ativos*: variação negativa de R$164 milhões, em função, principalmente, da perda de R$152 milhões referente à venda da controlada Stratura para a Bitumina.

Resultado financeiro

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia teve receita financeira líquida de R$264 milhões, ante receita financeira líquida de R$1.990 milhões apurada no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, representando uma variação negativa de R$1.726 milhões. Os diretores da Companhia entendem que a variação decorre, principalmente, dos seguintes eventos:

(i) *recuperação de créditos - setor elétrico - sistema isolado*: variação negativa de R$2.154 milhões, em função, do reconhecimento em 2019, dos valores recebidos do instrumento de confissão de dívida celebrado com o cliente Amazonas Energia;

(ii) *variação cambial financiamentos*: variação negativa de R$467 milhões, em função, principalmente, do aumento da taxa de câmbio no período de 2020, em comparação com as taxas contratadas dos financiamentos. Essas captações estão protegidas pelas operações de *swap*;

(iii) *variação cambial fornecedores*: variação negativa de R$240 milhões, em função, principalmente, da maior desvalorização do real frente ao dólar no período de 2020 se comparado ao mesmo período de 2019;

(iv) *resultado de instrumento financeiro derivativo*: variação positiva de R$570 milhões em função, principalmente, dos seguintes eventos: (i) ganho de R$488 milhões, nas operações de swap relacionadas aos empréstimos no exterior, em virtude, principalmente, do aumento da taxa de câmbio em 2020 em comparação com as taxas contratadas nas captações. Não há correspondência dessas operações em 2019; e (ii) variação positiva de R$82 milhões, nas operações de hedge cambial; e

(v) *variação monetária – impostos*: variação positiva de R$426 milhões, em função, principalmente, do reconhecimento da atualização monetária, no montante de R$397 milhões, em virtude da ação judicial que transitou em julgado em sentido favorável a Companhia que pleiteava a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como a compensação dos valores indevidamente recolhidos desde 2012.

Imposto de renda e contribuição social

Os tributos sobre o lucro apresentaram redução de R$167 milhões, passando de uma despesa de R$1.092 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 para uma despesa de R$925 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Os diretores entendem que a redução é em função, principalmente, da exclusão do impacto positivo proveniente da redução das obrigações atuariais com plano de saúde (R$2.132 milhões de receita, com impacto de R$725 milhões na exclusão da apuração do lucro real) o que proporcionou menor alíquota efetiva apurada no exercício, passando de 33,1% em 31 de dezembro de 2019 para 19,2% em 31 de dezembro de 2020, conforme apresentado na nota explicativa 16.3.3 das demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Lucro líquido

Em função do anteriormente exposto, o lucro líquido da Companhia no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R$3.905 milhões, representando um aumento de R$1.694 milhão se comparado ao lucro líquido de R$2.211 milhões apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

Demais contas de resultado

As demais contas de resultado não discutidas não apresentaram variações significativas na comparação entre os saldos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, ou não representavam uma participação substancial da receita de vendas naquelas datas.

Análise da demonstração de resultados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 comparado a 31 de dezembro de 2018

Cumpre destacar que a coluna referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 está ajustada pela reclassificação do resultado das operações de hedge de commodities do resultado financeiro para outras receitas e (despesas), líquidas no montante de R$40 milhões, conforme explicação no item 10.4 (a), em linha com os saldos referentes ao referido exercício social constante das comparações apresentadas nas demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Dados consolidados em R$(milhões)	**2019**	**AV (%)**	**2018**	**AV (%)**	**AH (%) 19/18**
Receita de vendas	**94.985**	**100,0**	**97.770**	**100,0**	**(2,8)**
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(89.027)	(93,7)	(91.914)	(94,0)	(3,1)
Lucro bruto	**5.958**	**6,3**	**5.856**	**6,0**	**1,7**
Despesas operacionais					
Vendas	(3.017)	(3,2)	(2.927)	(3,0)	3,1
Gerais e administrativas	(868)	(0,9)	(786)	(0,8)	10,4
Tributárias	(108)	(0,1)	(315)	(0,3)	(65,7)
Outras receitas (despesas), líquidas	(654)	(0,7)	559	0,6	(217,0)
	(4.647)	**(4,9)**	**(3.469)**	**(3,5)**	**34,0**
Lucro antes do resultando financeiro, participação e impostos	**1.311**	**1,4**	**2.387**	**2,4**	**(45,1)**

Financeiras					
Despesas	(449)	(0,5)	(419)	(0,4)	7,2
Receitas	2.568	2,7	2.959	3,0	(13,2)
Variações cambiais e monetárias, líquidas	(129)	(0,1)	(117)	(0,1)	10,3
	1.990	**2,1**	**2.423**	**2,5**	**(17,9)**
Resultado de participações em investimentos	**2**	**0,0**	**(1)**	**0,0**	**(300,0)**
Lucro antes dos impostos	**3.303**	**3,5**	**4.809**	**4,9**	**(31,3)**
Imposto de renda e contribuição social	(1.092)	(1,1)	(1.616)	(1,7)	(32,4)
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	**2.211**	**2,3**	**3.193**	**3,3**	**(30,8)**

Receita de vendas

A receita de vendas da Companhia no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R$94.985 milhões, representando uma redução de 2,8% em relação à receita de vendas de R$97.770 milhões registrada no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

Os diretores da Companhia entendem que esta redução decorre, principalmente, da redução de 3,3% no volume dos produtos vendidos, parcialmente compensada pelo aumento de 0,5% nos preços médios de realização.

A tabela abaixo mostra a receita de vendas e volume vendido de cada um dos principais produtos comercializados pela Companhia, bem como as respectivas variações entre os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018.

Produtos	Receita de vendas de produtos e serviços prestados R$ milhões		Variação		Volume mil m3		Variação	
	dez/19	dez/18	R$	%	dez/19	dez/18	mil m3	%
Diesel	44.823	45.814	(991)	(2,2)	16.781	17.402	(621)	(3,6)
Gasolinas	24.110	25.768	(1.658)	(6,4)	9.044	9.363	(319)	(3,4)
JET - A1 (querosene de aviação)	8.918	9.527	(609)	(6,4)	3.600	3.885	(285)	(7,3)
Óleo Combustível	3.090	3.741	(651)	(17,4)	1.629	2.013	(384)	(19,1)
Etanol	7.504	6.619	885	13,4	3.758	3.360	398	11,8
Lubrificantes	1.784	1.716	68	4,0	283	288	(5)	(1,7)
Gás Natural e GNV	1.813	1.662	151	9,1	1.224	1.353	(129)	(9,5)
Asfalto	781	734	47	6,4	306	364	(58)	(15,9)
Coque	1.751	1.801	(50)	(2,8)	3.069	2.982	87	2,9
Outros	1.715	1.784	(69)	(3,9)	487	538	(51)	(9,5)
Energia	17	11	6	54,5	-	-	-	NA
Prestação de Serviços	54	45	9	20,0	-	-	-	NA
Bonificações	(836)	(777)	(59)	7,6	-	-	-	NA
Prêmios e Descontos	(249)	(328)	79	(24,1)	-	-	-	NA
Antecipação de recebíveis	(290)	(347)	57	(16,4)	-	-	-	NA
Total	**94.985**	**97.770**	**(2.785)**	**(2,8)**	**40.181**	**41.548**	**(1.367)**	**(3,3)**

De acordo com a tabela acima, aproximadamente 93% da receita de vendas da Companhia para os períodos em discussão é representada pela comercialização de: gasolina, etanol, diesel, óleo combustível e querosene de aviação (JET-A1).

Receita de Vendas por Segmento

Para divulgação da Receita de Vendas por Segmento, a Companhia utiliza valores ajustados pela apropriação das bonificações antecipadas concedidas a clientes. Para divulgação do Custo de Produtos Vendidos e Serviços Prestados, a Companhia utiliza valores ajustados pela depreciação dos ativos da fábrica de lubrificantes e asfaltos. Em função da mudança, em 2019, na comercialização de lubrificantes dos clientes atacadistas e supertroca da Rede de Postos para Mercados Especiais, os dados de 2018 para ambos os segmentos estão reapresentados. Para mais informações e conciliação dos valores, vide nota 26 das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social fido em 31 de dezembro de 2019.

Rede de Postos

Rede de Postos				
	dez/19	**dez/18**	**AH**	**AH%**
Volume (em milhares de m³)	**22.316**	**22.401**	**(85)**	**(0,4)**
Receita de Vendas (em milhões de reais)	56.524	57.130	(606)	(1,1)
Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados (em milhões de reais)	(53.254)	(54.053)	799	(1,5)
Lucro Bruto	**3.270**	**3.077**	**193**	**6,3**

A receita de vendas da Companhia no segmento operacional Rede de Postos diminuiu 1,1%, passando a R$56.524 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, de R$57.130 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018. Os diretores entendem que esta redução é explicada em função da diminuição de 0,7% nos preços médios de realização dos produtos da Rede de Postos (i.e. receita de vendas dividida pelo volume de vendas) observados pela Companhia, reflexo, principalmente, da redução de 1,1% nos custos médios de aquisição dos produtos (i.e. custo dos produtos e serviços vendidos dividido pelo volume de vendas), associada a redução de 0,4% do volume dos produtos vendidos.

A redução de 0,4% no volume dos produtos vendidos é atribuível especialmente à redução de 1,4% das vendas de diesel, parcialmente compensada pelo aumento de 0,4% das vendas dos produtos do ciclo otto. Destaca-se a maior participação do etanol no mix do ciclo otto, produto no qual é superior a participação de players regionais e postos não embandeirados, que torna o cenário mais desafiador à Companhia.

B2B(*)

B2B				
	dez/19	**dez/18**	**AH**	**AH %**
Volume (em milhares de m³)	**14.240**	**15.234**	**(994)**	**(6,5)**
Receita de Vendas (em milhões de reais)	30.001	31.576	(1.575)	(5,0)
Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados (em milhões de reais)	(27.586)	(29.180)	1.594	(5,5)
Lucro Bruto	**2.415**	**2.396**	**19**	**0,8**

(*) Representa a soma dos segmentos do Mercado Consumidor e Mercados Especiais, tal como inicialmente divulgados nas demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, conforme nota explicativa 26.

A receita de vendas da Companhia no segmento operacional do B2B diminuiu 5,0%, passando a R$30.001 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, de R$31.576 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018. Os diretores entendem que esta redução é explicada em função da diminuição de 6,5% do volume dos produtos vendidos, parcialmente compensada pelo aumento de 1,6% nos preços médios de realização dos produtos do B2B (i.e. receita de vendas dividida pelo volume de vendas) observados pela Companhia, reflexo,

principalmente, do aumento de 1,1% nos custos médios de aquisição dos produtos (i.e. custo dos produtos e serviços vendidos dividido pelo volume de vendas).

A redução de 6,5% no volume dos produtos vendidos é atribuível especialmente as vendas de diesel e de óleo combustível, inferiores em 2019 em 6% e 19%, respectivamente, devido a maior seletividade no mix de vendas do diesel, com o reposicionamento das margens, e a menor demanda de combustíveis pelas térmicas, bem como a menor demanda de gás natural canalizado, inferior em cerca de 111 mil m³, foram determinantes para o menor volume comercializado.

Mercado de Aviação

Mercado de Aviação				
	dez/19	**dez/18**	**AH**	**AH%**
Volume (em milhares de m³)	**3.625**	**3.913**	**(288)**	**(7,4)**
Receita de Vendas (em milhões de reais)	8.973	9.586	(613)	(6,4)
Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados (em milhões de reais)	(8.175)	(8.669)	494	(5,7)
Lucro Bruto	**798**	**917**	**(119)**	**(13,0)**

A receita de vendas da Companhia no segmento operacional Mercado de Aviação reduziu em 6,4%, passando a R$8.973 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, de R$9.586 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018. Os diretores entendem que esta redução no segmento operacional Mercado de Aviação é explicada, principalmente, em função da diminuição de 7,4% no volume dos produtos vendidos, parcialmente compensada pelo aumento de 1,0% nos preços médios de realização de produtos (i.e. receita de vendas dividida pelo volume de vendas), reflexo, principalmente, do aumento de 1,8% nos custos médios de aquisição dos produtos (i.e. custo dos produtos e serviços vendidos dividido pelo volume de vendas).

A redução de 7,4% no volume vendido é reflexo do fim das operações de um grande player da aviação nacional no primeiro semestre de 2019 e que era cliente da Companhia, além de renegociações contratuais junto a empresas estrangeiras de aviação.

Custo dos produtos vendidos e serviço prestados

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, o custo dos produtos vendidos e serviços prestados foi de R$89.027 milhões, representando uma redução de 3,1% em relação aos R$91.914 milhões registrados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, correspondendo a 93,7% e 94,0% da receita de vendas da Companhia nos referidos períodos, respectivamente. Os diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu principalmente em função da redução de 3,3% no volume dos produtos vendidos, parcialmente compensada pelo aumento de 0,2% nos custos médios de aquisição dos produtos (i.e. custos dos produtos vendidos e serviços prestados dividido pelo volume vendido).

Lucro bruto

Em razão dos fatores acima indicados, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 o lucro bruto da Companhia totalizou R$5.958 milhões, representando um aumento de 1,7% em relação aos R$5.856 milhões apurados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, correspondendo a 6,3% e 6,0% da receita de vendas da Companhia nos dois exercícios sociais, respectivamente**.**

Os diretores entendem que esse aumento ocorreu principalmente em razão do aumento de 5,2% nas margens médias de comercialização (i.e. lucro bruto dividido pelo volume vendido), parcialmente compensado pela redução de 3,3% no volume dos produtos vendidos.

A redução de 3,3% no volume de produtos vendidos é atribuível especialmente ao reposicionamento das margens do diesel, especialmente no mercado consumidor, além da menor demanda de combustíveis pelas térmicas e de dificuldades operacionais de um importante player da aviação nacional. Soma-se aos fatores citados a nova dinâmica do mercado de distribuição de combustíveis, que apresentou maior competitividade no mercado de vendas de combustíveis em função do aumento da representatividade dos produtos importados.

Despesas operacionais

(a) Vendas

As despesas com vendas somaram R$3.017 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 e R$2.927 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de 3,1% ou R$90 milhões, e corresponderam a 3,2% e 3,0% respectivamente, da receita de vendas da Companhia. Os diretores da Companhia entendem que esse aumento ocorreu, especialmente, pelos seguintes fatores:

(i) *depreciação e amortização*: aumento de R$89 milhões, com destaque para o incremento das despesas com amortização do direito de uso de ativos decorrente da adoção inicial do IFRS16 que entrou em vigor em 01/01/19 (R$79 milhões);

(ii) *pessoal*: aumento de R$76 milhões, atribuível, principalmente, aos gastos associados as verbas rescisórias referentes ao plano de transformação organizacional;

(iii) *perdas de crédito esperadas*: aumento de R$33 milhões, em função, principalmente, das menores reversões nas perdas esperadas dos títulos a receber dos clientes do sistema isolado e interligado de energia em relação a 2018 (R$108 milhões), parcialmente compensadas pelas menores constituições de perdas esperadas dos títulos a receber de outros clientes (R$75 milhões);

(iv) *fretes*: redução de R$32 milhões, atribuível, principalmente, a menor venda de combustíveis claros, associada à queda do acionamento das térmicas do sistema interligado de energia em 2019;

(v) *aluguéis*: redução de R$29 milhões, em função, principalmente, da adoção inicial do IFRS16, em 01/01/19, que passou a tratar os contratos com características de arredamentos operacionais como direito de uso no ativo e a correspondente dívida no passivo, gerando a apropriação mensal de amortização do direito de uso dos ativos e de encargos financeiros sobre o passivo (R$16 milhões), associada a redução dos pagamentos referentes as parcelas variáveis dos contratos de arrendamento (R$6 milhões); e

(vi) *serviços contratados*: redução de R$29 milhões, atribuível, principalmente, aos gastos com: expedição e armazenagem (R$15 milhões), engenharia (R$7 milhões), processamento de dados (R$6 milhões), conservação de equipamentos (R$5 milhões), pesquisa e desenvolvimento (R$4 milhões), serviços de segurança e vigilância (R$3 milhões), outros serviços técnicos (R$3 milhões), parcialmente compensado pelo aumento nos gastos com outros serviços gerais (R$15 milhões).

(b) Gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas somaram R$868 milhões em 31 de dezembro de 2019 e R$786 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de 10,4% ou R$82 milhões, e corresponderam a 0,9% e 0,8%, respectivamente, da receita de vendas da Companhia, representando ainda um aumento de 0,1 ponto percentual entre os

exercícios analisados. Os diretores da Companhia entendem que esse aumento ocorreu, especialmente, pelos seguintes fatores:

(i) *pessoal*: aumento de R$73 milhões, atribuível, principalmente, aos gastos associados as verbas rescisórias referentes ao plano de transformação organizacional;

(ii) *depreciação e amortização*: aumento de R$22 milhões, com destaque para o incremento das despesas com amortização do direito de uso de ativos decorrente da adoção inicial do IFRS16, que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2019 (R$27 milhões);

(iii) *serviços contratados*: aumento de R$18 milhões, atribuível, principalmente, aos pagamentos em 2019 à consultoria "Ekantika" referente aos serviços de elaboração, coordenação e execução do Plano de Transformação Organizacional (R$11 milhões) e a "The Boston Consulting Group" referente a serviços de revisão do modelo e processo de gestão de transporte rodoviário, reavaliando o Plano Diretor de Logística - Módulo Transporte - PDL-T (R$7 milhões); e

(iv) *aluguéis*: redução de R$46 milhões, em função, principalmente, da adoção inicial do IFRS16, em 1º de janeiro de 2019, que passou a tratar os contratos com características de arredamentos operacionais como direito de uso no ativo e a correspondente dívida no passivo, gerando a apropriação mensal de amortização do direito de uso dos ativos e de encargos financeiros sobre o passivo (R$42 milhões).

(c) Tributárias

As despesas tributárias somaram R$108 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 e R$315 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, representando uma redução de 65,7% ou R$207 milhões, e corresponderam a 0,1% e 0,3%, respectivamente, da receita de vendas da Companhia, representando, ainda, uma redução de 0,2 pontos percentuais entre os exercícios analisados. Os diretores da Companhia entendem que essa redução ocorreu, principalmente, da quitação, em 2018, do Termo de Acordo Extrajudicial para quitação de contencioso fiscal de ICMS no estado de Mato Grosso (R$186 milhões).

(d) Outras receitas (despesas), líquidas

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, as outras receitas (despesas), líquidas somaram R$654 milhões em despesas líquidas em comparação com outras receitas líquidas de R$559 milhões apuradas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, uma variação negativa de R$1.213 milhões. Os diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, especialmente, pelas seguintes razões:

(i) *perdas e provisões com processos judiciais*: variação negativa de R$1.100 milhões, em função, principalmente, dos seguintes eventos: (i) (-) variação negativa de R$1.229 milhões, em função da baixa, em 2018, de diversos processos administrativos e de processos não autuados, referente ao Termo de Acordo Extrajudicial assinado com o Estado do Mato Grosso; e (ii) (+) variação positiva de R$69 milhões, em 2019, do processo cível movido por Único Combustíveis Ltda., devido a revisão da base para incidência do cálculo da multa, em função da jurisprudência do STJ usar o lucro líquido e não o faturamento como base de cálculo;

(ii) *programa de desligamento e reestruturação*: variação negativa de R$332 milhões, decorrente do reconhecimento da despesa para pagamento de indenizações oriundas das adesões ao Programa de Desligamento Optativo (PDO) e dos desligamentos dos executivos;

(iii) *abono por repactuação salarial*: variação negativa de R$55 milhões, decorrente da implantação de novos cargos e salários realizada por meio de negociação individual;

(iv) *plano de cargos e salários*: aumento de R$48 milhões, em função do provisionamento para pagamento de abono referente a repactuação para o novo plano de cargos e salários da Companhia;

(v) *plano de incentivo ao desligamento voluntário - PIDV*: variação positiva de R$113 milhões decorrente, principalmente, do provisionamento em 2018, dos valores de gastos estimados referentes às indenizações aos empregados que aderiram a reabertura do programa de incentivo ao desligamento voluntário de 2016 e do PIDV 2018 (R$92 milhões), associado as reversões dos valores provisionados, em dez/18 referente ao PIDV 2018, em função das desistências ocorridas em 2019 (R$21 milhões);

(vi) *relações institucionais e projetos culturais*: redução de R$79 milhões, em função, principalmente, dos seguintes eventos: *(i)* campanha publicitária dos postos realizada, em 2018, junto à TV aberta - Rede Globo e TV Fechada - diversos canais (R$63 milhões); *(ii)* ações de comunicação, em 2018, das gasolinas: Grid e Podium (R$18 milhões) e de lubrificantes (R$4 milhões) e *(iii)* árvore de natal do Rio 2018 (R$2 milhões);

(vii) *despesas de aluguel*: redução de R$77 milhões, em função, principalmente, da adoção inicial do IFRS16, em 01/01/19, que passou a tratar os contratos com características de arredamentos operacionais como direito de uso no ativo e a correspondente dívida no passivo, gerando a apropriação mensal de amortização do direito de uso dos ativos e de encargos financeiros sobre o passivo;

(viii) *participação nos lucros ou resultado*: redução de R$68 milhões, em função do provisionamento, em 2019, de R$14 milhões, referente ao complemento da provisão do exercício de 2018 (R$13 milhões), quando comparado ao provisionamento de R$82 milhões no mesmo período do ano anterior.

(ix) *receita de armazenagem conjunta*: aumento de R$67 milhões, em função, principalmente da assinatura do Termo de Encerramento de Pendências referente a serviços de armazenagem da BAVAP do período compreendido entre JAN/13 a MAI/18 (R$54 milhões); e

(x) *prêmio por desempenho*: redução de R$38 milhões, em função, do provisionamento em 2019, do montante de R$52 milhões e do provisionamento, em 2018, da parcela do prêmio referente ao exercício de 2017 (R$50 milhões) e 2018 (R$40 milhões).

Resultado financeiro

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia teve receita financeira líquida de R$1.990 milhões, ante receita financeira líquida de R$2.423 milhões apurada no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, representando uma variação negativa de R$433 milhões. Os diretores entendem que a variação decorre, principalmente, da redução de R$455 milhões, em virtude, da remensuração, em 2018, do valor justo dos recebíveis das empresas Ceron, Eletroacre e Boa Vista, ex- controladas da Eletrobras em função da privatização daquelas Companhias (R$1.524 milhões), associada a receita financeira, em 2018, decorrente dos recebimentos das

empresas Ceron, Eletroacre, Boa Vista e Amazonas Energia (R$1.085 milhões) em comparação aos recebimentos, em 2019, da empresa Amazonas Energia (R$2.154 milhões).

Imposto de renda e contribuição social

Os tributos sobre o lucro apresentaram redução de R$524 milhões, passando de uma despesa de R$1.616 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 para uma despesa de R$1.092 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Os diretores entendem que a redução é em função, principalmente, do menor lucro apurado antes dos tributos, de R$4.809 milhões em 2018 para R$3.303 milhões em 2019, uma vez que não houve alteração significativa da alíquota efetiva entre os períodos, de 33,6% em 2018 para 33,1% em 2019, conforme apresentado na nota explicativa 17.4 (c) das demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Lucro líquido

Em função do anteriormente exposto, o lucro líquido da Companhia no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R$2.211 milhões, representando uma redução de R$982 milhões se comparado ao lucro líquido de R$3.193 milhões apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

Demais contas de resultado

As demais contas de resultado não discutidas não apresentaram variações significativas na comparação entre os saldos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, ou não representavam uma participação substancial da receita de vendas naquelas datas.

BALANÇO PATRIMONIAL

Análise das variações patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 comparada a 31 de dezembro de 2019

Balanço Patrimonial – Ativo					
Dados consolidados em R$(milhões)	**31/12/2020**	**AV (%)**	**31/12/2019**	**AV (%)**	**AH(%)**
Ativo					
Circulante					
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.358	11,9	2.362	9,1	42,2
Contas a receber, líquidas	3.997	14,1	4.475	17,3	(10,7)
Estoques	3.545	12,5	3.412	13,2	3,9
Adiantamentos a fornecedores	55	0,2	29	0,1	89,7
Imposto de renda e contribuição social	126	0,4	224	0,9	(43,8)
Impostos e Contribuições a recuperar	1.417	5,0	906	3,5	56,4
Bonificações antecipadas concedidas a clientes	592	2,1	604	2,3	(2,0)
Despesas Antecipadas	60	0,2	56	0,2	7,1
Instrumentos Financeiros Derivativos	19	0,1	9	0,0	111,1
Ativos mantidos para venda	11	0,0	38	0,1	(71,1)

Outros ativos circulantes	171	0,6	110	0,5	55,5
Total do ativo circulante	**13.351**	**47,1**	**12.225**	**47,3**	**9,2**
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Contas a receber, líquidas	752	2,7	592	2,3	27,0
Depósitos judiciais	1.164	4,1	1.173	4,5	(0,8)
Impostos e contribuições a recuperar	1.422	5,0	607	2,3	134,3
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.705	6,0	1.905	7,4	(10,5)
Bonificações antecipadas concedidas a clientes	1.753	6,2	1.926	7,4	(9,0)
Despesas Antecipadas	139	0,5	153	0,6	(9,2)
Outros ativos realizáveis a longo prazo	14	0,0	15	0,1	(6,7)
Total do ativo realizável a longo prazo	**7.447**	**26,3**	**6.371**	**24,6**	**16,9**
Investimentos	448	1,6	47	0,2	853,2
Imobilizado	6.723	23,7	6.703	25,9	0,3
Intangível	358	1,3	520	2,0	(31,2)
	14.976	**52,9**	**13.641**	**52,7**	**9,8**
Total do ativo	**28.327**	**100,0**	**25.866**	**100,0**	**9,5**

Balanço Patrimonial – Passivo					
Dados consolidados em R$(milhões)	**31/12/2020**	**AV (%)**	**31/12/2019**	**AV (%)**	**AH (%)**
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	2.196	7,8	2.307	8,9	(4,8)
Financiamentos	2.082	7,3	4.254	16,4	(51,1)
Arrendamentos	115	0,4	87	0,3	32,2
Adiantamentos de clientes	666	2,4	285	1,1	133,7
Imposto de renda e contribuição social	0	0,0	1	0,0	(100,0)
Impostos e contribuições a recolher	355	1,3	315	1,2	12,7
Dividendos e Juros sobre o capital próprio	942	3,3	525	2,0	79,4
Salários, férias, encargos, prêmios e participações	233	0,8	309	1,2	(24,6)
Plano de incentivo ao desligamento voluntário	0	0,0	2	0,0	(100,0)
Programas de desligamento e reestruturação	1	0,0	115	0,4	(99,1)

Planos de pensão e saúde	102	0,4	192	0,7	(46,9)
Instrumentos Financeiros Derivativos	81	0,3	41	0,2	97,6
Outras contas e despesas a pagar	169	0,6	166	0,6	1,8
Total do passivo circulante	**6.942**	**24,5**	**8.599**	**33,2**	**(19,3)**
Não circulante					
Financiamentos	5.675	20,0	1.703	6,6	233,2
Arrendamentos	681	2,4	731	2,8	(6,8)
Planos de pensão e saúde	1.768	6,2	5.019	19,4	(64,8)
Provisão para processos judiciais e administrativos	899	3,2	1.040	4,0	(13,6)
Outras contas e despesas a pagar	155	0,5	8	0,0	1.837,5
Total do passivo não circulante	**9.178**	**32,4**	**8.501**	**32,9**	**8,0**
Patrimônio Líquido					
Capital social realizado	6.353	22,4	6.353	24,6	0,0
Reserva de lucros	7.055	24,9	4.681	18,1	50,7
Reserva de Capital	4	0,0	0	0,0	100,0
Ajustes de avaliação patrimonial	(1.205)	(4,3)	(2.268)	(8,8)	(46,9)
Total do patrimônio líquido	**12.207**	**43,1**	**8.766**	**33,9**	**39,3**
Total de passivo e patrimônio líquido	**28.327**	**100,0**	**25.866**	**100,0**	**9,5**

ATIVO

Circulante

O ativo circulante aumentou 9,2% em 31 de dezembro de 2020 se comparado ao ativo circulante de 31 de dezembro de 2019, passando de R$12.225 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R$13.351 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando, nas referidas datas, 47,3% e 47,1%, respectivamente, do total do ativo.

Os diretores da Companhia entendem que o aumento ocorreu principalmente pelas variações descritas abaixo.

Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo do caixa e equivalentes de caixa totalizava R$3.358 milhões, representando um aumento de 42,2% em relação ao saldo de R$2.362 milhões em 31 de dezembro de 2019. Os diretores da Companhia entendem que o aumento ocorreu em razão dos seguintes eventos: (i) pela geração nas atividades operacionais no valor de R$1.818 milhões, em função, principalmente do lucro líquido ajustado de R$3.075 milhões, parcialmente compensado pelo imposto de renda e contribuição social pagos, no montante de R$987 milhões. O item (i) foi parcialmente compensado pelo caixa líquido utilizado pelas atividades de investimentos no montante de R$581 milhões com destaque para as aquisições de imobilizado e intangível (R$606 milhões) associado ao caixa utilizado pelas atividades de financiamentos, no montante de R$241 milhões, com destaque para as amortizações de principal e juros dos financiamentos e

arrendamentos (R$3.858 milhões), pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio (R$1.080 milhão), parcialmente compensado pelas captações no montante de R$4.713 milhões.

Contas a receber líquidas

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de contas a receber líquidas totalizava R$3.997 milhões, o que, se comparado ao saldo de R$4.475 milhões em 31 de dezembro de 2019, representou uma diminuição de 10,7% ou R$478 milhões. Os diretores da Companhia entendem que esta variação decorreu, principalmente, do recebimento das parcelas do contrato de confissão de dívida celebrado, em 2018, com as empresas Eletroacre, Ceron e Boa Vista (R$425 milhões), compensado, parcialmente pela transferência do não circulante das parcelas deste contrato (R$146 milhões).

Estoques

O saldo de estoques, em 31 de dezembro de 2020, totalizou R$3.545 milhões, representando um aumento de 3,9% em relação ao saldo de R$3.412 milhões em 31 de dezembro de 2019. Os diretores da Companhia entendem que o aumento ocorreu em razão, principalmente, do aumento de R$116 milhões nos estoques de Biodiesel para cobertura do incremento percentual, de 11% para 12%, na mistura obrigatória a partir de janeiro/21, pelo recebimento do suprimento fluvial em Porto Velho dada a retomada da navegação após a seca do rio Madeira e do recebimento de navios ao fim do mês de dezembro/20 em polos de suprimento por cabotagem para consumo em janeiro/21.

Impostos e contribuições a recuperar

Os impostos e contribuições a recuperar, em 31 de dezembro de 2020, totalizaram R$1.417 milhões, representando um aumento de R$511 milhões em relação ao saldo de R$906 milhões em 31 de dezembro de 2019. Os diretores da Companhia entendem que o aumento ocorreu em razão, principalmente, do reconhecimento de R$482 milhões referente à ação judicial que transitou em julgado em sentido favorável a Companhia que pleiteava a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS.

Não circulante

O ativo não circulante aumentou R$1.335 milhões em 31 de dezembro de 2020 se comparado ao ativo não circulante em 31 de dezembro de 2019, passando de R$13.641 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R$14.976 milhões em 31 de dezembro de 2020, o que representou 52,7% e 52,9%, respectivamente, do total do ativo.

Os diretores da Companhia entendem que o aumento ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas.

Contas a receber, líquidas

O saldo de contas a receber, líquidas totalizou R$752 milhões em 31 de dezembro de 2020, um aumento de R$160 milhões em relação ao saldo de R$592 milhões em 31 de dezembro de 2019. Os diretores da Companhia entendem que essa variação se deve, principalmente, a segregação para o curto prazo das parcelas dos contratos de confissão de dívida celebrados, em 2018, com a Eletroacre, Ceron e Boa Vista (R$146 milhões).

Impostos e contribuições a recuperar

O saldo de impostos e contribuições a recuperar totalizou R$1.422 milhões em 31 de dezembro de 2020, um aumento de R$815 milhões em relação ao saldo de R$607 milhões em 31 de dezembro de 2019. Os diretores da Companhia entendem que o aumento ocorreu em razão, principalmente,

do reconhecimento de R$831 milhões referente à ação judicial que transitou em julgado em sentido favorável a Companhia que pleiteava a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O saldo do imposto de renda e contribuição social diferidos totalizou R$1.705 milhões em 31 de dezembro de 2020, uma redução de R$200 milhões em relação ao saldo de R$1.905 milhões em 31 de dezembro de 2019. Os diretores da Companhia entendem que essa variação está relacionada, principalmente, aos efeitos tributários incidentes sobre o ganho atuarial proveniente das remensurações do passivo atuarial dos planos de pensão ocorridos em 2020 (R$189 milhões).

Bonificações antecipadas concedidas a clientes

O saldo das bonificações antecipadas concedidas a clientes totalizou R$1.753 milhões em 31 de dezembro de 2020, uma redução de R$173 milhões em relação ao saldo de R$1.926 milhões em 31 de dezembro de 2019. Os diretores da Companhia entendem que essa variação está relacionada, principalmente, pela segregação das parcelas para o circulante (curto prazo), parcialmente compensada pela concessão de novas bonificações ao longo do exercício de 2020.

Instrumentos financeiros derivativos

O saldo dos instrumentos financeiros derivativos totalizou R$498 milhões em 31 de dezembro de 2020, sem correspondência em 31 de dezembro de 2019. Os diretores da Companhia entendem que esse saldo está relacionado, ao resultado líquido apurado nos contratos de swap celebrados ao longo do período, em virtude das captações de recursos realizadas através de NCE e Loan 4131 para: (i) proteção contra a variação cambial da dívida contraída em moeda estrangeira e (ii) exposição à taxa de juros.

Investimentos

Os diretores da Companhia entendem que o aumento de 853,2%, ou R$401 milhões nos investimentos que, em 31 de dezembro de 2020 era de R$448 milhões e em 31 de dezembro de 2019, era de R$47 milhões, decorre, principalmente, do recebimento de ações da empresa ESGÁS como pagamento da indenização pelos ativos reversíveis da concessão de gás no Estado do Espírito Santo (R$379 milhões).

Intangível

O saldo do intangível totalizou R$358 milhões em 31 de dezembro de 2020, uma redução de R$162 milhões em relação ao saldo de R$520 milhões em 31 de dezembro de 2019. Os diretores da Companhia entendem que essa variação está relacionada, principalmente, ao custo dos ativos da concessão de gás revertidos ao Estado do Espírito Santo (R$260 milhões), associado a amortização do exercício (R$40 milhões), parcialmente compensados pela adição de softwares (R$141 milhões).

PASSIVO

Circulante

O passivo circulante em 31 de dezembro de 2020 era de R$6.942 milhões, representando uma redução de 19,3%, ou R$1.657 milhões, se comparado ao passivo circulante em 31 de dezembro de 2019, que era de R$8.599 milhões, correspondendo a 24,5% e 33,2% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, respectivamente.

Os diretores da Companhia entendem que a referida redução decorreu principalmente das variações abaixo descritas.

Financiamentos

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de financiamentos totalizou R$2.082 milhões, o que, se comparado ao saldo de R$4.254 milhões em 31 de dezembro de 2019, representou uma redução de R$2.172 milhões. Os diretores da Companhia entendem que esta redução é referente aos seguintes eventos principais: (i) pagamento de principal e juros (R$3.693 milhões); (ii) transferência entre circulante e o não circulante (R$643 milhões), com destaque para parte do saldo das debêntures do Itaú em função do aditamento do contrato e prorrogação do vencimento para 2025 (R$750 milhões). Os itens (i) e (ii) foram parcialmente compensados pelas captações de novos financiamentos de curto prazo (R$1.895 milhão) e juros do período (R$253 milhões).

Adiantamento de clientes

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de adiantamento de clientes totalizou R$666 milhões, o que, se comparado ao saldo de R$285 milhões em 31 de dezembro de 2019, representou um aumento de 133,7% ou R$381 milhões. Os diretores da Companhia entendem que esse aumento decorre, principalmente, de novos adiantamentos do Comanda da Marinha (R$92 milhões) e Comando do Exército (R$64 milhões) e ao maior volume de adiantamentos recebidos em relação as entregas efetuadas dos seguintes clientes: Latam (R$62 milhões), Gol linhas aéreas (R$28 milhões), Centrais Elétricas da Paraíba (R$23 milhões) e Azul linhas aéreas (R$20 milhões).

Dividendos e juros sobre capital próprio

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de dividendos e juros sobre capital próprio totalizou R$942 milhões, o que, se comparado ao saldo de R$525 milhões em 31 de dezembro de 2019, representou um aumento de 79,4% ou R$417 milhões. Os diretores da Companhia entendem que esse aumento foi em função da quitação, ao longo do exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, do saldo existente em 31 de dezembro de 2019, associado à constituição do dividendo mínimo obrigatório do exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 (R$942 milhões).

Programa de desligamento e reestruturação

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo referente ao Programa de Desligamento e Reestruturação totalizou R$1 milhão, o que, se comparado ao saldo de R$115 milhões em 31 de dezembro de 2019, representou uma redução de 99,1% ou R$114 milhões. Os diretores da Companhia entendem que essa redução é referente aos pagamentos ocorridos ao longo do exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

Não circulante

O passivo não circulante que, em 31 de dezembro de 2020, foi de R$9.178 milhões, aumentou 8,0% ou R$677 milhões, se comparado aos R$8.501 milhões apurados em 31 de dezembro de 2019 e representou 32,4% e 32,9% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, respectivamente.

Os diretores da Companhia entendem que o aumento ocorreu em razão das variações abaixo descritas.

Financiamentos

O saldo de financiamentos não circulante, em 31 de dezembro de 2020, totalizou R$5.675 milhões, representando um aumento de 233,2% ou R$3.972 milhões em relação ao saldo de R$1.703 milhões em 31 de dezembro de 2019. Os diretores da Companhia entendem que este aumento foi em função, principalmente, dos seguintes eventos: (i) captação de novos empréstimos (R$2.817 milhões); (ii) variação cambial dos financiamentos no exterior (R$460 milhões); e (iii) transferência

entre circulante e o não circulante (R$643 milhões), com destaque para parte do saldo das debêntures do Itaú em função do aditamento do contrato e prorrogação do vencimento para 2025 (R$750 milhões).

Planos de pensão e saúde

O saldo de obrigações com planos de pensão e saúde, em 31 de dezembro de 2020, totalizou R$1.768 milhão, o que, se comparado ao saldo de R$5.019 milhões em 31 de dezembro de 2019, representou uma redução de 64,8% ou R$3.251 milhões. Os diretores da Companhia entendem que tal redução ocorreu em razão, principalmente, do reconhecimento dos ganhos atuariais, resultantes da reavaliação das obrigações de benefícios de longo prazo a empregados, com destaque para o Plano de Saúde em função da implantação de um novo modelo.

Provisão para processos judiciais e administrativos

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo referente a provisão para processos judiciais e administrativos totalizou R$899 milhões, o que, se comparado ao saldo de R$1.040 milhão em 31 de dezembro de 2019, representou uma redução de R$141 milhões. Os diretores da Companhia entendem que essa redução foi em função dos seguintes eventos: *(i)* reversão do provisionamento das dívidas tributárias junto aos Estados do Mato Grosso do Sul e Sergipe (R$65 milhões), em função de pagamentos através dos programas de Anistia dos respectivos Estados, e *(ii)* alteração na expectativa de perda, de provável para possível, no processo civil movido pela Dislub (R$64 milhões), em função da anulação por parte do STJ, do acórdão para determinar que o tribunal se manifestasse sobre a necessidade de desconto dos lucros cessantes, em linha com a jurisprudência da corte e no processo tributário referente a cobrança de ICMS nas operações de QAV no Estado do Pará (R$26 milhões).

Outras contas e despesas a pagar

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de outras contas e despesas a pagar totalizou R$155 milhões, o que, se comparado ao saldo de R$8 milhões em 31 de dezembro de 2019, representou uma redução de R$147 milhões. Os diretores da Companhia entendem que esse aumento foi em função da provisão do termo de encerramento de pendência celebrado com a Petrobras referente à penalidade pela não retirada do volume de gás natural contratado em razão da suspensão das atividades da Samarco Mineradora.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido da Companhia, em 31 de dezembro de 2020, totalizou R$12.207 milhões, o que, se comparado ao patrimônio líquido de R$8.766 milhões em 31 de dezembro de 2019, representou um aumento de 39,3%, correspondendo a 43,1% e 33,9% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, respectivamente.

Os diretores da Companhia entendem que o aumento ocorreu em razão principalmente dos seguintes eventos: (i) lucro líquido do exercício, no montante de 3.905 milhões; (ii) dos ganhos atuarias na remensuração, em 2020, do passivo atuarial do plano de pensão e saúde no montante de R$1.063 milhão; (iii) da constituição da reserva de capital, em função do programa de remuneração baseado em ações, no montante de R$4 milhões, parcialmente compensados pelas seguintes destinações: (iv) dos dividendos adicionais propostos de 2019, no montante de R$534 milhões; (v) dos juros sobre capital próprio de 2020, no montante de R$498 milhões; e (vi) dos dividendos complementares ao mínimo obrigatório de 2020, no montante de R$499 milhões.

Demais contas patrimoniais

As contas patrimoniais não discutidas acima não apresentaram variações significativas na comparação entre os saldos em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2020, ou não representavam uma participação substancial na composição do passivo ou ativo totais da Companhia naquelas datas.

Análise das variações patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 comparada a 31 de dezembro de 2018

Balanço Patrimonial – Ativo					
Dados consolidados em R$(milhões)	**31/12/2019**	**AV (%)**	**31/12/2018**	**AV (%)**	**AH(%)**
Ativo					
Circulante					
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.362	9,1	3.057	12,1	(22,7)
Contas a receber, líquidas	4.475	17,3	5.327	21,0	(16,0)
Estoques	3.412	13,2	2.923	11,5	16,7
Adiantamentos a fornecedores	29	0,1	12	0,0	141,7
Imposto de renda e contribuição social	224	0,9	13	0,1	1.623,1
Impostos e Contribuições a recuperar	906	3,5	722	2,8	25,5
Bonificações antecipadas concedidas a clientes	604	2,3	591	2,3	2,2
Despesas Antecipadas	56	0,2	45	0,2	24,4
Ativos mantidos para venda	38	0,1	15	0,1	153,3
Outros ativos circulantes	119	0,5	98	0,4	21,4
Total do ativo circulante	**12.225**	**47,3**	**12.803**	**50,5**	**(4,5)**

Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Contas a receber, líquidas	592	2,3	1.155	4,6	(48,7)
Depósitos judiciais	1.173	4,5	1.051	4,1	11,6
Impostos e contribuições a recuperar	607	2,3	498	2,0	21,9
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.905	7,4	1.863	7,4	2,3
Bonificações antecipadas concedidas a clientes	1.926	7,4	1.467	5,8	31,3
Despesas Antecipadas	153	0,6	180	0,7	(15,0)
Outros ativos realizáveis a longo prazo	15	0,1	22	0,1	(31,8)
Total do ativo realizável a longo prazo	**6.371**	**24,6**	**6.236**	**24,6**	**2,2**
Investimentos	47	0,2	33	0,1	42,4
Imobilizado	6.703	25,9	5.797	22,9	15,6
Intangível	520	2,0	476	1,9	9,2
	13.641	**52,7**	**12.542**	**49,5**	**8,8**
Total do ativo	**25.866**	**100,0**	**25.345**	**100,0**	**2,1**

Balanço Patrimonial – Passivo					
Dados consolidados em R$(milhões)	**31/12/2019**	**AV (%)**	**31/12/2018**	**AV (%)**	**AH (%)**
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	2.307	8,9	2.219	8,8	4,0
Financiamentos	4.254	16,4	210	0,8	1.925,7
Cessão de direitos creditórios	0	0,0	31	0,1	(100,0)
Arrendamentos	87	0,3	29	0,1	200,0
Adiantamentos de clientes	285	1,1	299	1,2	(4,7)
Imposto de renda e contribuição social	1	0,0	45	0,2	(97,8)
Impostos e contribuições a recolher	315	1,2	300	1,2	5,0
Dividendos e Juros sobre o capital próprio	525	2,0	758	3,0	(30,7)
Salários, férias, encargos, prêmios e participações	309	1,2	290	1,2	6,6
Plano de incentivo ao desligamento voluntário	2	0,0	83	0,3	(97,6)
Programas de desligamento e reestruturação	115	0,4	0	0,0	100,0
Planos de pensão e saúde	192	0,7	154	0,6	24,7

Outras contas e despesas a pagar	207	0,8	143	0,6	44,8
Total do passivo circulante	**8.599**	**33,2**	**4.561**	**18,0**	**88,5**
Não circulante					
Financiamentos	1.703	6,6	5.314	21,0	(68,0)
Arrendamentos	731	2,8	19	0,1	3.747,4
Planos de pensão e saúde	5.019	19,4	4.755	18,8	5,6
Provisão para processos judiciais e administrativos	1.040	4,0	1.001	3,9	3,9
Outras contas e despesas a pagar	8	0,0	9	0,0	(11,1)
Total do passivo não circulante	**8.501**	**32,9**	**11.098**	**43,8**	**(23,4)**
Patrimônio Líquido					
Capital social realizado	6.353	24,6	6.353	25,1	0,0
Reserva de lucros	4.681	18,1	5.259	20,7	(11,0)
Ajustes de avaliação patrimonial	(2.268)	(8,8)	(1.926)	(7,6)	17,8
Total do patrimônio líquido	**8.766**	**33,9**	**9.686**	**38,2**	**(9,5)**
Total de passivo e patrimônio líquido	**25.866**	**100,0**	**25.345**	**100,0**	**2,1**

ATIVO

Circulante

O ativo circulante diminuiu 4,5% em 31 de dezembro de 2019 se comparado ao ativo circulante de 31 de dezembro de 2018, passando de R$12.803 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R$12.225 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando, nas referidas datas, 50,5% e 47,3%, respectivamente, do total do ativo.

Os diretores da Companhia entendem que a redução ocorreu principalmente pelas variações descritas abaixo.

Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo do caixa e equivalentes de caixa totalizava R$2.362 milhões, representando uma redução de 22,7% em relação ao saldo de R$3.057 milhões em 31 de dezembro de 2018. Os diretores da Companhia entendem que a redução ocorreu em razão dos seguintes eventos: (i) pela utilização nas atividades de financiamentos no valor de R$3.221 milhões, em função, principalmente do pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio no montante de R$3.049 milhões; (ii) pela utilização nas atividades de investimentos no valor de R$373 milhões, em função, principalmente das adições de imobilizado e intangível no montante de R$595 milhões, parcialmente compensados pelos resgates nos investimentos do FIDC no montante de R$242 milhões. Os itens (i) e (ii) foram parcialmente compensados pelo caixa líquido gerado pelas atividades operacionais no montante de R$2.899 milhões com destaque para o lucro líquido ajustado de R$3.096 milhões, associado à redução do saldo de contas a receber (R$3.583 milhões), parcialmente compensados pelo imposto de renda e contribuição social pagos (R$1.213 milhões), das bonificações antecipadas concedidas a clientes (R$991 milhões), dos pagamentos

com plano de pensão e saúde (R$640 milhões), do aumento dos estoques (R$489 milhões) e da redução dos impostos, taxas e contribuições (R$429 milhões).

Contas a receber líquidas

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de contas a receber líquidas totalizava R$4.475 milhões, o que, se comparado ao saldo de R$5.327 milhões em 31 de dezembro de 2018, representou uma diminuição de 16,0% ou R$852 milhões. Os diretores da Companhia entendem que esta variação decorreu, principalmente, em função da redução do volume de vendas no período.

Estoques

O saldo de estoques, em 31 de dezembro de 2019, totalizou R$3.412 milhões, representando um aumento de 16,7% em relação ao saldo de R$2.923 milhões em 31 de dezembro de 2018. Os diretores da Companhia entendem que o aumento ocorreu em razão, principalmente, dos menores volumes vendidos em comparação com a estimativa de venda utilizada para reposição dos estoques de óleo diesel, associada a estratégia de formação dos estoques de biocombustíveis.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e contribuição social, em 31 de dezembro de 2019, totalizou R$224 milhões, representando um aumento de R$211 milhões em relação ao saldo de R$13 milhões em 31 de dezembro de 2018. Os diretores da Companhia entendem que o aumento ocorreu em razão, principalmente, do benefício fiscal proveniente da declaração dos juros sobre capital próprio, gerando saldo negativo de IR e CSLL a ser compensado após envio da Escrituração Contábil Fiscal (ECF).

Impostos e Contribuições a recuperar

Os impostos e contribuições a recuperar, em 31 de dezembro de 2019, totalizaram R$906 milhões, representando um aumento de R$184 milhões em relação ao saldo de R$722 milhões em 31 de dezembro de 2018. Os diretores da Companhia entendem que o aumento ocorreu em razão, principalmente, dos seguintes eventos: (i) aumento de R$43 milhões referente a elevação do saldo de estoque de Diesel (R$30 milhões) e Gasolina (R$13 milhões) com o correspondente aumento de ICMS substituição tributária na refinaria; (ii) aumento de R$40 milhões referente ao ICMS ST a ser ressarcido pelos Estados nas operações interestaduais de derivados de petróleo em que o imposto tenha sido retido no Estado de origem e repassado ao Estado de destino por um valor menor, com destaque para o Estado do Maranhão; (iii) aumento de R$25 milhões referente aos registros de notas fiscais de aquisição de produtos com ICMS ST na refinaria, em 2019, referentes ao exercício de 2018; (iv) aumento de R$12 milhões referente a transferência do não circulante da parcela deferida referente ao ressarcimento do ICMS ST junto ao Estado do Rio de Janeiro; (v) aumento de R$10 milhões referente ao reconhecimento de créditos de INSS de jan/15 a mar/18 em razão do recolhimento a maior com a incidência da alíquota de 3% do RAT (Risco Ambiental do Trabalho) ao invés de 2%.

Não circulante

O ativo não circulante aumentou R$1.099 milhões em 31 de dezembro de 2019 se comparado ao ativo não circulante em 31 de dezembro de 2018, passando de R$12.542 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R$13.641 milhões em 31 de dezembro de 2019, o que representou 49,5% e 52,7%, respectivamente, do total do ativo.

Os diretores da Companhia entendem que o aumento ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas.

Contas a receber, líquidas

O saldo de contas a receber, líquidas totalizou R$592 milhões em 31 de dezembro de 2019, uma redução de R$563 milhões em relação ao saldo de R$1.155 milhões em 31 de dezembro de 2018. Os diretores da Companhia entendem que essa variação se deve, principalmente, a segregação para o curto prazo das parcelas dos contratos de confissão de dívida celebrados, em 2018, com a Eletroacre, Ceron e Boa Vista (R$521 milhões).

Bonificações antecipadas concedidas a clientes

O saldo das bonificações antecipadas concedidas a clientes totalizou R$1.926 milhões em 31 de dezembro de 2019, um aumento de R$459 milhões em relação ao saldo de R$1.467 milhões em 31 de dezembro de 2018. Os diretores da Companhia entendem que essa variação está relacionada, principalmente, a concessão de novas bonificações ao longo do exercício de 2019, parcialmente compensada pela segregação das parcelas para o circulante (curto prazo).

Imobilizado

Os diretores da Companhia entendem que o aumento de 15,6%, ou R$906 milhões no ativo imobilizado que, em 31 de dezembro de 2019 era de R$6.703 milhões e em 31 de dezembro de 2018, era de R$5.797 milhões, decorre, principalmente, do reconhecimento inicial dos arrendamentos em função da adoção do IFRS 16 - *Leases* que passou a vigorar a partir de 01/01/2019, no montante de R$771 milhões. O IFRS 16 eliminou a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, requerida pelo IAS 17. Assim, passou a existir um único modelo, no qual, os arrendamentos de longo prazo resultam no reconhecimento de ativos referentes aos direitos de uso dos ativos arrendados e o passivo financeiro referente aos pagamentos previstos nos arrendamentos.

PASSIVO

Circulante

O passivo circulante em 31 de dezembro de 2019 era de R$8.599 milhões, representando um aumento de 88,5%, ou R$4.038 milhões, se comparado ao passivo circulante em 31 de dezembro de 2018, que era de R$4.561 milhões, correspondendo a 33,2% e 18,0% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, respectivamente.

Os diretores da Companhia entendem que o referido aumento decorreu principalmente das variações abaixo descritas.

Financiamentos

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de financiamentos totalizou R$4.254 milhões, o que, se comparado ao saldo de R$210 milhões em 31 de dezembro de 2018, representou um aumento de R$4.044 milhões. Os diretores da Companhia entendem que este aumento é referente aos seguintes eventos: (i) transferência das parcelas do não circulante (longo prazo) no montante de R$3.832 milhões, com destaque para as debêntures do Itaú com vencimento em abril de 2020; (ii) adição de novos contratos de financiamentos de curto prazo no montante de R$530 milhões; (iii) provisionamento de juros e variação monetária no montante de R$165 milhões. Os itens (i), (ii) e (iii) foram parcialmente compensados pelos pagamentos de principal e juros no montante de R$483 milhões.

Dividendos e juros sobre capital próprio

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de dividendos e juros sobre capital próprio totalizou R$525 milhões, o que, se comparado ao saldo de R$758 milhões em 31 de dezembro de 2018, representou

uma redução de 30,7% ou R$233 milhões. Os diretores da Companhia entendem que essa redução foi em função da quitação, ao longo do exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, do saldo existente em 31 de dezembro de 2018, associado à constituição do dividendo mínimo obrigatório do exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 (R$525 milhões).

Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo referente a indenização para pagamento de obrigações vinculadas ao Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário totalizou R$2 milhões, o que, se comparado ao saldo de R$83 milhões em 31 de dezembro de 2018, representou uma redução de 97,6% ou R$81 milhões. Os diretores da Companhia entendem que essa redução deu-se em razão das seguintes movimentações ocorridas em 2019: (i) pagamentos no montante de R$60 milhões; e (ii) reversão da provisão, em função das desistências ao programa no montante de R$38 milhões, parcialmente compensadas pelo complemento da estimativa (provisão de 2018) no montante de R$17 milhões.

Programa de desligamento e reestruturação

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo referente ao Programa de Desligamento e Reestruturação totalizou R$115 milhões, sem correspondência em relação a 2018. Os diretores da Companhia entendem que esse aumento deu-se em razão aos seguinte eventos: *(i)* implementação, em novembro de 2019, do programa de desligamento optativo (PDO). Para este programa, foi provisionado o valor de R$241 milhões, tendo sido pago o montante de R$153 milhões em dezembro de 2019, restando um saldo a pagar de R$88 milhões; e *(ii)* em virtude da reestruturação organizacional foi reduzida em aproximadamente 140 posições de gestão. Os desligamentos decorrentes dessa reestruturação não estão contemplados no PDO, por não serem voluntários ou optativos. Para tal, foi provisionado o valor de R$91 milhões, tendo sido pago o valor de R$64 milhões em dezembro de 2019, restando um saldo a pagar de R$27 milhões.

Não circulante

O passivo não circulante que, em 31 de dezembro de 2019, foi de R$8.501 milhões, reduziu 23,4% ou R$2.597 milhões, se comparado aos R$11.098 milhões apurados em 31 de dezembro de 2018 e representou 32,9% e 43,8% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, respectivamente.

Os diretores da Companhia entendem que a redução ocorreu em razão das variações abaixo descritas.

Financiamentos

O saldo de financiamentos não circulante, em 31 de dezembro de 2019, totalizou R$1.703 milhões, representando uma redução de 68,0% ou R$3.611 milhões em relação ao saldo de R$5.314milhões em 31 de dezembro de 2018. Os diretores da Companhia entendem que esta redução foi em função, principalmente, da transferência das parcelas para o circulante (curto prazo) no montante de R$3.832 milhões, com destaque para as debêntures do Itaú com vencimento em abril de 2020, parcialmente compensada pelo provisionamento de juros e variação monetária no montante de R$221 milhões.

Arrendamentos

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo referente aos arrendamentos não circulante totalizou R$731 milhões, o que, se comparado ao saldo de R$19 milhões em 31 de dezembro de 2018, representou um aumento de R$712 milhões. Os diretores da Companhia entendem que esse aumento foi em função do reconhecimento inicial dos arrendamentos em função da adoção do IFRS 16 - *Leases*

que passou a vigorar a partir de 01/01/2019, no montante de R$771 milhões, sendo R$88 milhões reconhecidos no circulante e R$683 milhões no não circulante.

Planos de pensão e saúde

O saldo de obrigações com planos de pensão e saúde, em 31 de dezembro de 2019, totalizou R$5.019 milhões, o que, se comparado ao saldo de R$4.755 milhões em 31 de dezembro de 2018, representou um aumento de 5,6% ou R$264 milhões. Os diretores da Companhia entendem que tal aumento ocorreu em razão, principalmente, do reconhecimento das perdas atuariais, resultantes da reavaliação anual das obrigações de benefícios de longo prazo a empregados, associada ao reconhecimento da despesa atuarial do ano, parcialmente compensadas pelos pagamentos das contribuições.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido da Companhia, em 31 de dezembro de 2019, totalizou R$8.766 milhões, o que, se comparado ao patrimônio líquido de R$9.686 milhões em 31 de dezembro de 2018, representou uma redução de 9,5%, correspondendo a 33,9% e 38,2% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, respectivamente.

Os diretores da Companhia entendem que a redução ocorreu em razão principalmente dos seguintes eventos: (i) da destinação dos dividendos complementares propostos de 2018 no montante de R$2.199 milhões; (ii) destinação dos juros sobre capital próprio de 2019 no montante de R$540 milhões; (iii) das perdas atuarias na remensuração, em 2019, do passivo atuarial do plano de pensão e saúde no montante de R$342 milhões; (iv) dos dividendos complementares ao mínimo obrigatório no montante de R$50 milhões, parcialmente compensados pelo lucro líquido do exercício, no montante de R$2.211 milhões.

Demais contas patrimoniais

As contas patrimoniais não discutidas acima não apresentaram variações significativas na comparação entre os saldos em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2019, ou não representavam uma participação substancial na composição do passivo ou ativo totais da Companhia naquelas datas.

DEMONSTRAÇÕES DE FLUXO DE CAIXA

(Em R$ milhões)	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018
Caixa Líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais	1.818	2.899	3.328
Caixa Líquido gerado (utilizado) nas atividades de investimentos	(581)	(373)	(196)
Caixa Líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de financiamentos	(241)	(3.221)	(558)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	996	(695)	2.574

Caixa Líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais

Comparação de demonstrações de fluxo de caixa nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais foi de R$1.818 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 que, quando comparado ao caixa líquido gerado de R$2.899 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 representou uma

redução de R$1.081 milhão. Os diretores da Companhia entendem que a variação do fluxo de caixa operacional é atribuível, principalmente, ao menor ingresso de recebíveis dos contratos de confissão de dívida celebrados com as empresas: Eletroacre, Ceron, Boa Vista e Amazonas Energia S.A. no montante de R$2.251 milhões, em função, principalmente da quitação antecipada, em 2019, dos recebíveis referente ao contrato de confissão de dívida celebrado com a Amazonas Energia S.A. O referido menor ingresso foi parcialmente compensado pelos seguintes eventos: (i) pelas menores concessões de bonificações antecipadas a clientes no montante de R$524 milhões (de R$991 milhões em 2019 para R$467 milhões em 2020); (ii) pelos menores pagamentos relacionados aos planos de pensão e saúde no montante de R$269 milhões (de R$640 milhões em 2019 para R$371 milhões em 2020); e (iii) pelos menores desembolsos de imposto de renda e contribuição social no montante de R$226 milhões (de R$1.213 milhão em 2019 para R$987 milhões em 2020).

Comparação de demonstrações de fluxo de caixa nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais foi de R$2.899 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 que, quando comparado ao caixa líquido gerado de R$3.328 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 representou uma redução de R$429 milhões. Os diretores da Companhia entendem que a variação do fluxo de caixa operacional é atribuível, principalmente, aos seguintes eventos: (i) maiores valores desembolsados de imposto de renda e contribuição social no montante de R$1.187 milhões (de R$26 milhões em 2018 para R$1.213 milhões em 2019), em função, principalmente do recebimento antecipado, em 2019, do montante de R$1.446 milhões referente ao contrato de confissão de dívida celebrado com a Amazonas Energia S.A.; (ii) do pré-pagamento, em 2019, do montante de R$424 milhões referente aos Termos de Compromissos Financeiros (TCFs) oriundos do Acordo de Obrigações Recíprocas (AOR) que foi celebrado com a Petros, Petrobras e diversas entidades sindicais em 2006 e (iii) das maiores concessões de bonificações antecipadas a clientes no montante de R$394 milhões (de R$597 milhões em 2018 para R$991 milhões em 2019). Os itens anteriores foram parcialmente compensados pelo maior ingresso de recebíveis, em função, principalmente, da quitação antecipada, em 2019, do montante de R$1.446 milhões referente ao contrato de confissão de dívida celebrado com a Amazonas Energia S.A.

Caixa Líquido gerado (utilizado) nas atividades de investimentos

Comparação de demonstrações de fluxo de caixa nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

O caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos foi de R$581 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro 2020, um aumento de R$208 milhões se comparado ao caixa líquido utilizado de R$373 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro 2019. Os diretores da Companhia entendem que a variação nas atividades de investimentos ocorreu, principalmente, em função, dos resgates das quotas do FIDC em 2019, no montante de R$242 milhões, sem correspondência em 2020.

Comparação de demonstrações de fluxo de caixa nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

O caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos foi de R$373 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro 2019, um aumento de R$177 milhões se comparado ao caixa líquido utilizado de R$196 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro 2018. Os diretores da Companhia entendem que a variação nas atividades de investimentos ocorreu, principalmente,

em função das maiores adições em imobilizados e intangíveis no período findo em 31 de dezembro de 2019 (R$631 milhões) se comparado ao mesmo período de 2018 (R$431 milhões).

Caixa Líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de financiamentos

Comparação de demonstrações de fluxo de caixa nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

O caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos foi de R$241 milhões no período encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando uma redução de R$2.980 milhões comparado ao caixa líquido utilizado de R$3.221 milhões verificado no período encerrado em 31 de dezembro de 2019. Os diretores da Companhia entendem que a variação nas atividades de financiamentos ocorreu, em função, principalmente, dos seguintes eventos: (i) maiores captações de recursos no montante de R$4.183 milhões (de R$530 milhões em 2019 para R$4.713 milhões em 2020); (ii) menores pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio no montante de R$1.969 milhão (de R$3.049 milhões em 2019 para R$1.080 milhões em 2019). Os itens (i) e (ii) foram parcialmente compensados pelos maiores pagamentos de principal e juros do financiamento no montante de R$3.210 milhões (de R$483 milhões em 2019 para R$3.693 milhões em 2020).

Comparação de demonstrações de fluxo de caixa nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

O caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos foi de R$3.221 milhões no período encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R$2.663 milhões comparado ao caixa líquido utilizado de R$558 milhões verificado no período encerrado em 31 de dezembro de 2018. Os diretores da Companhia entendem que a variação nas atividades de financiamentos ocorreu, em função, principalmente, dos seguintes eventos: (i) maiores pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio no montante de R$2.015 milhões (de R$1.034 milhões em 2018 para R$3.049 milhões em 2019); (ii) menores captações se comparado com 2018, no montante de R$434 milhões (de R$964 milhões em 2018 para R$530 milhões em 2019) e (iii) maiores pagamentos de arrendamentos no período encerrado em 31 de dezembro de 2019 (R$187 milhões), se comparado ao mesmo período de 2018 (R$33 milhões), em função, da adoção do IFRS 16 que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2019, e que passou a existir um único modelo, no qual, os arrendamentos mercantis de longo prazo resultam no reconhecimento de ativos referentes aos direitos de uso dos ativos arrendados e o passivo financeiro referente aos pagamentos previstos nos arrendamentos mercantis.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

(a) resultados das operações da Companhia

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Nossas operações estão organizadas nos seguintes segmentos operacionais: (i) “Rede de Postos”; (ii) “B2B”; e (iii) “Mercado de Aviação”, conforme abaixo detalhado:

(i) **Rede de Postos**: O segmento operacional “Rede de Postos”, cujas vendas representaram 62% da receita de vendas por segmento operacional da Companhia encerrado até 31 de dezembro de 2020, é responsável por distribuir combustíveis automotivos, como diesel, gasolina, etanol, Gás Natural Veicular (GNV” e lubrificantes, e ofertar as franquias “BR Mania” e “Lubrax + Serviços Automotivos”, para postos revendedores;

(ii) **B2B**: O segmento operacional “Grandes Consumidores” atende cerca de 16 mil clientes, assim considerados em termos de volume de produtos adquiridos, e engloba a distribuição de combustíveis e lubrificantes para os mais diferentes setores e indústrias da economia, dos quais se destacam: siderurgia, mineração, papel e celulose, cimento, transporte, termelétricas, agronegócio, distribuição de produtos químicos, comercialização de coque verde de petróleo, prestação de serviços relacionados a eficiência energética e transportador revendedor retalhista de combustível; e

(iii) **Mercado de Aviação**: A Companhia atua na distribuição e comercialização de gasolina e querosene de aviação, lubrificantes e serviços relacionados para clientes dos setores de aviação comercial, executiva e militar. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia estava presente em 90 aeroportos em todo o território brasileiro, atendendo, aproximadamente, 1,9 mil clientes.

Mais informações sobre os segmentos e subsegmentos operacionais da Companhia podem ser encontradas no item 7.2(a) do Formulário de Referência.

Ademais, a Companhia incorre em custos relacionados a funções corporativas e que não são específicas a qualquer um dos segmentos operacionais da Companhia. Estas compreendem, de forma não exaustiva, custos da Contabilidade, Planejamento, Ouvidoria, Secretaria Geral e Auditoria.

A tabela abaixo mostra a receita de vendas e volume vendido de cada um dos principais produtos comercializados pela Companhia, bem como as respectivas variações entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019:

Produtos	Receita de vendas de produtos e serviços prestados R$ milhões		Variação		Volume mil m3		Variação	
	dez/20	dez/19	R$	%	dez/20	dez/19	mil m3	%
Diesel	38.974	44.823	(5.849)	(13,0)	15.983	16.781	(798)	(4,8)
Gasolinas	22.134	24.110	(1.976)	(8,2)	8.563	9.044	(481)	(5,3)
JET - A1 (querosene de aviação)	4.776	8.918	(4.142)	(46,4)	2.077	3.600	(1.523)	(42,3)
Óleo Combustível	3.303	3.090	213	6,9	1.827	1.629	198	12,2
Etanol	6.566	7.504	(938)	(12,5)	3.258	3.757	(499)	(13,3)
Lubrificantes	1.908	1.784	124	7,0	269	283	(14)	(4,9)
Gás Natural e GNV	958	1.813	(855)	(47,2)	757	1.224	(467)	(38,2)
Asfalto	543	781	(238)	(30,5)	232	306	(74)	(24,2)
Coque	1.852	1.751	101	5,8	3.260	3.069	191	6,2
Outros	1.853	1.715	138	8,0	525	488	37	7,6
Energia	14	17	(3)	(17,6)	-	-	-	NA
Prestação de Serviços	54	54	-	0,0	-	-	-	NA
Bonificações	(961)	(836)	(125)	15,0	-	-	-	NA
Prêmios e Descontos	(253)	(249)	(4)	1,6	-	-	-	NA
Antecipação de recebíveis	(220)	(290)	70	(24,1)	-	-	-	NA
Total	**81.501**	**94.985**	**(13.484)**	**(14,2)**	**36.751**	**40.181**	**(3.430)**	**(8,5)**

A tabela abaixo mostra a receita de vendas e volume vendido de cada um dos principais produtos comercializados pela Companhia, bem como as respectivas variações entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018:

Produtos	Receita de vendas de produtos e serviços prestados R$ milhões		Variação		Volume mil m³		Variação	
	dez/19	dez/18	R$	%	dez/19	dez/18	Mil m³	%
Diesel	44.823	45.814	991	-2,2	16.781	17.402	(621)	-3,6
Gasolinas	24.110	25.768	(1.658)	-6,4	9.044	9.363	(319)	-3,4
JET – A1 (querosene de aviação)	8.918	9.527	(609)	-6,4	3.600	3.885	(285)	-7,3
Óleo Combustível	3.090	3.741	(651)	-17,4	1.629	2.013	(384)	-19,1
Etanol	7.504	6.619	885	13,4	3.758	3.360	398	11,8
Lubrificantes	1.784	1.716	68	4,0	283	288	(5)	-1,7
Gás Natural e GNV	1.813	1.662	151	9,1	1.224	1.353	(129)	-9,5
Asfalto	781	734	47	6,4	306	364	(58)	-15,9
Coque	1.751	1.801	(50)	-2,8	3.069	2.982	87	2,9
Outros	1.715	1.784	(69)	-3,9	487	538	(51)	-9,3
Energia	17	11	6	54,5	-	-	-	-
Prestação de Serviços	54	45	9	20,0	-	-	-	-
Bonificações	(836)	(777)	(59)	7,6	-	-	-	-
Prêmio e Descontos	(249)	(328)	79	-24,1	-	-	-	-

Antecipação de Recebíveis	(290)	(347)	57	-16,4	-	-	-	-
Total	**94.985**	**97.770**	**(2.785)**	**-2,8**	**40.181**	**41.548**	**(1.367)**	**-3,3**

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
(Em milhões de R$, exceto os índices)	**2019**	**2018**	**2017**
Receita de vendas	94.985	97.770	84.567
Lucro Bruto	5.958	5.856	6.367
Lucro (Prejuízo) líquido	2.211	3.193	1.151
EBITDA[(1)]	1.881	2.803	2.574
EBITDA Ajustado[(2)]	3.105	2.558	3.067
Margem EBITDA Ajustado[(3)]	3,3%	2,6%	3,6%

(1) **EBITDA** - consiste no lucro líquido da Companhia, acrescido do resultado financeiro líquido, do imposto de renda e da contribuição social e das despesas com depreciação e amortização.

(2) **EBITDA Ajustado** - consiste no lucro (prejuízo) líquido da Companhia, acrescido do resultado financeiro líquido, do imposto de renda e da contribuição social, das despesas com depreciação e amortização, da apropriação das bonificações antecipadas, perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa do sistema isolado e interligado de energia, perdas e provisões com processos judiciais, plano de incentivo do desligamento voluntário (PIDV), plano de transformação organizacional, anistias fiscais e encargos tributários sobre receitas financeiras.

(3) **Margem EBITDA Ajustado** - índice calculado por meio da divisão do EBITDA Ajustado pela receita de vendas.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a receita de vendas da Companhia foi de R$94.985 milhões, uma redução de 2,8% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, que apresentou receita de vendas de R$97.770 milhões. A Diretoria ressalta que essa redução na receita de vendas é decorrente principalmente da redução de 3,3% no volume dos produtos vendidos, parcialmente compensada com o aumento de 0,5% nos preços médios de realização.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o lucro líquido da Companhia foi de R$3.905 milhões, representando um aumento de 76,6% em relação aos R$2.211 milhões alcançados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. A Diretoria ressalta que esse aumento decorreu, principalmente, do resultado positivo de outras receitas operacionais com destaque para aremensuração do passivo atuarial do plano de saúde em função da alteração do plano, que deixou de ser próprio e passou para Bradesco Saúde, com impacto positivo de R$2.132 milhões, além da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS que gerou ganho de R$1.040 milhões, parcialmente compensados pelo menor volume vendido (-8,6%) e pelo resultado financeiro que apresentou uma redução de R$1.726 milhões, com uma receita líquida de R$ 264 milhões em 2020, contra R$1.990 milhões em 2019, principalmente em função da menor recuperação de créditos do sistema elétrico a partir dos Instrumentos de Confissão de Dívidas ("**ICDs**"). Em 2019 houve a quitação do saldo devedor da Amazonas Energia (R$1.446 milhões) e receitas financeiras com ICDs (R$1.063 milhões), totalizando R$2.209 milhões de resultado financeiro com ICDs em 2019, enquanto em 2020 houve receitas financeiras com ICDs no montante de R$14 milhões.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o lucro líquido da Companhia foi de R$2.211 milhões, representando uma redução de 30,8% em relação aos R$3.193 milhões alcançados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. A Diretoria ressalta que

essa redução decorreu, principalmente, da variação negativa de R$1.100 milhões com perdas e provisões com processos judiciais, em função do Termo de Acordo Extrajudicial (TAE) com o Estado do Mato Grosso e o Ministério Público de Mato Grosso, formalizado em setembro de 2018, e que resultou na quitação de passivo fiscal proveniente de processos administrativos provisionados anteriormente e que compunham o balanço da Companhia, bem como da variação positiva, em 2019, do processo cível movido por Único Combustíveis Ltda., devido à revisão da base para incidência do cálculo da multa, em função da jurisprudência do STJ usar o lucro líquido e não o faturamento como base de cálculo. Em complemento, em 2019 houve resultado financeiro R$473 milhões inferior (receita financeira líquida de R$1.950 milhões em 2019, ante receita financeira líquida de R$2.423 milhões em 2018), essencialmente em virtude da remensuração, em 2018, do valor justo devido às privatizações das empresas Ceron, Eletroacre e Boa Vista, ex-controladas da Eletrobras (R$1.524 milhões), associada a receita financeira, em 2018, decorrente dos recebimentos das empresas Ceron, Eletroacre, Boa Vista e Amazonas Energia (R$1.085 milhões) serem maiores em comparação aos recebimentos, em 2019, da empresa Amazonas Energia (R$2.154 milhões). Destaca-se o impacto positivo no resultado em razão do aumento de R$102 milhões do lucro bruto, bem como da redução da despesa de IRPJ e CSLL (R$524 milhões) em razão do menor lucro apurado antes dos tributos, visto que não houve alteração significativa da alíquota efetiva entre os períodos (de 33,6% em 2018 para 33,1% em 2019).

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o EBITDA Ajustado da Companhia foi de R$3.811 milhões, representando um aumento de 23% em comparação aos R$3.105 milhões alcançados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, decorrente, principalmente, da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS que gerou R$1.040 milhões de outras receitas operacionais, ganho com operações de hedge de commodities R$383 milhões superior ao de 2019, R$52 milhões referentes ao fim da definitividade do ICMS de São Paulo, menores gastos com pessoal (R$553 milhões), menores despesas de frete (R$68 milhões), menores gastos com serviços (R$53 milhões) e menores gastos com operações e logísticas (R$117 milhões), parcialmente compensado pelos gastos com CBIOS (R$ 190 milhões) e pelo lucro bruto ajustado inferior em R$1.388 milhões, em função do menor volume vendido (-8,53%) devido, principalmente, às medidas de restrições impostas pela pandemia da COVID-19, além de menores margens de comercialização.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o EBITDA Ajustado da Companhia foi de R$3.105 milhões, representando um aumento de 21% em comparação aos R$2.558 milhões alcançados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. O aumento de R$547 milhões, foi devido, principalmente, à redução de R$454 milhões de despesas operacionais ajustadas, reflexo da adoção da IFRS16 no ano de 2019 (R$153 milhões), dos menores gastos com publicidade e cultura (R$82 milhões) e com fretes (R$33 milhões), das menores perdas de clientes esperadas de clientes fora do sistema isolado e interligado de energia (R$73 milhões), além de maiores receitas operacionais. Em complemento, houve ainda o aumento de R$93 milhões no lucro bruto ajustado em razão de melhores margens de comercialização e maiores ganhos com a estratégia de suprimentos da Companhia.

De acordo com os diretores da Companhia, os principais fatores que impactaram os resultados operacionais da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 foram:

(i) redução do volume vendido (média de 8,5% ao ano entre o exercício social de 2020 e 2019), causada, principalmente, pelas medidas de restrições para o combate à pandemia da COVID-19 e pelo reposicionamento das margens do diesel, especialmente no mercado consumidor. Soma-se aos fatores citados a nova dinâmica do mercado de distribuição de

combustíveis ao varejo, que apresentou maior competitividade no mercado de vendas de combustíveis em função do aumento da representatividade dos produtos importados;

(ii) decisão favorável transitada em julgado em 26 de junho de 2020, possibilitando à BR reaver os valores de PIS e COFINS recolhidos a maior, entre abril de 2012 e fevereiro de 2020, relativos à inclusão de ICMS na base de cálculo dos referidos tributos, com o valor do principal estimado em R$647 milhões;

(iii) provisionamento em função do Programa de Incentivo ao Desligamento Voluntário (PIDV) da Companhia, com provisões líquidas no montante de R$92 milhões em 2018. Já no exercício de 2019, houve reversão de R$21 milhões em razão de desistências de planos anteriores;

(iv) despesas relacionadas ao Plano de Transformação Organizacional, exclusivas de 2019, no montante de R$570 milhões, com destaque para o provisionamento de R$241 milhões relacionado ao PDO (Programa de Desligamento Optativo), R$91 milhões relacionado ao Programa de Desligamento de Executivos, R$55 milhões de abono em função da implantação de novos cargos e salários, além de pagamentos e provisões de R$183 milhões relacionados às despesas com rescisões e serviços de consultoria oriundos do Plano;

(v) resultado financeiro líquido de 2018 apresentou uma receita líquida de R$2.423 milhões, e em 2019 uma receita líquida de R$1.990 milhões. As razões são a recuperação de créditos do sistema elétrico com os recebimentos de parcelas e remensurações dos valores justos dos Instrumentos de Confissão de Dívidas (ICDs) assinados pela Companhia em 2018 com as empresas Ceron, Eletroacre, Boa Vista e Amazonas Energia. Destaca-se que a variação negativa de R$473 milhões no resultado financeiro de 2019 ante o do ano anterior decorre, principalmente, da remensuração, em 2018, do valor justo devido às privatizações das empresas Ceron, Eletroacre e Boa Vista, ex-controladas da Eletrobras (R$1.524 milhões), associada a receita financeira, em 2018, decorrente dos recebimentos das empresas Ceron, Eletroacre, Boa Vista e Amazonas Energia (R$1.085 milhões) serem superiores aos recebimentos, em 2019, da empresa Amazonas Energia (R$2.154 milhões); e

(vi) desde setembro de 2020 há a obrigação de aquisição de CBIOS, dada a definição em setembro pela ANP do número de CBIOS a serem obrigatoriamente adquiridos pelas distribuidoras, referentes aos anos de 2019 e 2020. Em função disso a Companhia gastou R$190 milhões, em 2020, com a aquisição de CBIOS.

Para mais informações, veja o item 10.1(h) do Formulário de Referência.

(b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Por ser uma companhia distribuidora de produtos, a receita da Companhia depende principalmente do volume vendido e do custo de aquisição dos produtos junto à Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras ("**Petrobras**"), às usinas de etanol e a partir de importações. Com relação aos volumes vendidos, as quedas nas vendas foram devidas, principalmente, ao reposicionamento das margens do diesel, especialmente no mercado consumidor, à menor demanda de combustíveis pelas térmicas e restrições de um importante cliente da aviação nacional, além da nova dinâmica do mercado de vendas de combustíveis em função do aumento da representatividade dos produtos importados.

A partir de julho de 2017, a Petrobras iniciou nova política de preços com reajustes frequentes, motivo que interfere no mercado, porém não impede o crescimento das importações de combustíveis pelo mercado brasileiro.

Para mais informações, veja o item item 10.1(h) do Formulário de Referência.

(c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante

De um modo geral, a variação de preço dos principais insumos e produtos da Companhia é repassado aos seus consumidores finais, impactando a receita da Companhia, conforme descrito no item 10.2(b) acima, e o lucro bruto, através do efeito contábil sobre os estoques, que ocorre quando há marcação de preços de mercado com valores diferentes dos estoques formados, levando a ganhos (em caso de aumento de preços de aquisição) ou perdas (em caso de queda de preços de aquisição) contábeis.

A inflação impacta, principalmente, as despesas de vendas, gerais e administrativos da Companhia, já que estas despesas são denominadas em Reais e, neste sentido, são influenciadas pelo nível geral de preços da economia brasileira, conforme tabela abaixo do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE):

Variação %	2020	2019	2018
IPCA	4,52%	4,31%	3,75%

O câmbio influencia indiretamente o preço de aquisição dos produtos, conforme preços praticados pela Petrobras informados no item 10.2(b) já refletidos nos custos.

Por fim, as taxas de juros são relevantes em razão de impactarem as despesas financeiras relacionadas ao endividamento da Companhia, conforme análise de sensibilidade indicada no item 4.2(c) do Formulário de Referência, sob o título “Risco de Taxa de Juros”.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

(a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve criação ou introdução de novos segmentos operacionais nos últimos três exercícios sociais. Entretanto, a Companhia passou por reestruturação organizacional visando a direcionar o foco para o conjunto de iniciativas que vêm sendo implementadas desde a sua privatização em julho de 2019. A nova estrutura, que se tornou válida a partir de 1º de janeiro de 2020, transferiu a gestão dos negócios que até 2019 estavam organizados no segmento operacional "Mercados Especiais" para o "B2B". Após a reestruturação, a Diretoria Executiva, grupo tomador de decisões operacionais, considera o negócio da perspectiva do perfil/mercado dos seus clientes, resultando na segregação das atividades em Rede de Postos, B2B e Mercado de Aviação.

(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Concessão de gás natural

Em 22 de julho de 2020 a Diretoria Executiva da Companhia aprovou os termos do Contrato de Concessão de Gás Natural, firmado entre a Companhia de Gás do Espírito Santo ("**ES Gás**") e o Estado do Espírito Santo. A ES Gás tornou-se a nova concessionária estadual de gás natural por 25 anos, assumindo os serviços de distribuição a partir de 1º de agosto de 2020, os quais eram anteriormente prestados pela Companhia.

Nesta mesma data também foi aprovada a indenização cabível à Companhia pelos ativos reversíveis e sua conversão em ações de emissão da ES Gás, no montante de R$379 milhões nos termos da Lei nº 10.955/2018.

A estrutura societária da ES Gás terá em ações ordinárias o Estado do Espírito Santo, titular de 51% das ações ordinárias de emissão da ES Gás, e a Companhia, titular de 49% das ações ordinárias de emissão da ES Gás. No capital total da ES Gás, a Companhia será titular de 60,02% e Estado do Espírito Santo será titular de 39,98%.

Venda da participação na Stratura Asfaltos S.A.

No dia 16 de janeiro de 2020, a Companhia assinou, com a empresa Bitumina Industries Ltd., com sede em Dubai, documento que estabelecia exclusividade por 90 dias para negociação e as condições gerais para iniciar as discussões de um *Sales Purchase Agreement* (Contrato de Compra e Venda) para venda de sua participação de 100% das ações de emissão da Stratura Asfaltos S.A ("**Stratura**").

No dia 18 de agosto de 2020, a Companhia realizou a assinatura dos documentos e fechamento da operação de venda da totalidade de sua participação acionária na Stratura à empresa Bitumina do Brasil Participações Ltda., sociedade brasileira controlada pela Bitumina Industries Ltd., com sede administrativa em Londres, no Reino Unido.

A Companhia reconheceu em suas demonstrações contábeis a baixa do investimento no valor de R$217 milhões e a receita da venda da participação de R$65 milhões, em "outras receitas (despesas), líquidas". Do valor total da venda da participação da Companhia, R$4 milhões foram recebidos no fechamento da referida operação e o restante será pago pelo comprador de acordo com um mecanismo de *earnout* atrelado ao desempenho da Stratura e à recuperação de créditos tributários.

(c) eventos ou operações não usuais

Operação Lava Jato

Em 2009, as autoridades brasileiras começaram investigações que culminaram na instalação pela Polícia Federal brasileira de uma investigação denominada “Operação Lava Jato”, visando a apurar práticas de lavagem de dinheiro por organizações criminosas em diversos estados brasileiros. A “Operação Lava Jato” é uma investigação extremamente ampla, com relação a diversas práticas criminosas, e vem sendo realizada através de várias frentes de trabalho, cujo escopo envolve supostos crimes cometidos por agentes atuando em várias partes do país, e diferentes setores da economia.

De acordo com depoimentos obtidos no âmbito de investigações criminais, em andamento pelas autoridades brasileiras, que se tornaram públicos a partir de outubro de 2014, altos ex-executivos da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras (“**Petrobras**”), antiga acionista controladora da Companhia, supostamente entraram em conluio com empreiteiras, fornecedores e outros envolvidos em um suposto esquema criminoso, entre 2004 e abril de 2012, o que impôs, sistematicamente, custos adicionais nas compras de ativos imobilizados pela Petrobras e pela Companhia. Três ex-diretores da Petrobras, sendo um deles também ex-diretor da Companhia, e um ex-gerente executivo, que não trabalham para o Sistema Petrobras desde abril de 2012, estavam alegadamente envolvidos neste esquema de pagamentos indevidos, e serão tratados a seguir como “ex-empregados da Petrobras”. Os valores pagos, adicionalmente, pela Companhia foram supostamente utilizados pelas empreiteiras, fornecedores e intermediários, agindo em nome dessas sociedades, para financiar pagamentos indevidos a terceiros. Até onde se tem conhecimento, a Companhia não realizou nenhum pagamento indevido.

Conforme descrito na nota explicativa 1.2.1 das demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia reconheceu o ressarcimento de gastos referentes à “Operação Lava Jato” no montante acumulado de R$5 milhões. Não houve ressarcimento de gastos nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018 e 2020. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a Companhia reconheceu ressarcimento de gastos referentes à “Operação Lava Jato” no valor de R$3 milhões.

A Companhia e a Petrobras monitoraram as investigações da “Operação Lava Jato” efetuadas pelas autoridades brasileiras e a Petrobras conta com investigação interna independente conduzida por escritórios de advocacia. Como resultado, não foram identificadas novas informações que alterassem a baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente que fora reconhecida no terceiro trimestre de 2014, ou impactasse de forma relevante a metodologia adotada pela Companhia. A Companhia continuará monitorando as investigações para obter informações adicionais e avaliar seu potencial impacto sobre os ajustes realizados.

Sobre o assunto, veja os respectivos fatores de risco descritos no item 4.1 do Formulário de Referência.

Cisão parcial da Companhia

Em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 31 de agosto de 2017, foi aprovada a cisão parcial da Companhia que compreendeu os recebíveis detidos pela companhia decorrentes de Contratos de Confissão de Dívida com o Sistema Eletrobras que possuem garantias reais (penhor de créditos oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE) e dos recebíveis detidos pela companhia com outras sociedades do Sistema Petrobras. A parcela cindida foi incorporada na Downstream Participações Ltda., subsidiária integral da Petrobras, no valor de R$6.339 milhões.

Oferta pública de distribuição secundária de ações de emissão da Companhia

A Companhia esclarece que em razão da realização da oferta pública de distribuição secundária de ações de emissão da Companhia e de titularidade da Petrobras ("**Oferta**"), a Petrobras teve sua participação societária reduzida para menos de 50% das ações com direito a voto da Companhia, de forma que a Companhia não se enquadra mais no conceito de subsidiária disposto no inciso IV do artigo 2º do Decreto n°. 8.945, de 27 de dezembro de 2016, que regulamenta a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 ("**Lei das Estatais**"). Desta forma, após a Oferta, a Companhia não estaria mais sujeita ao regime jurídico estabelecido na Lei das Estatais, com exceção das obrigações dispostas no parágrafo 7º do artigo 1 da Lei das Estatais, que estão vinculadas ao dever de fiscalizar da Petrobras, práticas de governança e controle proporcionais à relevância, à materialidade e aos riscos do negócio.

Visando a adequar o estatuto social da Companhia ao novo regime jurídico que lhe passou a ser aplicável após a conclusão da Oferta, em 7 de junho de 2019, a Assembleia Geral de acionistas da Companhia aprovou a reforma do estatuto social da Companhia que entrou em vigor em 24 de julho de 2019.

Novas captações de recursos

Conforme fato relevante divulgado em 3 de março de 2020, a Companhia concluiu na referida data negociações referentes às captações de recursos no valor total de aproximadamente R$3,5 bilhões. Essas captações fazem parte da estratégia de adequação do perfil de dívidas da Companhia, com vistas ao aumento do prazo médio, diversificação de credores e instrumentos, sobretudo em face da concentração de vencimentos que acontecerá no dia 15 de abril 2020, também no valor de aproximadamente R$3,5 bilhões. As captações foram diversificadas em diferentes instrumentos, com as seguintes instituições financeiras: Itaú Unibanco S.A., Citibank SA, JP Morgan Chase Bank N.A., The Bank of Nova Scotia e Banco MUFG Brasil S.A.

Os instrumentos utilizados incluíram Notas de Crédito à Exportação ("**NCE**"), empréstimos diretos externos em moeda estrangeira e, ainda, o aditamento e prorrogação de parte da debênture vincenda em abril de 2020. Todas as operações de empréstimo em moeda estrangeira (NCE e empréstimos diretos), foram integralmente hedgeadas tanto em valor quanto em vencimentos. O custo *all-in* médio dessas operações pós-swap foi de CDI acrescido de 0,78% ao ano. O prazo médio dos novos instrumentos é de quatro anos.

Com isto, a estratégia de refinanciamento possibilitará o alongamento do prazo médio da dívida da Companhia, atualmente de aproximadamente um ano, para o novo patamar de 3,4 anos. As operações ainda estão sujeitas ao atendimento de determinadas condições precedentes e representam importante avanço para o adequado financiamento das operações e das alavancas de crescimento da Companhia.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

(a) mudanças significativas nas práticas contábeis

Operações de *hedge* de *commodities*

Ao longo de 2020, combinaram-se a grande relevância das importações nas operações da Companhia com as fortes quedas observadas nos preços das commodities no mercado externo, provocadas pelo desbalanço entre oferta e demanda, intensificado pelos efeitos da pandemia da COVID-19 nos níveis globais de consumo. Diante dessa combinação, passaram a adquirir maior relevância as operações de *hedge* no resultado da Companhia.

Tais operações em essência observam um modelo de negócios voltado à proteção das margens operacionais, sem qualquer caráter especulativo, caracterizando assim um hedge econômico que visa a reduzir os riscos atribuídos a volatilidade nos preços das commodities (proteção econômica da exposição), sem considerar eventual impacto de descasamento contábil nas demonstrações financeiras.

Consequentemente, o resultado dessas operações é apresentado dentro do grupo de “outras receitas (despesas), líquidas”, conforme explicativa nota 22.4 das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

IFRS 9 *Financial Instruments* / CPC 48 Instrumentos Financeiros

Os Diretores da companhia comentam que a partir de 1º de janeiro de 2018, foram adotados os requerimentos contidos nos pronunciamentos: CPC 48 (Instrumentos Financeiros), análogo ao IFRS 9 (*Financial Instruments*) e o CPC 47 (Receita de Contrato com Cliente), análogo ao IFRS 15 (*Revenue from Contracts with Customers*) e que as práticas contábeis e os métodos de cálculo utilizados na preparação das demonstrações financeiras trimestrais para 31 de março de 2019 são os mesmos adotados na preparação das demonstrações financeiras anuais da companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, exceto pela adoção, a partir de 1º de janeiro de 2019, dos requerimentos contidos no pronunciamento: CPC 06 (R2) – Operações Arrendamento Mercantil, análogo ao IFRS 16 – *Leases*.

O CPC 48 estabelece, entre outros, novos requerimentos para: classificação e mensuração de ativos financeiros, mensuração e reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, modificações nos termos de ativos e passivos financeiros, contabilidade de *hedge* e divulgação.

De acordo com as disposições transitórias previstas pelo CPC 48, a Companhia não reapresentou suas demonstrações financeiras de períodos anteriores em relação aos novos requerimentos referentes a: classificação e mensuração de ativos financeiros, perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros e modificações nos termos de ativos e passivos financeiros. Nestes casos, as diferenças nos valores contábeis de ativos financeiros e passivos financeiros resultantes da adoção do CPC 48 em 1º de janeiro de 2018 foram reconhecidas em lucros acumulados no patrimônio líquido.

Classificação e mensuração de ativos financeiros

O CPC 48 estabelece três categorias para classificação de ativos financeiros: mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. A classificação é baseada nas características dos fluxos de caixa contratual e no modelo de negócios para gerir o ativo. O CPC 48 eliminou as seguintes categorias estabelecidas pelo CPC 38: mantidos até o vencimento, empréstimos e contas a receber e disponíveis para venda.

Modificação de fluxo de caixa contratual de passivos financeiros

O CPC 48 estabelece que os saldos contábeis de passivos financeiros mensurados a custo amortizado, cujos termos contratuais foram modificados não substancialmente, deve refletir o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior deve ser reconhecida como ganho ou perda no resultado do período.

Perda no valor recuperável dos ativos financeiros (*Impairment*)

O CPC 48 substitui o modelo de perda incorrida estabelecido pelo CPC 38 pelo modelo de perda esperada. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo recebíveis de arrendamentos mercantis, bem como aqueles mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

***IFRS 15 Revenue from Contracts with Customer s*/ CPC 47 Receita de Contrato com Cliente**

O CPC 47 substituiu os CPC 17 (R1) Contratos de Construção e CPC 30 (R1) Receitas bem como suas respectivas interpretações. Ao adotar o CPC 47, a Companhia determinou quando (ou a que medida) e por quais montantes as receitas de contratos com clientes devem ser reconhecidas de acordo com o modelo composto pelas cinco etapas a seguir: (1) identificação do contrato com o cliente; (2) identificação das obrigações de performance; (3) determinação do preço da transação; (4) alocação do preço às obrigações de performance; (5) reconhecimento da receita quando (ou conforme) a obrigação de performance for cumprida. Uma obrigação de performance é considerada cumprida quando (ou à medida que) o cliente obtém o controle sobre o bem ou serviço prometido.

IFRS 16 – "Leases" / CPC 06(R2) – Arrendamento Mercantil

O IFRS 16 contém princípios para a identificação, o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos mercantis, tanto por parte de arrendatários como de arrendadores.

Dentre as mudanças para arrendatários, o IFRS 16 eliminou a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, passando a existir um único modelo no qual todos os arrendamentos mercantis resultam no reconhecimento de ativos referentes aos direitos de uso dos ativos arrendados e um passivo de arrendamento.

Com a adoção do IFRS 16, a Companhia deixou de reconhecer custos e despesas operacionais oriundas de contratos de arrendamento mercantis operacionais e passou a reconhecer em sua demonstração de resultado: (i) os efeitos da depreciação dos direitos de uso dos ativos arrendados; e (ii) a despesa financeira apurada com base nos passivos financeiros dos contratos de arrendamento mercantil.

A Companhia adotou a isenção no reconhecimento de arrendamentos de curto prazo, sendo os pagamentos de arrendamento associados a esses contratos reconhecidos como despesa do exercício ao longo do prazo do contrato.

A Companhia não adotou a isenção no reconhecimento para arrendamentos cujo ativo subjacente é de baixo valor.

Para fins de adoção inicial a Companhia adotou o método de abordagem de efeito cumulativo, não reapresentando suas demonstrações financeiras de períodos anteriores, bem como aplicou os seguintes expedientes:

- aplicou o pronunciamento aos contratos que foram identificados como arrendamento e que constavam na nota 18.2-Arrendamentos mercantis operacionais, nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2018;
- o passivo de arrendamento foi mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes, descontado utilizando a taxa incremental sobre empréstimo da Companhia na data da aplicação inicial;
- o ativo de direito de uso foi reconhecido com base no valor do passivo de arrendamento, ajustado por qualquer pagamento de arrendamento antecipado ou acumulado referente a esse arrendamento, reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial. Não foram considerados os custos diretos iniciais da mensuração do direito de uso na data da aplicação inicial.

Estimativas e julgamentos relevantes

Considerando que a Companhia adotou o método de abordagem de efeito cumulativo, os passivos de arrendamento foram mesurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontado, utilizando taxas incrementais sobre empréstimos da Companhia na data de adoção inicial, determinadas, principalmente, pelos seguintes parâmetros:

- taxa de juros - taxa de desconto calculada com base na interpolação das curvas de *swap* DI x pré, para o período de até 20 anos;
- prazo - prazo de cada contrato de arrendamento ajustado pela *duration* do respectivo fluxo de pagamento;
- garantia - estimativa do impacto da garantia reduzindo sinteticamente o *yield* observado nas curvas de captação da Companhia; e
- ambiente econômico similar - risco de crédito da Companhia, risco do país, moeda do contrato e data do início da captação.

(b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Operações de hedge de commodities

Os saldos de 2019, anteriormente classificados no resultado financeiro, foram reclassificados para o grupo de “outras receitas (despesas), líquidas” no montante de R$40 milhões (despesas, líquidas), para uma melhor comparabilidade, com consequente impacto na apresentação da demonstração do valor adicionado.

IFRS 9 *Financial Instruments* / CPC 48 Instrumentos Financeiros

Os impactos consolidados em 1º de janeiro de 2018 dizem respeito a identificação de perdas adicionais de *impairment* sobre contas a receber de contratos com clientes, no montante de R$268 milhões. O impacto no patrimônio líquido, na conta de lucros acumulados, é de R$177 milhões, líquido de impostos.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers / CPC 47 Receita de Contrato com Cliente

A adoção do IFRS 15/CPC 47 não trouxe impacto relevante nas demonstrações contábeis da Companhia.

IFRS 16 – “*Leases*” / CPC 06(R2) – Arrendamento Mercantil

Como resultado da adoção inicial do IFRS 16/CPC 06 (R2), a Companhia reconheceu as diferenças entre os passivos de arrendamento na data da aplicação inicial e os compromissos de

arrendamentos operacionais divulgados em 31 de dezembro de 2018 conforme a seguir (em R$ milhões):

	Consolidado
Pagamentos mínimos estimados de arrendamentos operacionais em 31 de dezembro de 2018	**795**
(+) Ajustes de diferenças de taxas	116
(-) Contratos de curto prazo	(19)
(-) Contratos classificados como acordos de serviços	(126)
(+) Outros	5
Passivo de arrendamento mercantil reconhecido na adoção inicial em 1º de janeiro de 2019	**771**

Passivo Circulante	88
Passivo Não Circulante	683

Os direitos de uso reconhecidos no imobilizado em 1º de janeiro de 2019 referem-se às seguintes categorias de ativos (em R$ milhões):

	Consolidado
Terrenos	330
Edificações	441
Total	**771**

Na demonstração dos fluxos de caixa, os pagamentos de arrendamentos que até 31 dezembro de 2018 eram apresentados como fluxos de caixa das atividades operacionais, estão agora apresentados como fluxos de caixa das atividades de financiamentos, representando os pagamentos de principal e juros. Essa alteração não gerou impactos na posição líquida do fluxo de caixa da Companhia, mas acarretou uma mudança dos recursos líquidos gerados pelas atividades operacionais para o recurso líquido utilizado pelas atividades de financiamento (R$153 milhões na visão consolidada e R$166 milhões na visão individual), em 31 de dezembro de 2019.

(c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

O relatório de auditoria dos auditores independentes da KPMG Auditores Independentes ("**KPMG**"), datado de 9 de março de 2021, não apresentou ressalvas ou ênfases às demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, relativas ao período encerrado em 31 de dezembro de 2020.

O relatório de auditoria dos auditores independentes da KPMG, datado de 11 de março de 2020, não apresentou ressalvas ou ênfases às demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, relativas ao período encerrado em 31 de dezembro de 2019.

O relatório de auditoria dos auditores independentes da KPMG, datado de 25 de fevereiro de 2019, não apresentou ressalvas ou ênfases às demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, relativas ao período encerrado em 31 de dezembro de 2018.

10.5 - Políticas contábeis críticas

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos, para determinadas operações, e seus reflexos em ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico da Companhia, e em outros fatores considerados relevantes. Tais premissas são revisadas periodicamente pela administração da Companhia, cujos resultados reais podem diferir dos valores estimados.

A seguir são apresentadas informações apenas sobre práticas contábeis e estimativas que requerem elevado nível de julgamento, ou complexidade em sua aplicação, e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da Companhia.

Provisão para créditos de descarbonização

A Companhia tem obrigações legais perante a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) de metas anuais de redução de emissões de gases causadores do efeito estufa, no âmbito da Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio).

As metas, para fins de rateio das obrigações do ano corrente, se baseiam no volume de combustíveis fósseis comercializados pelos distribuidores de combustíveis (*market-share*) do ano anterior e são estabelecidas em unidades de Crédito de Descarbonização ("**CBIOS**"), que são ativos negociáveis e adquiridos no mercado. O CBIO equivale a uma tonelada de carbono.

A Companhia estima, mensalmente, a provisão de CBIOS, considerando os custos das quantidades já adquiridas e o valor médio de mercado negociado no último dia do mês para as quantidades restantes.

Benefícios de pensão e outros benefícios pós-emprego

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os de assistência médica são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável.

As premissas atuariais incluem: estimativas demográficas e econômicas, estimativas dos custos médicos, bem como dados históricos sobre as despesas e contribuições dos funcionários. Essas e outras estimativas são revisadas, anualmente, e podem divergir dos resultados reais devido a mudanças nas condições de mercado e econômicas, além do comportamento das premissas atuariais. Dentre as principais premissas utilizadas estão:

- taxa de desconto - compreende a curva de inflação projetada com base no mercado mais juros reais apurados por meio de uma taxa equivalente que conjuga o perfil de maturidade das obrigações de pensão e saúde com a curva futura de retorno dos títulos de mais longo prazo do governo brasileiro; e
- taxa de variação de custos médicos e hospitalares - premissa representada pela projeção de taxa de crescimento dos custos médicos e hospitalares, baseada no histórico de desembolsos para cada indivíduo (per capta) da Companhia nos últimos cinco anos, que se iguala à taxa da inflação geral da economia no prazo de 30 anos.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final.

Mudanças na obrigação de benefício definido líquido são reconhecidas quando incorridas, da seguinte maneira: i) custo do serviço e juros líquidos, no resultado do exercício; e ii) remensurações em outros resultados abrangentes.

O custo do serviço é reconhecido no resultado e compreende: i) custo do serviço corrente, que é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente; ii) custo do serviço passado, que é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração (introdução, mudanças ou o cancelamento de um plano de benefício definido) ou de redução (uma redução significativa, pela entidade, no número de empregados cobertos por um plano); e iii) qualquer ganho ou perda na liquidação (settlement).

Juros líquidos sobre o valor líquido de passivo de benefício definido é a mudança, durante o período, no valor líquido de passivo de benefício definido resultante da passagem do tempo. Tais juros são reconhecidos no resultado.

Remensurações do valor líquido de passivo de benefício definido são reconhecidos no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes, e compreendem: i) ganhos e perdas atuariais; e ii) retorno sobre os ativos do plano, excluindo valores considerados nos juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido.

A Companhia contribui para os planos de contribuição definida, cujos percentuais são baseados na folha de pagamento, sendo essas contribuições levadas ao resultado quando incorridas.

A análise de sensibilidade das taxas de desconto e de variação de custos médicos e hospitalares, assim como informações adicionais das premissas estão divulgadas na nota explicativa 19.4.3 das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

A Companhia entende ser um processo crítico em função da relevância do saldo provisionado no balanço patrimonial e dos julgamentos significativos em relação às premissas dos planos de benefícios.

Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências

A Companhia é parte envolvida em diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, fiscais, trabalhistas e ambientais decorrente do curso normal de suas operações, cujas estimativas para determinar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela Companhia, com base em pareceres de seus assessores jurídicos, quando necessário, e nos julgamentos da Administração.

A Companhia entende ser um processo crítico em função da relevância dos valores dos processos judiciais fiscais provisionados e passivos contingentes divulgados; dos julgamentos relevantes sobre diferentes interpretações doutrinárias e jurisprudenciais utilizadas para estimar os valores e da probabilidade de saída de recursos decorrentes desses processos.

Informações sobre processos provisionados e contingências são apresentadas na nota explicativa 25 das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Perdas de Crédito Esperadas

A Companhia reconhece perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras desde que tais dados estejam disponíveis sem custo ou esforços excessivos.

Em geral, para os demais instrumentos financeiros, a Companhia reconhece provisão por valor equivalente à perda de crédito esperada para 12 meses, entretanto, quando o risco de crédito do instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a provisão é reconhecida por valor equivalente à perda de crédito esperada (para a vida toda do instrumento).

Outras informações sobre perdas de crédito esperadas são apresentadas na nota explicativa 7 das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Vida útil dos ativos imobilizados e intangíveis

A Companhia reconhece a depreciação e a amortização de seus ativos em montante suficiente para cobrir a perda de valor do bem em virtude de desgaste natural pelo seu uso no processo para o qual foi concebido ou pela sua obsolescência, sendo reconhecidas com base em taxas determinadas em função da vida útil estimada dos bens. Os métodos de depreciação e amortização são revistos anualmente, com base em laudos de avaliadores externos e eventuais ajustes são reconhecidos prospectivamente, como mudança de estimativas contábeis.

***Impairment* de ativos imobilizados e intangíveis**

Os testes de *impairment* envolvem incertezas relacionadas principalmente às premissas-chave:

- *preço*: curva de preço derivada do *Business Plan* da Companhia, considerando transações entre partes independentes;
- *volume*: curvas de demanda de derivados do *Business Plan* da Companhia; e
- custos operacionais, que podem ser determinados por taxas históricas apresentadas ou custos projetados no orçamento da Companhia.

Tais projeções são consistentes com evidências de mercado, tais como previsões macroeconômicas independentes, análises da indústria e de especialistas.

Mudanças no ambiente econômico e político podem também resultar em projeções de risco país mais altas ocasionando elevação nas taxas de desconto usadas nos testes de impairment.

Informações adicionais sobre impairment de ativos imobilizados e intangível são apresentadas na nota explicativa 11 e 12 das demonstrações financeiras relativas ao período encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia utiliza de julgamentos para determinar o reconhecimento e o valor dos tributos diferidos nas demonstrações financeiras. Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. A determinação do reconhecimento de ativos fiscais diferidos requer a utilização de estimativas contidas no *Business Plan* (BP), que anualmente é aprovado pelo Conselho de Administração. Os tributos são reconhecidos com base nas taxas de IRPJ e CSLL previstas na legislação vigente na data de encerramento das demonstrações financeiras. As alíquotas vigentes no Brasil são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*)

(i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia não teve itens não evidenciados nas demonstrações financeiras que tenham, ou possam vir a ter, um efeito relevante na condição financeira da Companhia, receitas ou despesas, resultados operacionais, liquidez, investimentos ou recursos de capital.

(ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Os diretores da Companhia esclarecem que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais entidade mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados no balanço patrimonial da Companhia encerrado em 31 de dezembro de 2020.

(iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Compromissos com a Petrobras – 31 de dezembro de 2020

A partir de 1º de agosto de 2020, a Companhia de Gás do Espírito Santo – ES Gás assumiu as operações da concessão para exploração e comercialização de gás natural no Estado do Espírito Santo, sucedendo a Companhia nos contratos de compra de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras ("**Petrobras**").

Contratos de take or pay *- 31 de dezembro de 2020*

A Companhia possui contratos com cláusula de *take or pay* referentes a compra de derivados de petróleo e de prestação de serviços, conforme segue abaixo:

- compra de derivados de petróleo, para o período de três anos, que correspondem a um valor total estimado de R$226 milhões com a Petrobras e de R$73 milhões com a Refinaria de Petróleo Riograndense;
- compra de gás natural veicular para o período de quatro anos, que correspondem a um valor estimado de R$55 milhões com a Companhia de Gás de Santa Catarina;
- prestação de serviços de beneficiamento, pela Brasil Carbonos, nas plantas de Taubaté/SP e Cosmópolis, cujo saldo contratual remanescente refere-se a aproximadamente 15.400 mil toneladas de coque verde de petróleo, ao valor estimado de R$426 milhões, até outubro de 2033; e
- serviço de armazenagem, para o período de um ano, ao valor estimado de R$44 milhões com AGEO Terminais.

Contratos de transporte – 31 de dezembro de 2020

A Companhia possui compromissos contratuais com a Logum Logística S.A. referente a transporte dutoviário de etanol, num valor total restante estimado de R$837 milhões, até março de 2029. O contrato envolve o suprimento das bases de São Paulo e Rio de Janeiro e prevê um volume mínimo a ser movimentado (*take or pay*) por cada trecho.

(iv) contratos de construção não terminada

Os diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de construção não terminada não evidenciada nos balanços patrimoniais da Companhia na data de encerramento do exercício social de 2020.

(v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia na data de encerramento do exercício social de 2020.

(b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável, tendo em vista que em não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

10.7 - Itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Os diretores da Companhia comentam que os contratos não evidenciados nas demonstrações financeiras estão relacionados às atividades operacionais da Companhia, e seu registro contábil decorrerá da efetiva utilização do bem ou serviço. Tais itens ainda não atendem aos critérios de reconhecimento de passivos, por serem obrigações originadas de contratos ainda não integralmente cumpridos e, em consequência, não há reconhecimento dos ativos ou despesas correspondentes.

A tabela a seguir resume as obrigações *off-balance* em em 31 de dezembro de 2020:

	Pagamentos com vencimento por período				
Posição em 31/12/2020	**Até 1 ano**	**De 1 a 2 anos**	**De 2 a 3 anos**	**Acima de 3 anos**	**Total**
Contrato de take or pay - Derivados de Petróleo - Petrobras	110	58	58	-	226
Contrato de take or pay - Derivados de Petróleo - Refinaria de Petroleo Rio Grandense	73	-	-	-	73
Contrato de take or pay - compra de Gás Natural - SCGÁS	10	13	14	18	55
Contrato de take or pay - Serviços de beneficiamento - Brasil Carbonos	35	33	33	325	426
Contrato de Transporte - Logum	91	94	96	556	837
Contrato de armazenagem - Ageo Terminais	44	-	-	-	44
Total	**363**	**198**	**201**	**899**	**1.661**

(b) natureza e o propósito da operação

Os diretores da Companhia comentam que os contratos com a Petróleo Brasileiro – Petrobras ("**Petrobras**"), Refinaria de Petróleo Riograndense e Companhia de Gás de Santa Catarina, apresentados no item 10.6 do Formulário de Referência, referem-se aos contratos celebrados para aquisição de derivados de petróleo.

Adicionalmente, conforme também apresentado no item 10.6, a Companhia mantém contratos de *take or pay* para os serviços prestados pela Brasil Carbonos, compromissos contratuais com a Logum Logística S.A. referentes a transporte dutoviário, serviços de armazengem com a AGEO Terminais. Estes contratos têm o propósito de possibilitar à Companhia a continuidade de sua atividade de distribuição e comercialização.

(c) natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

A natureza e os montantes das obrigações assumidas estão descritos no item 10.6. Os direitos gerados a favor da Companhia estão descritos a seguir:

Contratos de take or pay: direito à aquisição de produtos e ao beneficiamento do coque verde, assegurando os níveis desejados de estoques, conforme planejado pela Companhia, bem como serviços de transporte dutoviário e ferroviário.

10.8 - Plano de negócios

(a) investimentos

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

O *Business Plan* ("**BP**") 2020-2024, datado de 29 de janeiro de 2020, prevê investimentos de R$2,8 bilhões até o final de 2024. Deste valor, são R$1.614 milhões para manutenção da infraestrutura atualmente existente, o que inclui as bases, os depósitos, os pools e a estrutura administrativa, além da manutenção e modernização da Fábrica de Lubrificantes, da expansão e da defesa do posicionamento logístico em razão da dinâmica de mercado prevista, bem como em atendimento a demandas legais e ambientais; R$585 milhões com investimentos em clientes do varejo e do B2B *(business to business ou* corporativo); R$355 milhões em transformação digital, tecnologia da informação, automação e sistemas; e R$223 milhões em participações societárias e novos negócios. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, foram realizados investimentos de R$626 milhões.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

Costumeiramente, existem três possíveis, e principais, fontes de recursos para os investimentos da Companhia: (i) recursos próprios, a partir da geração de caixa das operações; (ii) financiamentos estruturados dos Certificados de Recebível Imobiliário, já emitidos; e (iii) novas oportunidades de captações.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

No BP 2020-2024 foram previstos alguns desinvestimentos em ativos, que foram consolidados numa carteira de desinvestimentos. Juntos somam cerca de R$500 milhões.

(b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Um dos principais projetos da Companhia é a ampliação e modernização da Fábrica de Lubrificantes, em Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro, que está em andamento e abrange, além de novos equipamentos, expansão da capacidade de armazenagem, incorporando os mais modernos sistemas de automação e controle, assegurando maior eficiência e produtividade à Fábrica. Com conclusão das obras prevista para 2021, o empreendimento ampliará a capacidade de produção de lubrificantes em 55%, elevando-a para 42 mil m^3/mês de lubrificantes.

(c) novos produtos e serviços

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

A Companhia não possui pesquisas em andamento.

(ii) montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui projetos em desenvolvimento.

(iv) montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

10.9 - Outros fatores com influência relevante

A Companhia divulga neste item informações sobre despesas com publicidade, patrocínios, parcerias e convênios, bem como os critérios utilizados pela Companhia para alocação de recursos para tais despesas:

Convênios

Em cumprimento à Lei de Aprendizagem (Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000), regulamentada pelo Decreto nº 5.598, de 1º de dezembro de 2005, no ano de 2006, a Companhia implantou o "Programa Aprendiz BR". A legislação vigente obriga todas as empresas de médio e grande porte a empregar e matricular em cursos profissionalizantes um número de aprendizes equivalente a 5%, no mínimo, e 15%, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional. Atualmente, a Companhia emprega o número mínimo de 5% de aprendizes.

A contratação de aprendiz na Companhia é realizada por intermédio de Instituições Sem Fins Lucrativos ("**ISFL**"), através da celebração de convênios. O convênio tem por objetivo o desenvolvimento pessoal e educacional de jovens, com a finalidade de prepará-los para o mercado de trabalho. As ISFLs oferecem assistência aos adolescentes e à educação profissional, devendo estar capacitada para oferecer o curso profissionalizante requerido pelo Programa Aprendiz BR. Além disso, as ISFLs devem estar cadastradas no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e possuir registro nos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente locais.

Atualmente, a Companhia possui 10 convênios ativos e 54 aprendizes contratados. Atualmente há um convênio para atender o Rio de Janeiro e um para as demais localidades ("**Convênio Único**"), e conforme os demais convênios ativos forem terminando, as novas admissões dos aprendizes serão feitas através do Convênio Único, com exceção do Rio de Janeiro.

Os gastos com os convênios celebrados totalizaram R$0,9 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, R$1,3 milhão no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 e R$1,2 milhão no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

Publicidade

As ações de publicidade da Companhia são planejadas estrategicamente e taticamente em ciclos anuais, de forma alinhada com o Plano de Marketing da BR, que por sua vez é desdobrado do *Business Plan* da Companhia, e em total alinhamento com os elementos definidores do posicionamento da marca Petrobras.

São definidas de acordo com os interesses da Companhia em função do dinamismo e das mudanças no cenário em que está inserida; dos objetivos e metas do negócio da Companhia; do mercado como um todo e, em especial, de distribuição de derivados de petróleo e segmentos relacionados; das oportunidades de negócios, tais como lançamentos e expansões de produtos e serviços; dos objetivos de fortalecimento das suas marcas junto a Clientes, Revendedores, Parceiros, Fornecedores e colaboradores como um direcionador estratégico de longo prazo; da necessidade de comunicar as atitudes e medidas da corporação.

As ações de publicidades são utilizadas pela Companhia para contribuir com os resultados desejados, desde que esta ativação esteja em consonância e contribuam com os objetivos estratégicos da Companhia.

As ações prezam pelo respeito à diversidade étnica, geográfica, de gênero, idade e de pessoas com deficiência, além de combater qualquer forma de discriminação, desrespeito ou situação

constrangedora, em observância às leis e ao Código Brasileiro de Auto-Regulamentação Publicitária, que regulamenta as normas éticas aplicáveis à publicidade e propaganda.

A contratação de agências de publicidade segue os procedimentos de contratação da Companhia e são aprovadas pela autoridade competente de acordo com as normas de contratação vigentes.

A Companhia mensura sua atuação em publicidade através de resultados financeiros e mercadológicos, pesquisas de recall, análise de métricas publicitárias diversas, entre outros.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 os gastos com publicidade foram de R$76,8 milhões, R$44,8 milhões e R$132,9 milhões, respectivamente.

Patrocínios

Os patrocínios realizados pela Companhia têm como objetivo principal o fortalecimento das marcas de seus produtos e serviços junto a seus públicos estratégicos. Além da exposição das marcas, a ferramenta de patrocínio é utilizada para estreitar relacionamento com os referidos públicos, de acordo com o objetivo de negócio de cada segmento na qual a Companhia atua.

Os patrocínios são selecionados mediante análise em conjunto pelas unidades de negócio do custo-benefício das propostas recebidas e visam alcançar públicos específicos, conforme os objetivos de marketing da companhia. A seleção é realizada por escolha direta, mediante análise da viabilidade de retorno, bem como o custo-benefício oferecido. Nessa atividade estão incluídos projetos especiais de grande visibilidade, bem como patrocínios técnicos voltados para setores da economia (engenharia, logística, etc.) cujo objetivo é a produção e distribuição de conhecimento entre os agentes de mercado (empresas, profissionais, governo).

Um dos focos principais é o esporte-motor, em função da aderência com o negócio de atuação da Companhia. Além de exposição de marca e ações de relacionamento com públicos de interesse, os patrocínios ao segmento de esporte-motor funcionam também como laboratório para o desenvolvimento e aperfeiçoamento de produtos e serviços em condições extremas durante as competições.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, os gastos com patrocínios foram de R$7,4 milhões, R$23,7 milhões e R$19,3 milhões, respectivamete.

Doações

Em 2020 a Companhia realizou doações que colaboraram em diferentes frentes no combate à COVID-19. A Companhia viabilizou, em parceria com o Circo Crescer e Viver, a distribuição de cestas básicas e materiais de higiene e limpeza para famílias e organizações sociais que operam no entorno da sede da empresa. Durante os meses críticos da pandemia, a Companhia doou combustíveis para instituições que atuam na linha de frente contra a pandemia, como Fiocruz e Cruz Vermelha, além de fornecer o combustível para os voos da Força Aérea Brasileira que levaram insumos de saúde para todas as regiões do país.

A Companhia doou também mais de 100 mil litros de etanol para a produção de álcool sanitizante líquido e gel por centros de ensino brasileiros para distribuição a unidades de saúde. Além disso, diversos projetos que prestam suporte a pessoas em situação de rua ou vulnerabilidade social, no Rio de Janeiro e em São Paulo, foram apoiados através de doação de vale combustível.

Em 2020, as doações de combustíveis e vale combustíveis alcançaram R$0,7 milhão; as doações em vales alimentação, quentinhas, kits de higiene e materiais de proteção para caminhoneiros e comunidades de entorno alcançaram R$1,4 milhão, e doações para entidades sem fins lucrativos que atuam em temas estratégicos para a empresa como a segurança nas estradas e direitos humanos alcançaram R$0,1 milhão.

ANEXO II – PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL PARA O EXERCÍCIO SOCIAL A SER ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(nos termos do artigo 25, parágrafo primeiro, da Instrução da CVM nº 480/2009)

A administração da Companhia submete à Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 15 de abril de 2021 ("**AGOE**") a seguinte proposta de orçamento de capital para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2021, em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**").

O orçamento da Companhia, aprovado pelo Conselho de Administração, considera, para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2021, gastos de R$1.463.500.004,05 (um bilhão, quatrocentos e sessenta e três milhões, quinhentos mil, quatro reais e cinco centavos), com o objetivo de atender ao projeto de crescimento dos negócios, conforme detalhamento a seguir:

Destinação dos Recursos	**Em R$**
Infraestrutura Logística e SMS para atendimento ao mercado	238.879.258,34
Infraestrutura logística em clientes	40.793.397,00
Transformação digital e automação	149.714.247,66
Manutenção e expansão da rede de postos	885.490.000,00
Aportes em participações e novos negócios	148.623.101,05
Total	**1.463.500.004,05**

Fonte dos Recursos	**Em R$**
Retenção do lucro líquido referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020	1.463.500.004,05
Total	**1.463.500.004,05**

Assim, para atendimento ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações, a administração da Companhia propõe à AGO a aprovação do montante de R$1.463.500.004,05 (um bilhão, quatrocentos e sessenta e três milhões, quinhentos mil, quatro reais e cinco centavos), correspondente aos gastos orçados para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2021 com o objetivo de atender ao projeto de crescimento dos negócios da Companhia.

ANEXO III – PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(nos termos do anexo 9-1-II da Instrução da CVM nº 481/2009)

1 Informar o lucro líquido do exercício:

A Companhia auferiu lucro líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 no valor de R$3.905.494.261,44.

2 Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

O montante total distribuído à conta de dividendos, incluindo, portanto, o valor a ser imputado ao dividendo mínimo obrigatório, tanto em relação à juros sobre capital próprio já declarados quanto a título de dividendos a serem declarados na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 15 de abril de 2021 ("**AGO**"), é de R$2.305.206.951,34, equivalentes a aproximadamente 1,98 por ação ordinária, conforme discriminado na tabela abaixo:

Descrição	Data de pagamento	Valor bruto por ação (R$)	Valor total bruto (R$)
Juros sobre capital próprio já declarados e quitados	12/01/2021	0,42757683954	498.127.018,06
Dividendos complementares ao mínimo obrigatório e primeira parcela dos dividendos adicionais propostos a serem declarados na AGO	até 30/04/2021	0,94420600858	1.100.000.000,00
Parcela restante dos dividendos adicionais propostos a serem declarados na AGO	até 31/12/2021	0,60693556505	707.079.933,28
Total	**-**	**1,97871841317**	**2.305.206.951,34**

O montante equivalente a juros sobre capital próprio indicado na tabela acima foi declarado tendo como base a posição acionária verificada em 21 de dezembro de 2020 e foi pago no dia 12 de janeiro de 2021. Tal montante equivalente a juros sobre capital próprio foi atualizado monetariamente a partir do encerramento do exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 até a data do pagamento, de acordo com a variação da taxa SELIC. A legislação do imposto de renda em vigor equipara essa atualização a um rendimento de aplicação financeira em renda fixa, sujeito à incidência de Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, com base na tabela regressiva. Vale ressaltar que o valor total bruto de R$498.127.018,06 indicado na tabela acima será imputado ao dividendo mínimo obrigatório, conforme artigo 9º, parágrafo 7º, da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e em consonância com o artigo 44, parágrafo único, do estatuto social da Companhia ("**Estatuto Social**").

3 Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído:

Os dividendos a serem distribuídos, conforme propostos pela administração da Companhia, no valor de R$2.305.206.951, considerando os juros sobre capital próprio já declarados, bem como os dividendos a serem declarados na AGO, correspondem a 61,2% do lucro

líquido da Companhia (ajustado após a destinação para a reserva legal e reserva de incentivos fiscais), conforme demonstrado abaixo:

(a) Lucro ajustado para determinação dos dividendos: R$3.768.706.955,39

(b) Dividendos e juros sobre o capital próprio: R$2.305.206.951,34

Percentual do lucro ajustado do exercício (b) / (a) = 61,2%

4 Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores:

Não aplicável.

5 Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

(a) o valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Valor bruto de dividendos a serem declarados na AGO (R$)	Quantidade de ações ordinárias[(1)]	Valor bruto por ação (R$)
1.807.079.933,28	1.165.000.000	1,55114157363

(1) Correspondente à integralidade do capital social.

(b) a forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

A administração da Companhia propõe que os dividendos a serem declarados na AGO sejam disponibilizados da seguinte forma.

Descrição	Data de pagamento	Valor bruto por ação (R$)	Valor total bruto (R$)
Dividendos complementares ao mínimo obrigatório e primeira parcela dos dividendos adicionais propostos a serem declarados na AGO	até 30/04/2021	0,94420600858	1.100.000.000,00
Parcela restante dos dividendos adicionais propostos a serem declarados na AGO	até 31/12/2021	0,60693556505	707.079.933,28
Total	**-**	**1,97871841317**	**1.807.079.933,28**

(c) eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Os dividendos a serem declarados na AGO serão atualizados monetariamente até a data do pagamento, de acordo com a variação da taxa SELIC. A legislação do imposto de renda em vigor equipara essa atualização a um rendimento de aplicação financeira em renda fixa, sujeito à incidência de Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, com base na tabela regressiva.

(d) data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Farão jus aos dividendos a serem declarados na AGO os acionistas da Companhia registrados como tal em 15 de abril de 2021, inclusive (como proposta a ser definida na AGO).

6 Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores:

(a) informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Não aplicável, uma vez que não houve declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

(b) informar a data dos respectivos pagamentos

Não aplicável, uma vez que não houve declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

7 Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

(a) lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			
	2020	2019	2018	2017
Lucro (prejuízo) por ação	3,35	1,90	2,74	0,99

(b) dividendo e juros sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			
	2020	2019	2018	2017
Dividendos e juros sobre capital próprio por ação(*)	1,98	0,96	2,60	0,94

(*) Considera o valor bruto declarado de juros sobre capital próprio.

8 Havendo destinação de lucros à reserva legal:

(a) identificar o montante destinado a reserva legal

A administração da Companhia propõe a destinação de R$136.375.011,00 para a reserva legal, valor este que corresponde a aproximadamente 3,5% do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Considerando a referida destinação, o saldo da reserva legal da Companhia passará a ser equivalente a 20% do capital social, limite máximo aplicável à reserva legal, nos termos do artigo 193, caput, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**"). Nesse sentido, caso fosse destinado o percentual de 5%

do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a reserva legal excederia o valor admitido pela Lei das Sociedades por Ações.

(b) detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Nos termos do Estatuto Social, a reserva legal seria constituída pela destinação de 5% do lucro líquido do exercício, sendo que tal reserva não poderá exceder 20% do capital social da Companhia, nos termos do artigo 193, *caput*, da Lei das Sociedades por Ações.

Atualmente, o capital social da Companhia corresponde a R$6.353.388.954,04. Nesse sentido, o limite legal para constituição da reserva legal da Companhia é de R$1.270.677.790,81, equivalente a 20% do valor do capital social indicado acima. Considerando que o saldo da reserva legal da Companhia é de R$1.134.302.779,81 (sem considerar a destinação do lucro do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020), é admitida apenas a destinação adicional do montante de R$136.375.011,00 a tal reserva, sendo este, portanto, o valor objeto da proposta para destinação à reserva legal.

9 Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos: (a) descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos; (b) informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos; (c) identificar se eventual parcela não paga é cumulativa; (d) identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais; e (e) identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não aplicável, uma vez que o capital social da Companhia é totalmente dividido em ações ordinárias.

10 Em relação ao dividendo obrigatório:

(a) descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Os acionistas terão direito a parcela correspondente a, no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado com as deduções e acréscimos previstos no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

(b) informar se ele está sendo pago integralmente

Sim.

(c) informar o montante eventualmente retido

Não aplicável, uma vez que a administração da Companhia não está propondo a retenção do dividendo obrigatório.

11 Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da Companhia: (a) informar o montante da retenção; (b) descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos; e (c) justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável, uma vez que a administração da Companhia não está propondo a retenção do dividendo obrigatório.

12 Havendo destinação de resultado para reserva de contingências: (a) identificar o montante destinado a reserva; (b) identificar a perda considerada provável e sua causa; (c) explicar porque a perda foi considerada provável; e (d) justificar a constituição da reserva

Não aplicável, uma vez que a administração da Companhia não está propondo a destinação de resultado para a reserva de contingências.

13 Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar: (a) informar o montante destinado a reserva de lucros a realizar; e (b) informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não aplicável, uma vez que a administração da Companhia não está propondo a destinação de resultado para a reserva de lucros a realizar.

14 Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias: (a) descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva; (b) identificar o montante destinado a reserva; e (c) descrever como o montante foi calculado

Não aplicável, uma vez que a administração da Companhia não está propondo a destinação de resultado para a reserva estatutária.

15 Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital:

(a) identificar o montante da retenção

A administração da Companhia propõe a retenção de lucros no montante de R$1.463.500.004,05, prevista em orçamento de capital a ser objeto de deliberação pela AGO.

(b) fornecer cópia do orçamento de capital

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente do lucro do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 com base na proposta da administração, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios da Companhia, conforme orçamento de capital aprovado pelo Conselho de Administração, o qual será submetido para aprovação pela AGO, conforme detalhamento a seguir:

Destinação dos Recursos	Em R$
Infraestrutura Logística e SMS para atendimento ao mercado	238.879.258,34
Infraestrutura logística em clientes	40.793.397,00
Transformação digital e automação	149.714.247,66
Manutenção e expansão da rede de postos	885.490.000,00
Aportes em participações e novos negócios	148.623.101,05
Total	**1.463.500.004,05**

Fonte dos Recursos	Em R$
Retenção do lucro líquido referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020	1.463.500.004,05

Total	**1.463.500.004,05**

16 Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

(a) informar o montante destinado a reserva

A administração da Companhia propõe a destinação de R$412.295,05 à reserva de incentivos fiscais.

(b) explicar a natureza da destinação

O montante destinado a reserva de incentivos fiscais é constituído mediante a parcela reconhecida no resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, como realização de parte da parcela do imposto de renda destinada ao incentivo fiscal de reinvestimento na Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, com base na proporção da depreciação da vida útil do ativo relacionado objeto do incentivo.

ANEXO IV – INFORMAÇÕES SOBRE OS CANDIDATOS AO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA

(nos termos dos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência, conforme Instrução da CVM nº 480/2009)

12.5 / 12.6 - Composição e experiência profissional dos candidatos ao conselho fiscal

Nome	**Data de nascimento**	**Órgão da administração**	**Data de eleição**	**Prazo do mandato**	**Número de mandatos consecutivos**
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidos na Companhia					
Alexandre Antonio Germano Bittencourt	22/06/1973	Conselho Fiscal	15/04/2021	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2022	0
023.566.417-00	Economista	C.F.(Efetivo)	15/04/2021(*)	Não	N/A
Não aplicável					
João Verner Juenemann	16/02/1940	Conselho Fiscal	15/04/2021	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2022	2
000.952.490-87	Administrador	C.F.(Efetivo)	15/04/2021(*)	Não	100%
Não aplicável					
Maria Salete Garcia Pinheiro	23/03/1955	Conselho Fiscal	15/04/2021	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2022	2
299.484.367-68	Contadora	C.F.(Efetivo)	15/04/2021(*)	Não	100%
Não aplicável					
Rinaldo Pecchio Junior	05/03/1962	Conselho Fiscal	15/04/2021	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2022	0
057.467.688-04	Economista	C.F.(Efetivo)	15/04/2021(*)	Não	N/A
Não aplicável					

Nome	Data de nascimento	Órgão da administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Número de mandatos consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidos na Companhia					
Caio Cesar Ribeiro	02/02/1977	Conselho Fiscal	15/04/2021	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2022	0
069.942.347-38	Economista	C.F. (Candidato ao cargo de suplente de Alexandre Antonio Germano Bittencourt	15/04/2021(*)	Não	N/A
Não aplicável					
Maria Carmen Westerlund Montera	28/01/1952	Conselho Fiscal	15/04/2021	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2022	2
362.882.927-53	Economista	C.F. (Candidato ao cargo de suplente de João Verner Juenemann)	15/04/2021(*)	Não	N/A
Não aplicável					
Manuel Luiz da Silva Araujo	25/08/1950	Conselho Fiscal	15/04/2021	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2022	1
103.351.107-20	Contador	C.F. (Candidato ao cargo de suplente de Maria Salete Garcia Pinheiro)	15/04/2021(*)	Não	N/A
Não aplicável					
Walbert Antonio dos Santos	26/10/1957	Conselho Fiscal	15/04/2021	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2022	0

Nome	Data de nascimento	Órgão da administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Número de mandatos consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidos na Companhia					
867.321.888-87	Contador	C.F. (Candidato ao cargo de suplente de Rinaldo Pecchio Júnior)	15/04/2021(*)	Não	N/A
Não aplicável					

(*) Cumpre destacar que a data de posse acima indicada é apenas indicativa. Caso o referido candidato a membro do Conselho Fiscal seja eleito, a sua efetiva data de posse será devidamente indicada no Formulário de Referência, nos termos da regulamentação aplicável.

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações

Alexandre Antonio Germano Bittencourt - 023.566.417-00

Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Estado do Rio de Janeiro (1997), pós-graduado em Economia Empresarial, pela Universidade Candido Mendes (2012) e MBA em Finanças e Mercado de Capitais, pela Fundação Getúlio Vargas (1999), Desde junho/2020, é economista Master na Petrobras – Petróleo Brasileiro S.A. Foi Coordenador Especial de Participações e Desinvestimentos (2019 – 2020), Coordenador de Portfolio (2018 – 2019), Gerente Setorial de Fluxo Financeiro Internacional (2016 – 2018), Gerente de Caixas no Exterior (2012 a 2016). Foi Conselheiro Fiscal na Stratura Asfaltos, na Transpetro S.A., Na Gas Brasiliano S.A., na COMPERJ S.A.e na LOGUM S.A.

O Sr. Alexandre Antonio Germano Bittencourt declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativo, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

O Sr. Alexandre Antonio Germano Bittencourt declarou não ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos da Instrução da CVM nº 617, de 5 de dezembro de 2019, por não se enquadrar em nenhuma das situações que caracterizam a Pessoa Politicamente Exposta.

João Verner Juenemann - 000.952.490-87

Bacharel em Ciências Contábeis, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e em Administração de Empresas, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; pós-graduado em Auditoria pela Universidade do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas.

Atua no Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (2003/2010 – 2015/2019), onde ocupa os cargos e membro do Conselho de Administração (30/04/2003-2010 e desde 30/04/2015), Coordenador do Comitê de Auditoria (2004-2008 e desde 2015) e Membro do Comitê de Elegibilidade e Remuneração (desde 2016). Atua também como membro do CF da Klabin S.A., do setor de atividades de celulose e florestal desde 08/03/2017. Também atuou como membro do Comitê de Auditoria, indicado por minoritários, na Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A., cargo este que ocupou de 05/09/2017 a 27/12/2017, em razão de exigência do Conselho de Administração de que o Comitê de Auditoria fosse composto somente por integrantes

do Conselho de Administração. Também ocupou cargos na Forjas Taurus S.A. (indústria bélica) no Conselho de Administração (27/04/2014 – 03/03/2017) e Coordenador do Comitê de Auditorias e Riscos (17/07/2014-03/03/2017). Atua também na Tupy S.A. (setor de fundição), onde é Coordenador do Comitê de Auditoria e de Riscos (02/07/2009).

Reeleito sucessivamente até junho de 2019), indicado por minoritários. Atua também na Dimed S.A. Distribuidora de Medicamentos, onde foi membro efetivo do CF indicado pelos minoritários (30/04/2009-28/04/2016) e é Coordenador do Comitê de Auditoria não estatutário, indicado por majoritários (desde 08/2016, com mandato até março de 2020). Também atua na TIM Participações S.A. (setor de telecomunicações), onde é membro suplente do CF, indicado por majoritários desde 11/04/2018. Atua também na Saraiva S.A. Livreiros Editores (setor de Editoria), onde é membro efetivo do CF, indicado por majoritários, desde 29/04/2014 e Presidente do CF, indicado por majoritários, desde 12/05/2017.

Também atuou na Sonae Sonae Sierra Brasil S.A. (setor de supermercados), onde foi membro efetivo do CF (30/04/2013-29/04/2016). Também atuou na Plascar Participações Industriais S.A. (setor automotivo) onde ocupou o cargo de membro efetivo do CF, indicado por minoritários (30/04/2013 -29/04/2016). Também atuou no Banco Indusval S.A., onde foi membro efetivo do CF, indicado por minoritários (24/04/2012- 24/04/2015). Também atuou na Electro Aço Altona S.A. (setor de siderúrgica) onde foi membro efetivo do CF, indicado por minoritários (30/04/2010-28/04/2015). Também atuou na DHB Indústria e Comércio S.A. (setor automotivo), onde foi membro do Conselho de Administração, indicado por minoritários (23/04/2007 -16/06/2014 (renúncia ao mandato)). Nenhuma das empresas acima listadas integra o grupo econômico ou é controlada por acionista da Companhia.Desempenha funções no terceiro setor, na Fundação Boticário de Proteção à Natureza, onde é membro efetivo do CF (novembro de 2015 a março de 2020).

O Sr. João Verner Juenemann declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativo, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

O Sr. João Verner Juenemann declarou não ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos da Instrução da CVM nº 617, de 5 de dezembro de 2019, por não se enquadrar em nenhuma das situações que caracterizam a Pessoa Politicamente Exposta.

O Sr. João Verner Juenemann foi indicado ao cargo de membro efetivo do Conselho Fiscal da Companhia pelos acionistas minoritários.

Maria Salete Garcia Pinheiro - 299.484.367-68

Auditora Independente com 38 anos de experiência no mercado corporativo brasileiro, tendo sido sócia de Auditoria na PwC por 23 anos (até 06/2018), graduada em Ciências Contábeis com MBA em finanças pelo IBMEC e cursos pela Universidade de Ontário, Canadá. Participou do corpo executivo da PwC no Brasil com funções de responsabilidade pela área de recursos humanos do escritório do Rio de Janeiro no período de 1995 a 2000; de 2003 a 2008 foi indicada para liderar a operação da firma nas regiões norte e nordeste e de 2008 a 2018 liderou a operação de expansão de negócios no Rio de Janeiro com foco em grupos familiares. Atuou nos segmentos de produtos de consumo, incorporação imobiliária, distribuição de gás, água e saneamento, cosméticos, empresas de energia geradoras e distribuidoras, educação, farmacêutico, distribuição de combustíveis dentre outros.

Maria Salete Garcia Pinheiro declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativo, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Maria Salete Garcia Pinheiro declarou não ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos da Instrução da CVM nº 617, de 5 de dezembro de 2019, por não se enquadrar em nenhuma das situações que caracterizam a Pessoa Politicamente Exposta.

Rinaldo Pecchio Junior - 057.467.688-04

Graduado em Economia, pela Unicamp, em 1985 e em Contabilidade, pela PUCCAMP, em 1989, com MBA em finanças, pelo IBMEC. Cursos de atualização e desenvolvimento gerencial nos Estados Unidos com professores da Harvard Business School, Tuck School of Business (1993-1998) e desenvolvimento profissional na Europa com professores do IMD (International Institute for Management Development) – Suíça (2005 – 2008). Prêmio Equilibrista 2008, Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças – IBEF Campinas e professor convidado do MBA do Setor Elétrico da Fundação Getúlio Vargas. Desde março de 2019, atua como Diretor Financeiro e de Relações com Investidores no Centro de Tecnologia Canavieira – CTC, Setor de Biotecnologia. Foi Diretor Financeiro, de Relações com Investidores, Suprimentos & Logística, da ISA CTEEP e Controladas, do Grupo ISA da CTEEP (TRPL4), IE Pinheiros, IE Serra do Japi, IEMG, Evrecy) – Setor de Transmissão de energia (Dez/2013 a mar/2019); Vice Presidente de Finanças e Relações com Investidores da AES Brasil (AES Eletropaulo, AES Sul, AES Tietê e Uruguaiana) – setor de serviços (Dez/2005 a Nov/2013); Diretor Executivo de Finanças e Business Transformation na Tetra Pak Ltda. – setor industrial (Nov/2005 – Dez/2009); Foi Controller, Gerente de Tesouraria e Relações com Investidores e Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Elektro - Eletricidade e Serviços S.A. - setor de serviços (Abr/1999 a Nov/2005) e Gerente de Contabilidade Corporativa na Champion Papel e Celulose Ltda. (atual International Paper) – setor industrial (Set/1989 a Set/1998).

O Sr. Rinaldo Pecchio Junior declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativo, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

O Sr. Rinaldo Pecchio Junior declarou não ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos da Instrução da CVM nº 617, de 5 de dezembro de 2019, por não se enquadrar em nenhuma das situações que caracterizam a Pessoa Politicamente Exposta.

Caio Cesar Ribeiro - 069.942.347-38

Bacharel em Ciências Econômicas, com MBA em Controladora e Finanças, pela Universidade Federal Fluminense – UFF; Pós-graduado em Teoria Econômica, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Mestrado em Economia, pela Universidade Candido Mendes. Curso de Extensão – Advanced Corporate Finance, pela London Business School. Exerce a função de Coordenador de Supervisão da Petros, desde junho de 2016; no período de 2014 a 2016, exerceu a função de Gerente Setorial de Análise Financeira de Fluxo e Planos de Benefícios. Foi economista de outubro de 2006 a junho de 2014.

O Sr. Caio Cesar Ribeiro declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativo, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

O Sr. Caio Cesar Ribeiro declarou não ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos da Instrução da CVM nº 617, de 5 de dezembro de 2019, por não se enquadrar em nenhuma das situações que caracterizam a Pessoa Politicamente Exposta.

Maria Carmen Westerlund Montera - 362.882.927-53

Economista formada pela Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro da Universidade Candido mendes, é também bacharel em Letras pela PUC/RJ, com especialização em Mercado de

Capitais na EPGE/FGV/RJ.

Atualmente é membro suplente do Conselho Fiscal da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo, desde maio de 2014. Atua também no BANRISUL – Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. como membro do Conselho Fiscal desde março de 2018. Também atua na Klabin S.A. (setor de papel e celulose) como membro suplente do Conselho Fiscal (março/2017-março/2019). Também atua na AES Tietê Energia (setor elétrico), onde é membro suplente do Conselho Fiscal (maio/2014-abril/2018) e foi membro do Conselho Fiscal (maio/2011-abril/2013).

Também atua na Brasiliana Participações S.A. (setor elétrico – holding), onde é membro suplente do Conselho Fiscal (maio/2017-abril/2018)). Atua também na BR Insurance Corretora de Seguros S.A. (setor de seguros), como membro do comitê de auditoria e riscos (janeiro/2017-maio/2018). Atuou na AES Elpa S.A. (setor elétrico – holding), onde foi membro do Conselho Fiscal de 2011 a 2013. Também atua na TUPY S.A. (setor de metalurgia), onde é membro do Comitê de Auditoria e Riscos (maio/2009-junho/2019) e foi membro do Comitê de Governança e Gestão de Pessoas (maio/2009-agosto/2016) e membro do Conselho de Administração (março/2006-abril/2013). Atuou também na BNDES Participações S.A. – BNDESPAR, onde foi gerente e economista do departamento de acompanhamento da carteira de ações (1976 -junho 2013).

Nenhuma das empresas acima listadas integra o grupo econômico ou é controlada por acionista da Companhia. Foi ainda membro do Conselho de Administração e dos comitês financeiro e de gestão da Brasil Ferrovias e da Ferronorte S.A. (cias abertas concessionárias de ferrovias), membro do comitê de investimentos do Fundo FIP Brasil Energia e do Fundo de Petróleo, Gás e Energia e membro do Conselho de Administração de Spes prestadoras de serviços para a Petrobras (Companhia de Recuperação Secundária CRSEC, marlim Participações e Nova Marlim Participações) e membro suplente do Conselho de Administração da Net Serviços de Comunicação S.A. e do Comitê de Finanças da Telemar Participações S.A.

A Sra. Maria Carmen Westerlund Montera declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativo, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

A Sra. Maria Carmen Westerlund Montera declarou não ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos da Instrução da CVM nº 617, de 5 de dezembro de 2019, por não se enquadrar em nenhuma das situações que caracterizam a Pessoa Politicamente Exposta.

A Sra. Maria Carmen Westerlund Montera foi indicada ao cargo de membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia pelos acionistas minoritários.

Manuel Luiz da Silva Araujo - 103.351.107-20

Formado em Ciências Contábeis e Administração de Empresas, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, com Pós-Gradução (MBA) em Finanças pela PUC-Rio, ingressou na PwC Brasil em 1973, na área de auditoria externa. Com 47 anos de experiência profissional em auditoria contábil e em consultoria de gestão, controles internos, riscos e auditoria interna, em trabalhos realizados para os mais diversos tipos de clientes da PricewaterhouseCooperes (PwC) Brasil, onde se aposentou em 30 de junho de 2014.

Possui Certificado em CRMA-Certification in Risk Management Assurance pelo IIA-Instituto dos Auditores Internos do Brasil, onde atuou como membro do seu Conselho de Administração. É associado ao IBGC-Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, onde efetuou treinamento específico sobre atuação dos Comitês de Auditoria.

Nos últimos seis anos vem atuando como membro de Comitês de Auditoria e Conselho Fiscal, notadamente da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. (TBG), do Grupo Icatu Seguros S.A. e do Grupo HDI Seguros S.A., além de atuação em consultoria de serviços de gestão de riscos e auditoria interna. OSr. Manuel Luiz da Silva Araujo declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativo, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

O Sr. Manuel Luiz da Silva Araujo declarou não ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos da Instrução da CVM nº 617, de 5 de dezembro de 2019, por não se enquadrar em nenhuma das situações que caracterizam a Pessoa Politicamente Exposta.

Walbert Antonio dos Santos - **867.321.888-87**

Graduado em Ciências Contábeis pela Faculdade de Visconde de Cairu, em 1996. Atualmente, atua como consultor empresarial independente, principalmente nas áreas de varejo (Grupo Pereira com sede em São Paulo e atuação principalmente no Centro Oeste) e Educação (Escolas Morumbi Sul, com atuação em São Paulo) e, desde 2017, é membro de conselho fiscal do

Magazine Luíza e conselheiro independente das Clínicas Clivale, empresa familiar sediada em Salvador. Atuou durante 35 anos como auditor e consultor empresarial, entre 1980 até 2002, na Arthur Andersen & CO, onde atuou como Sócio Internacional nos últimos seis anos; no período entre 2001 e 2015, foi Sócio de auditoria da Deloitte Touche Thomatsu. O Sr. Walbert Antonio dos Santos declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativo, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. O Sr. Walbert Antonio dos Santos declarou não ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos da Instrução da CVM nº 617, de 5 de dezembro de 2019, por não se enquadrar em nenhuma das situações que caracterizam a Pessoa Politicamente Exposta.

12.7 / 12.8 - Composição dos comitês

Não aplicável, em relação aos candidatos aos cargos do Conselho Fiscal da Companhia indicados no item 12.5 /12.6 acima.

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Não aplicável em relação aos candidatos ao Conselho Fiscal indicados no item 12.5 /12.6 acima.

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Exercício social encerrado em 31/12/2019			
Administrador do emissor Alexandre Antonio Germano Bittencourt Conselheiro Fiscal	023.566.417-00	Subordinação	Controlador Direto
Pessoa Relacionada Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras Coordenador Especial de Participações e Desinvestimentos	33.000.167/0245-58		
Administrador do emissor Caio Cesar Ribeiro Conselheiro Fiscal	069.942.347-38	Subordinação	Controlador Direto
Pessoa Relacionada Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras Coordenador de Supervisão da Petros	33.000.167/0245-58		
Exercício social encerrado em 31/12/2018			
Administrador do emissor Alexandre Antonio Germano Bittencourt Conselheiro Fiscal	023.566.417-00	Subordinação	Controlador Direto
Pessoa Relacionada Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras Coordenador da área de *portfolio*	33.000.167/0245-58		
Administrador do emissor Caio Cesar Ribeiro Conselheiro Fiscal	069.942.347-38	Subordinação	Controlador Direto
Pessoa Relacionada Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras Coordenador de Supervisão da Petros	33.000.167/0245-58		

Foram considerados, para fins da apresentação das informações acima, que a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras figurou como acionista controladora da Companhia até julho de 2019 (data da conclusão da oferta pública de distribuição secundária de ações de emissão da Companhia e de titularidade da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras), motivo pelo qual não há informações aplicáveis com relação ao exercício social encerrado em 2020.

ANEXO V – INFORMAÇÕES DA SEÇÃO 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

(conforme artigo 12, inciso II, da Instrução da CVM nº 481/2009)

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

A descrição qualitativa da política ou prática de remuneração da Companhia, conforme vigente na presente data, é apresentada abaixo por órgão da sua Administração e pelo Conselho Fiscal, conforme abaixo.

Diretoria

(a) objetivos da política ou prática de remuneração

Os objetivos e práticas de remuneração visam a reconhecer e remunerar os administradores da Companhia considerando a responsabilidade, o tempo dedicado à função, a competência e reputação profissional. Até a publicação deste formulário, não há uma política de remuneração formalmente aprovada na Companhia.

(b) composição da remuneração

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

- Salário ou pró-labore: remuneração mensal fixa, praticada para os membros da Diretoria Executiva, como retribuição pelos serviços prestados,
- Benefícios diretos e indiretos: visam a contribuir com a qualidade de vida dos membros da Diretoria Executiva, incluindo, assistência à saúde;
- Incentivo de curto prazo: Programa baseado no atingimento de metas da Companhia e das Diretorias;
- Incentivo de longo prazo: Remuneração baseada em opções para compra de ações e ações restritas;
- Benefícios pós-emprego: visam a contribuir com a qualidade de vida dos membros da Diretoria Executiva, incluindo plano de previdência privada e contribuição adicional prevista no plano de equacionamento do déficit do Plano Petros do Sistema Petrobras, referente à parte da patrocinadora, quando o membro da Diretoria Executiva for participante deste plano de previdência; e
- Para os diretores não estatutários, contratados por regime da CLT, estão previstos também Auxílio Alimentação e Fundo de Garantia por tempo de Serviço (FGTS).

(ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total

A proporção de cada elemento na remuneração total, em relação aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, pode ser verificada na tabela abaixo.

Composição da Remuneração	2020	2019	2018
Remuneração fixa mensal			
Salário ou pró-labore	58,98%	68,50%	75,39%
Benefícios diretos e indiretos	1,97%	3,13%	2,18%
Participação em comitês	0,00%	0,00%	0,00%
Outros	0,00%	0,00%	0,00%
Remuneração variável	24,45%	17,85%	13,28%
Benefícios pós-emprego	5,51%	6,95%	7,82%
Cessação do exercício do cargo	0,00%	3,57%	1,33%
Remuneração baseada em ações	9,09%	0,00%	0,00%
Total	**100%**	**100%**	**100%**

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

- Salário ou pró-labore: o valor foi aprovado em Assembleia Geral. Foram previstos o agrupamento da remuneração fixa dos administradores no P50 (percentil 50%) de mercado e, baseado nos desafios da Companhia o pacote remuneratório total ficou fixado no P90 (percentil 90%) do mercado, fazendo parte dessa remuneração total os incentivos de curto e de longo prazo. Não existe metodologia única de cálculo e reajuste.
- Incentivo de curto prazo: múltiplo salarial pago de acordo com a curva de atingimento de metas da Companhia e das Diretorias.
- Incentivo de longo prazo: remuneração baseada em opções para compra de ações e ações restritas.
- Benefícios diretos e indiretos: *assistência à saúde*: não existe metodologia única de cálculo e reajuste.
- Benefícios pós-emprego: não existe metodologia única de cálculo e reajuste para a contribuição ao plano de previdência, sendo atualmente limitado a 11% da remuneração com base na faixa etária de cada Diretor Executivo.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

A composição da remuneração dos administradores da Companhia é definida considerando seus resultados econômico-financeiros, bem como busca promover o reconhecimento dos esforços dos administradores da Companhia e um alinhamento às práticas de remuneração aplicadas por referenciais de mercado.

(v) membros não remunerados

Não aplicável, visto que todos os membros da Diretoria Executiva são remunerados.

(c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

- Salário ou pró-labore: remuneração fixa sem indicador vinculado.
- Benefícios diretos e indiretos: sem indicador vinculado.
- Incentivo de curto prazo: Indicadores de atingimento de resultados da Companhia e das Diretorias.

- Incentivo de longo prazo: sem indicador vinculado.
- Benefícios pós-emprego: sem indicador vinculado.

(d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Em relação aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a remuneração foi estruturada de forma que a compensação total tenha parcela considerável atrelada ao Programa de Remuneração Variável Anual dos membros da Diretoria Executiva, que é ativado somente mediante o atendimento de pré-requisitos como a verificação de lucro líquido contábil e distribuição de dividendos. A remuneração variável e, dessa forma, a remuneração total, está diretamente ligada à evolução dos indicadores de desempenho, pois o número de remunerações a serem pagas individualmente no âmbito do Programa de Remuneração Variável Anual foi calculado com base no atingimento dos indicadores e nos resultados da Companhia.

Com a aprovação da revisão da estrutura de remuneração da administração da Companhia pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de julho de 2020, a remuneração passou a ser estruturada de forma que a compensação total tenha parcela considerável atrelada aos programas de incentivo de curto prazo e incentivo de longo prazo da Diretoria Executiva, que são ativados somente mediante o atendimento de pré-requisitos. Os programas acima estão diretamente ligados à evolução dos indicadores de desempenho (curto prazo) e geração de valor para a Companhia (longo prazo).

(e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

Em relação aos exercícios sociais encerrados em 2020, 2019 e 2018, a remuneração dos administradores da Companhia foi definida considerando seus resultados econômico-financeiros, bem como a promoção do reconhecimento dos administradores e um alinhamento destes às estratégias de curto, médio e longo prazos da Companhia.

(f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não aplicável, tendo em vista que não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos da Companhia.

(g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário envolvendo a Companhia.

(h) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando

(i) órgãos e comitês que participam do processo decisório e de que forma participam

Cabe ao Comitê de Pessoas analisar as propostas levadas pela Diretoria de Gente e Gestão para a remuneração fixa e variável da Diretoria Executiva. Após a manifestação deste comitê, a proposta

é apreciada pelo Conselho de Administração. Por fim, a remuneração global dos administradores é submetida para deliberação dos acionistas em Assembleia Geral.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual

É atribuída ao Presidente remuneração individual superior a dos demais membros da Diretoria Executiva. São observadas as práticas de mercado para fixação das remunerações dos membros da Diretoria Executiva.

(iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

Até a presente data, não há uma política de remuneração formalmente aprovada.

Conselho de Administração

(a) objetivos da política ou prática de remuneração

Os objetivos e práticas de remuneração visam a reconhecer e remunerar os membros do Conselho de Administração da Companhia considerando a responsabilidade, o tempo dedicado à função, a competência e reputação profissional. Até a publicação deste formulário, não há uma política de remuneração formalmente aprovada na Companhia.

(b) composição da remuneração

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

- Salário ou pró-labore: remuneração mensal fixa praticada para os membros do Conselho de Administração como retribuição pelos serviços prestados.
- Participação em comitês: remuneração mensal fixa praticada para os membros do Conselho de Administração que compõem os comitês estatutários de assessoramento ao Conselho de Administração.

(ii) em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

A proporção de cada elemento na remuneração total, em relação aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, pode ser verificada na tabela abaixo.

Composição da Remuneração	2020	2019	2018
Remuneração Fixa Mensal			
Salário ou pró-labore	74,07%	67,79%	100%
Benefícios diretos e indiretos	0,00%	0,00%	0,00%
Participação em comitês	25,93%	32,21%	0,00%
Outros	0,00%	0,00%	0,00%
Remuneração variável	0,00%	0,00%	0,00%
Benefícios pós-emprego	0,00%	0,00%	0,00%
Cessação do exercício do cargo	0,00%	0,00%	0,00%
Remuneração Baseada Em Ações	0,00%	0,00%	0,00%
Total	**100%**	**100%**	**100%**

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

- Salário ou pró-labore: o valor foi aprovado em Assembleia Geral. Foi previsto o agrupamento da remuneração fixa dos administradores no P50 (percentil 50%) de mercado, não sendo previsto reajuste para o período entre abril/21 e março/22.
- Participação em comitês: equivalente a um valor percentual do salário ou pró-labore percebido pelo membro do Conselho de Administração.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

A composição da remuneração dos membros do Conselho de Administração busca promover o reconhecimento dos seus esforços.

(v) a existência de membros não remunerados pela Companhia e a razão para esse fato

Todos os membros do Conselho de Administração da Companhia são remunerados.

(c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Não aplicável, visto que a remuneração recebida por membros do Conselho de Administração é fixa, sem indicador vinculado.

(d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Não aplicável, visto que a remuneração recebida por membros do Conselho de Administração é fixa, sem indicador vinculado.

(e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses de curto, médio e longo prazo da Companhia

A remuneração mensal retribui os membros do Conselho de Administração da Companhia pelos serviços prestados, estando alinhada às estratégias de curto, médio e longo prazo da Companhia. O incentivo de longo prazo, baseado em ações, alinha os interesses dos membros do Conselho de Administração à criação de valor de longo prazo da Companhia.

(f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não aplicável, tendo em vista que não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos da Companhia.

(g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia

Não aplicável, tendo em vista que não há remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário envolvendo a Companhia.

(h) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando

(i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório e de que forma participam

Cabe ao Comitê de Pessoas analisar as propostas levadas pela Diretoria de Gente e Gestão para a remuneração dos administradores. Após a manifestação deste comitê, a proposta é apreciada pelo Conselho de Administração. Por fim, a remuneração global dos administradores é submetida para deliberação dos acionistas em Assembleia Geral.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

É atribuída ao Presidente do Conselho de Administração remuneração individual superior a dos demais membros do Conselho, sendo observadas as práticas de mercado para fixação das remunerações dos membros do Conselho de Administração.

(iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

Até a presente data, não há uma política de remuneração formalmente aprovada.

Conselho Fiscal

(a) objetivos da política ou prática de remuneração

Os objetivos e práticas de remuneração visam a reconhecer e remunerar os membros do Conselho Fiscal da Companhia considerando a responsabilidade, o tempo dedicado à função, a competência e reputação profissional.

(b) composição da remuneração:

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

- Salário ou Pró-labore: remuneração mensal fixa praticada para os membros do Conselho Fiscal como retribuição pelos serviços prestados.

(ii) em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

A proporção de cada elemento na remuneração total, em relação aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, pode ser verificada na tabela abaixo.

Composição da Remuneração	2020	2019	2018
Remuneração Fixa Mensal			
Salário ou Pró-labore	100%	100%	100%
Benefícios Diretos e Indiretos	0,00%	0,00%	0,00%
Participação em Comitês	0,00%	0,00%	0,00%
Outros	0,00%	0,00%	0,00%
Remuneração Variável	0,00%	0,00%	0,00%
Benefícios pós-emprego	0,00%	0,00%	0,00%
Cessação do Exercício do Cargo	0,00%	0,00%	0,00%
Remuneração Baseada em Ações	0,00%	0,00%	0,00%
Total	**100%**	**100%**	**100%**

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

- Salário ou Pró-labore: a metodologia do cálculo da remuneração observou a Lei das Sociedades por Ações e referenciais de mercado.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

A composição da remuneração dos membros do Conselho Fiscal da Companhia busca promover o reconhecimento dos seus esforços.

(v) a existência de membros não remunerados pela Companhia e a razão para esse fato

Não aplicável, visto que todos os membros titulares do quadro atual do Conselho Fiscal da Companhia são remunerados. Os membros suplentes do Conselho Fiscal têm direito à remuneração mensal apenas quando praticam atos formais no efetivo exercício de suas funções.

(c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Não aplicável, visto que a remuneração recebida por membros do Conselho Fiscal é fixa, sem indicador vinculado.

(d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Não aplicável, visto que a remuneração recebida por membros do Conselho Fiscal é fixa, sem indicador vinculado.

(e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses de curto, médio e longo prazo da Companhia

Não aplicável, visto que a remuneração recebida por membros do Conselho Fiscal é fixa, sem vinculação às estratégias de curto, médio e longo prazo da Companhia.

(f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não aplicável, tendo em vista que não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos da Companhia.

(g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia

Não aplicável, tendo em vista que não há remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário envolvendo a Companhia.

(h) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria

Não aplicável.

Comitê de Auditoria Estatutário, Comitê de Riscos e Financeiro e Comitê de Pessoas

(a) objetivos da política ou prática de remuneração

Os objetivos e práticas de remuneração visam a reconhecer e remunerar os membros dos comitês estatutários considerando a responsabilidade, o tempo dedicado à função, a competência e reputação profissional. Até a publicação deste formulário, não há uma política de remuneração formalmente aprovada na Companhia.

(b) composição da remuneração

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

- Honorários: remuneração mensal fixa praticada para os membros dos comitês estatutários de assessoramento ao Conselho de Administração como retribuição pelos serviços prestados.

(ii) em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

A proporção de cada elemento na remuneração total, em relação aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, pode ser verificada na tabela abaixo.

Composição da Remuneração	2020	2019	2018
Remuneração Fixa Mensal			
Salário ou Pró-labore	100%	100%	100%
Benefícios Diretos e Indiretos	0,00%	0,00%	0,00%
Participação em Comitês	0,00%	0,00%	0,00%
Outros	0,00%	0,00%	0,00%
Remuneração Variável	0,00%	0,00%	0,00%
Benefícios pós-emprego	0,00%	0,00%	0,00%
Cessação do Exercício do Cargo	0,00%	0,00%	0,00%
Remuneração Baseada em Ações	0,00%	0,00%	0,00%
Total	**100%**	**100%**	**100%**

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

- Honorários: a metodologia do cálculo dos honorários baseou-se em referenciais de mercado para o exercício social vigente.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

A remuneração dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração considera a responsabilidade legal e estatutária dos membros de tais comitês.

(v) A existência de membros não remunerados pela Companhia e a razão para esse fato

Não aplicável, visto que todos os membros dos comitês estatutários são remunerados, tanto os que integram o Conselho de Administração quanto os eventuais membros externos dos Comitês, que não integram o Conselho de Administração.

(c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Não aplicável, visto que a remuneração estabelecida para os membros dos comitês é fixa, sem indicador vinculado.

(d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Não aplicável, visto que a remuneração estabelecida para os membros dos comitês é fixa, sem indicador vinculado.

(e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses de curto, médio e longo prazo da Companhia

A remuneração mensal retribui os membros dos comitês pelos serviços prestados, estando alinhada às estratégias de curto, médio e longo prazos da Companhia.

(f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não aplicável, tendo em vista que não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

(g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia

Não aplicável, tendo em vista que não há remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

(h) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria

Não aplicável.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total prevista para o exercício social corrente (31/12/2021) - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Total**
Nº total de membros	9,00	4,92	3,00	16,92
Nº de membros remunerados	9,00	4,92	3,00	16,92
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	8.280.000,00	8.664.000,00	810.000,00	17.754.000,00
Benefícios diretos e indiretos	0,00	510.000,00	0,00	510.000,00
Participação em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	13.324.920,00	0,00	13.324.920,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	623.040,00	0,00	623.040,00
Cessação do cargo	0,00	5.832.000,00	0,00	5.832.000,00
Baseada em ações, incluindo opções	8.280.000,00	13.164.000,00	0,00	21.444.000,00
Observação	Os valores e quantitativos correspondem ao projetado para abril de 2021 a março de 2022, de modo que as informações aqui descritas estejam em linha com os montantes globais a serem deliberados pela Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 15 de abril de 2021. O número de membros total e de membros remunerados foi apurado conforme Ofício Circular CVM/SEP/Nº 01/2021: - Nº membros total: média anual do nº de membros do Conselho de Administração apurado mensalmente; - Nº membros remunerados: considera apenas os membros do Conselho de Administração aos quais foram atribuídas remunerações reconhecidas no resultado do exercício e corresponde à média anual do nº de membros remunerados do Conselho de Administração apurado mensalmente. **Em observância ao Ofício Circular CVM/SEP/Nº 01/2021, não são considerados os encargos sociais que são ônus da Companhia.**	Os valores e quantitativos correspondem ao projetado para abril de 2021 a março de 2022, de modo que as informações aqui descritas estejam em linha com os montantes globais a serem deliberados pela Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 15 de abril de 2021. O nº de membros total e de membros remunerados foi apurado conforme Ofício Circular CVM/SEP/Nº 01/2021: - Nº membros total: média anual do nº de membros da Diretoria Estatutária apurado mensalmente; - Nº membros remunerados: considera apenas aqueles aos quais foram atribuídas remunerações reconhecidas no resultado do exercício e corresponde à média anual do nº de membros remunerados da Diretoria Estatutária apurado mensalmente. **Em observância ao Ofício Circular CVM/SEP/Nº 01/2021, não são considerados os encargos sociais que são ônus da Companhia.**	Os valores e quantitativos correspondem ao projetado para abril de 2021 a março de 2022, de modo que as informações aqui descritas estejam em linha com os montantes globais a serem deliberados pela Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 15 de abril de 2021. O nº de membros total e de membros remunerados foi apurado conforme Ofício Circular CVM/SEP/Nº 01/2021: - Nº membros total: média anual do nº de membros do Conselho Fiscal apurado mensalmente; - Nº membros remunerados: considera apenas aqueles aos quais foram atribuídas remunerações reconhecidas no resultado do exercício e corresponde à média anual do nº de membros remunerados do Conselho Fiscal apurado mensalmente. **Em observância ao Ofício Circular CVM/SEP/Nº 01/2021, não são considerados os encargos sociais que são ônus da Companhia.**	

Total da remuneração	**16.560.000,00**	**42.117.960,00**	**810.000,00**	**59.487.960,00**

Remuneração do exercício social encerrado em 31/12/2020 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Total**
Nº total de membros	9,00	5,00	3,00	17,00
Nº de membros remunerados	9,00	5,00	3,00	17,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	8.235.317,36	8.917.164,10	712.586,88	17.865.068,34
Benefícios diretos e indiretos	0,00	298.542,70	0,00	298.542,70
Participação em comitês	2.883.547,92	0,00	0,00	2.883.547,92
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	3.696.966,48	0,00	3.696.966,48
Descrição de outras remunerações variáveis		Os valores contidos no campo "Outros" referem-se aos valores pagos do Programa de Remuneração Variável Anual - RVA.		
Pós-emprego	0,00	832.380,21	0,00	832.380,21
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações, incluindo opções	0,00	1.374.188,83	0,00	1.374.188,83
Observação	Os valores e quantitativos correspondem ao período de janeiro a dezembro de 2020, em atenção às informações exigidas pela Instrução da CVM nº 480/2009. No entanto, a Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de julho de 2020 aprovou a remuneração global dos administradores (Diretoria Estatutária e Conselho de Administração), dos membros do Conselho Fiscal e dos Comitês Estatutários de Assessoramento ao Conselho de Administração para o período de abril de 2020 a março de 2021. O número de membros total e de membros remunerados foi apurado conforme Ofício Circular CVM/SEP/Nº 01/2021: - Nº membros total: média anual do nº de membros do Conselho de Administração apurado mensalmente; - Nº membros remunerados: considera apenas os membros do Conselho de Administração aos quais foram atribuídas remunerações reconhecidas no resultado do exercício e corresponde à média anual do nº de membros remunerados	Os valores e quantitativos correspondem ao período de janeiro a dezembro de 2020, em atenção às informações exigidas pela Instrução da CVM nº 480/2009. No entanto, a Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de julho de 2020 aprovou a remuneração global dos administradores (Diretoria Estatutária e Conselho de Administração), dos membros do Conselho Fiscal e dos Comitês Estatutários de Assessoramento ao Conselho de Administração para o período de abril de 2020 a março de 2021. O nº de membros total e de membros remunerados foi apurado conforme Ofício Circular CVM/SEP/Nº 01/2021: - Nº membros total: média anual do nº de membros da Diretoria Estatutária apurado mensalmente; - Nº membros remunerados: considera apenas aqueles aos quais foram atribuídas remunerações reconhecidas no resultado do exercício e corresponde à média anual do nº de membros remunerados	Os valores e quantitativos correspondem ao período de janeiro a dezembro de 2020, em atenção às informações exigidas pela Instrução da CVM nº 480/2009. No entanto, a Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de julho de 2020 aprovou a remuneração global dos administradores (Diretoria Estatutária e Conselho de Administração), dos membros do Conselho Fiscal e dos Comitês Estatutários de Assessoramento ao Conselho de Administração para o período de abril de 2020 a março de 2021. O nº de membros total e de membros remunerados foi apurado conforme Ofício Circular CVM/SEP/Nº 01/2021: - Nº membros total: média anual do nº de membros do Conselho Fiscal apurado mensalmente; - Nº membros remunerados: considera apenas aqueles aos quais foram atribuídas remunerações reconhecidas no resultado do exercício e corresponde à média anual do nº de membros remunerados	

	do Conselho de Administração apurado mensalmente. **Em observância ao Ofício Circular CVM/SEP/Nº 01/2021, não são considerados os encargos sociais que são ônus da Companhia.**	da Diretoria Estatutária apurado mensalmente. **Em observância ao Ofício Circular CVM/SEP/Nº 01/2021, não são considerados os encargos sociais que são ônus da Companhia.**	do Conselho Fiscal apurado mensalmente. **Em observância ao Ofício Circular CVM/SEP/Nº 01/2021, não são considerados os encargos sociais que são ônus da Companhia.**	
Total da remuneração	**11.118.865,28**	**15.119.242,32**	**712.586,88**	**26.950.694,48**

Remuneração total do exercício social encerrado em 31/12/2019- Valores Anuais				
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Total**
Nº total de membros	8.75	4,75	3,00	16,50
Nº de membros remunerados	8.75	4,75	3,00	16,50
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.031.051,92	6.785.971,37	399.909,63	8.216.932,92
Benefícios diretos e indiretos	0,00	310.555,84	0,00	310.555,84
Participação em comitês	412.569,70	0,00	0,00	412.569,70
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	1.768.570,07	0,00	1.768.570,07
Descrição de outras remunerações variáveis		Os valores contidos no campo "Outros" referem-se aos valores pagos no Programa de Remuneração Variável Anual - RVA (parcela à vista 2018, parcelas diferidas de 2017).		
Pós-emprego	0,00	699.236,38	0,00	699.236,38
Cessação do cargo	0,00	353.821,86	0,00	353.821,86
Baseada em ações, incluindo opções	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Os valores e quantitativos correspondem ao período de janeiro a dezembro de 2019, em atenção às informações exigidas pela Instrução da CVM nº 480/2009. No entanto, a Assembleia Geral Ordinária realizada em 25 de abril de 2019 aprovou a remuneração global dos administradores (Diretoria Estatutária e Conselho de Administração), dos membros do Conselho Fiscal e dos Comitês Estatutários de Assessoramento ao Conselho de Administração para o período de abril de 2019 a março de 2020. O número de membros total e de membros remunerados foi apurado conforme Ofício Circular CVM/SEP/Nº 01/2021: - Nº membros total: média anual do nº de	Os valores e quantitativos correspondem ao período de janeiro a dezembro de 2019, em atenção às informações exigidas pela Instrução da CVM nº 480/2009. No entanto, a Assembleia Geral Ordinária realizada em 25 de abril de 2019 aprovou a remuneração global dos administradores (Diretoria Estatutária e Conselho de Administração), dos membros do Conselho Fiscal e dos Comitês Estatutários de Assessoramento ao Conselho de Administração para o período de abril de 2019 a março de 2020. O nº de membros total e de membros remunerados foi apurado conforme Ofício Circular CVM/SEP/Nº 01/2021: - Nº membros total: média anual do nº de	Os valores e quantitativos correspondem ao período de janeiro a dezembro de 2019, em atenção às informações exigidas pela Instrução da CVM nº 480/2009. No entanto, a Assembleia Geral Ordinária realizada em 25 de abril de 2019 aprovou a remuneração global dos administradores (Diretoria Estatutária e Conselho de Administração), dos membros do Conselho Fiscal e dos Comitês Estatutários de Assessoramento ao Conselho de Administração para o período de abril de 2019 a março de 2020. O nº de membros total e de membros remunerados foi apurado conforme Ofício Circular CVM/SEP/Nº 01/2021: - Nº membros total: média anual do nº de	

	membros do Conselho de Administração apurado mensalmente; - Nº membros remunerados: considera apenas os membros do Conselho de Administração aos quais foram atribuídas remunerações reconhecidas no resultado do exercício e corresponde à média anual do nº de membros remunerados do Conselho de Administração apurado mensalmente. **Em observância ao Ofício Circular CVM/SEP/Nº 01/2021, não são considerados os encargos sociais que são ônus da Companhia.**	membros da Diretoria Estatutária apurado mensalmente; - Nº membros remunerados: considera apenas aqueles aos quais foram atribuídas remunerações reconhecidas no resultado do exercício e corresponde à média anual do nº de membros remunerados da Diretoria Estatutária apurado mensalmente. A variação entre a remuneração total prevista para o exercício de 2020 em relação à remuneração total efetivamente realizada no exercício de 2019 foi decorrente da adequação das remunerações fixas dos membros da Diretoria a referenciais de mercado. **Em observância ao Ofício Circular CVM/SEP/Nº 01/2021, não são considerados os encargos sociais que são ônus da Companhia.**	membros do Conselho Fiscal apurado mensalmente; - Nº membros remunerados: considera apenas aqueles aos quais foram atribuídas remunerações reconhecidas no resultado do exercício e corresponde à média anual do nº de membros remunerados do Conselho Fiscal apurado mensalmente. A variação entre a remuneração total prevista para o exercício de 2020 em relação à remuneração total efetivamente realizada no exercício de 2019 é devida à adequação das remunerações fixas dos membros do Conselho Fiscal. **Em observância ao Ofício Circular CVM/SEP/Nº 01/2021, não são considerados os encargos sociais que são ônus da Companhia.**	
Total da remuneração	**1.443.621,62**	**9.907.155,52**	**399.909,63**	**11.750.686,77**

Remuneração total do exercício social encerrado em 31/12/2018- Valores Anuais				
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Total**
Nº total de membros	9,67	4,83	3,00	17,50
Nº de membros remunerados	9,67	4,83	3,00	17,50
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1,356.089,46	7.632.569,85	426.089,02	9.414.748,33
Benefícios diretos e indiretos	0,00	220.857,87	0,00	220.857,87
Participação em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	1.344.523,00	0,00	1.344.523,00
Descrição de outras remunerações variáveis		Os valores contidos no campo "Outros" referem-se aos valores pagos no Programa de Remuneração Variável Anual - RVA (parcela à vista ano base 2017).		
Pós-emprego	0,00	791.717,96	0,00	791.717,96
Cessação do cargo	0,00	134.789,28	0,00	134.789,28
Baseada em ações, incluindo opções	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Os valores e quantitativos correspondem ao período de janeiro a dezembro de 2018. No entanto, a Assembleia Geral Ordinária realizada em 25 de abril de 2018 aprovou a	Os valores e quantitativos correspondem ao período de janeiro a dezembro de 2018. No entanto, a Assembleia Geral Ordinária realizada em 25 de abril de 2018 aprovou a	Os valores e quantitativos correspondem ao período de janeiro a dezembro de 2018. No entanto, a Assembleia Geral Ordinária realizada em 25 de abril de 2018 aprovou a	

	remuneração global dos administradores (Diretoria Estatutária e Conselho de Administração), dos membros do Conselho Fiscal e dos Comitês Estatutários de Assessoramento ao Conselho de Administração para o período de abril de 2018 a março de 2019. O número de membros total e de membros remunerados foi apurado conforme Ofício Circular CVM/SEP/Nº 01/2021: - Nº membros total: média anual do nº de membros do Conselho de Administração apurado mensalmente; - Nº membros remunerados: considera apenas os membros do Conselho de Administração aos quais foram atribuídas remunerações reconhecidas no resultado do exercício e corresponde à média anual do nº de membros remunerados do Conselho de Administração apurado mensalmente. **Em observância ao Ofício Circular CVM/SEP/Nº 01/2021, não são considerados os encargos sociais que são ônus da Companhia.**	remuneração global dos administradores (Diretoria Estatutária e Conselho de Administração), dos membros do Conselho Fiscal e dos Comitês Estatutários de Assessoramento ao Conselho de Administração para o período de abril de 2018 a março de 2019. O nº de membros total e de membros remunerados foi apurado conforme Ofício Circular CVM/SEP/Nº 01/2021: - Nº membros total: média anual do nº de membros da Diretoria Estatutária apurado mensalmente; - Nº membros remunerados: considera apenas aqueles aos quais foram atribuídas remunerações reconhecidas no resultado do exercício e corresponde à média anual do nº de membros remunerados da Diretoria Estatutária apurado mensalmente. **Em observância ao Ofício Circular CVM/SEP/Nº 01/2021, não são considerados os encargos sociais que são ônus da Companhia.**	remuneração global dos administradores (Diretoria Estatutária e Conselho de Administração), dos membros do Conselho Fiscal e dos Comitês Estatutários de Assessoramento ao Conselho de Administração para o período de abril de 2018 a março de 2019. No entanto, a Assembleia Geral Ordinária realizada em 25 de abril de 2019 aprovou a remuneração global dos administradores (Diretoria Estatutária e Conselho de Administração), dos membros do Conselho Fiscal e dos Comitês Estatutários de Assessoramento ao Conselho de Administração para o período de abril de 2019 a março de 2020. O nº de membros total e de membros remunerados foi apurado conforme Ofício Circular CVM/SEP/Nº 01/2021: - Nº membros total: média anual do nº de membros do Conselho Fiscal apurado mensalmente; - Nº membros remunerados: considera apenas aqueles aos quais foram atribuídas remunerações reconhecidas no resultado do exercício e corresponde à média anual do nº de membros remunerados do Conselho Fiscal apurado mensalmente. **Em observância ao Ofício Circular CVM/SEP/Nº 01/2021, não são considerados os encargos sociais que são ônus da Companhia.**	
Total da remuneração	**1.356.089,46**	**10.124.457,96**	**426.089,02**	**11.906.636,44**

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Prevista para 31/12/2021	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	4,92	3,00	16,92
Nº de membros remunerados	0	4,92	0	4,92
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	4.798.656,00	0	4.798.656,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	13.324.920,00	0	13.324.920,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0	10.164.000,00	0	10.164.000,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0	0	0	0

31/12/2020	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	5,00	3,00	17,00
Nº de membros remunerados	0	5,00	0	5,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	5.590.200,00	0	5.590.200,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	11.180.400,00	0	11.180.400,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0	10.164.000,00	0	10.164.000,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	0	0	0
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0

Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0	0	0	0
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	3.696.966,48	0	3.696.966,48

31/12/2019	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0	5	0	5
Nº de membros remunerados	0	5	0	5
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0	0	0	0
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	0	0	0
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	1.495.150,02	0	1.495.150,02
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	2.732.515,56	0	2.732.515,56
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0	2.113.832,79	0	2.113.832,79
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	1.768.570,07	0	1.768.570,07

31/12/2018	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0	4,83	0	4,83
Nº de membros remunerados	0	4,83	0	4,83
Bônus				

Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0	0	0	0
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	0	0	0
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	1.237.365,54	0	1.237.365,54
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	2.474.731,07	0	2.474.731,07
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0	1.856.048,30	0	1.856.048,30
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	1.344.523,00	0	1.344.523,00

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

No âmbito da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de julho de 2020, foram aprovados o Plano de Remuneração em Opções de Compra de Ações ("**Plano de Opções**") e o Plano de Ações Restritas – Programa de *Matching Shares* ("**Plano de Matching**" e, em conjunto com o Plano de Opções, "**Planos**").

Plano de Opções

(a) termos e condições gerais

Poderão ser eleitos como participantes do Plano de Opções administradores, colaboradores ou prestadores de serviços da Companhia, ou outra sociedade sob o seu controle, que venham a ser eleitos pelo Conselho de Administração da Companhia ou por um o comitê criado ou indicado para assessorar o Conselho de Administração na administração do Plano de Opções ("**Comitê**" e "**Participantes**", respectivamente).

(b) principais objetivos do plano

Estabelecer um modelo de incentivo de longo prazo que permitirá à Companhia alinhar os interesses da Companhia e dos acionistas da Companhia aos dos Participantes e compartilhar riscos e ganhos de forma equitativa entre acionistas e Participantes.

(c) forma como o plano contribui para esses objetivos

O Plano de Opções possibilita que os administradores e colaboradores da Companhia, eleitos para participarem do Plano de Opções, tornem-se acionistas da Companhia e capturem o crescimento de valor ação acima do preço de exercício definido na data de outorga. Com isso, a Companhia entende que os Participantes serão estimulados a permanecerem na Companhia com foco na valorização da ação da Companhia e, consequentemente, na maximização de lucros para os acionistas da Companhia no longo prazo.

(d) como o plano se insere na política de remuneração do emissor

O Plano de Opções se insere na política de remuneração da Companhia, uma vez que esta visa a concentrar parte relevante da remuneração total de seus administradores e colaboradores de alto nível em componentes variáveis de longo prazo, conforme objetivos expostos no item (b) acima.

(e) como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

O Plano de Opções alinha os interesses dos Participantes aos da Companhia, uma vez que os Participantes têm um incentivo adicional para implementar ações de curto, médio e longo prazos que gerem valor para a Companhia no longo prazo e que serão, portanto, refletidas na valorização das ações de emissão da Companhia.

(f) número máximo de ações abrangidas

Conforme indicado acima, o número máximo de ações que poderão ser efetivamente entregues em decorrência do exercício das opções de compra de ações de emissão da Companhia ("**Opções**"), considerando ações entregues no âmbito do Plano de *Matching*, não poderá exceder 2% (dois por cento) do capital social da Companhia na data de aprovação do Plano de Opções.

(g) número máximo de opções a serem outorgadas

Não há um número máximo de Opções a serem outorgadas no âmbito do Plano de Opções. No entanto, as Opções que vierem a ser outorgadas no âmbito do Plano de Opções não poderão resultar na efetiva entrega de ações da Companhia em quantidade superior a 2% (dois por cento) do capital social da Companhia na data de aprovação do Plano de Opções, considerando ações entregues no âmbito do Plano de *Matching*.

(h) condições de aquisição de ações

A outorga de Opções nos termos do Plano de Opções deve ser realizada mediante a aprovação de programas pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê ("**Programas**") e a celebração de Contratos de Opção de Compra de Ações ("**Contratos de Opção**") entre a Companhia e os Participantes selecionados. Os Programas e Contratos de Opção deverão estabelecer o prazo de carência (*vesting*) e as demais condições aplicáveis, podendo incluive estabelecer metas de performance da Companhia, após o qual as Opções tornar-se-ão aptas a exercício.

(i) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O preço de exercício das Opções ("**Preço de Exercício**") será definido pelo Conselho de Administração em cada Programa, considerando uma média de cotação das ações da Companhia na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, ponderada pelo volume de negociação, em determinado número de pregões anteriores à data de outorga das Opções. O Conselho de Administração poderá, ainda, determinar se o Preço de Exercício será ajustado por dividendos, juros sobre capital próprio e/ou proventos distribuídos pela Companhia no período compreendido entre data de outorga das Opções e a data de exercício das Opções.

Tendo em vista a natureza remuneratória do Plano de Opções, a Companhia irá promover a retenção na fonte dos tributos incidentes sobre as ações a serem entregues em decorrência do exercício das Opções, de acordo com a legislação aplicável e/ou orientação das autoridades tributárias, podendo reter Opções do Participante, reduzir a quantidade de ações a ser entregue ao Participante ou adotar qualquer outra mecânica a ser definida pelo Conselho de Administração para essa finalidade.

(j) critérios para fixação do prazo de exercício

O prazo de exercício será definido pelo Conselho de Administração nos respectivos Programas e Contratos de Opção.

(k) forma de liquidação

Após o decurso do prazo de carência (*vesting*), as Opções serão exercidas e o Conselho de Administração poderá emitir novas ações dentro do capital autorizado ou alienar ações mantidas em tesouraria, observada a regulamentação em vigor. Como mencionado acima, a Companhia realizará a retenção dos tributos incidentes no momento do exercício das Opções.

(l) restrições à transferência das ações

As Opções outorgadas nos termos do Plano de Opções são pessoais e intransferíveis, não podendo o Participante, em hipótese alguma, ceder, transferir ou de qualquer modo alienar a quaisquer terceiros as Opções, nem os direitos e obrigações a elas inerentes.

(m) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Plano de Opções poderá ser extinto, a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral ou pela dissolução ou liquidação da Companhia, o que ocorrer primeiro. Qualquer alteração da legislação e regulamentação aplicável à Companhia que resulte em impactos à Companhia decorrentes da vigência do Plano poderá ensejar a revisão integral do Plano.

(n) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Nos termos do Plano de Opções, cada Programa deverá regular as hipóteses de desligamento e seus efeitos às Opções, de modo que os direitos conferidos ao Participante de acordo com o Plano de Opções poderão ser extintos ou modificados.

Plano de Matching

(a) termos e condições gerais

Poderão ser eleitos como participantes do Plano de Matching administradores, colaboradores ou prestadores de serviços da Companhia, ou outra sociedade sob o seu controle, que venham a ser eleitos pelo Conselho de Administração da Companhia ou por um o comitê criado ou indicado para assessorar o Conselho de Administração na administração do Plano de Matching ("**Comitê**" e "**Participantes**", respectivamente).

(b) principais objetivos do plano

Estabelecer um modelo de incentivo de longo prazo que permitirá à Companhia alinhar os interesses da Companhia e dos acionistas da Companhia aos dos Participantes e compartilhar riscos e ganhos de forma equitativa entre acionistas e Participantes.

(c) forma como o plano contribui para esses objetivos

Ao entregar uma quantidade de ações em contrapartida ao investimento, pelo executivo, de parte do incentivo de curto prazo do executivo na aquisição de ações da Companhia, espera-se que estes tenham fortes incentivos de permanecer na Companhia e de buscar a criação de valor no longo prazo, exercendo suas funções de maneira a integrar-se aos interesses da Companhia, aos objetivos sociais e aos planos de crescimento desta, maximizando, assim, seus lucros.

(d) como o plano se insere na política de remuneração do emissor

O Plano de Matching se insere na política de remuneração da Companhia, uma vez que esta visa a concentrar parte relevante da remuneração total de seus administradores e colaboradores de alto nível em componentes variáveis de longo prazo, conforme objetivos expostos no item (b) acima.

(e) como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

O Plano de Matching alinha os interesses dos Participantes aos da Companhia, uma vez que os Participantes têm um incentivo adicional para implementar ações de curto, médio e longo prazos que gerem valor para a Companhia no longo prazo e que serão, portanto, refletidas na valorização das ações de emissão da Companhia. Esse obejtivo é reforçado na medida em que o executivo possui parte do seu incentivo de curto prazo investido em ações da Companhia.

(f) número máximo de ações abrangidas

Poderão ser entregues aos Beneficiários, no âmbito do Plano de Matching, ações representativas de, no máximo 2% (dois por cento) das ações representativas do capital social da Companhia, na data de aprovação do Plano de Matching, incluídas as ações entregues no Plano de Opções.

(g) número máximo de opções a serem outorgadas

Não aplicável. O Plano não prevê a entrega de opções.

(h) condições de aquisição de ações

O Plano de Matching exige o investimento de percentual do bônus anual líquido recebido pelo beneficiário ("**Verbas Autorizadas**") na aquisição de ações ordinárias de emissão da Companhia, que deverão ser adquiridas até a data de outorga e integralmente mantidas sob plena e legítima titularidade e propriedade do beneficiário por todo o período compreendido entre a data de outorga e o 3º (terceiro) aniversário da data de outorga ("**Ações Próprias**"), como condição para que a Companhia outorgue ações de *matching* ("**Ações de Matching**").

Assim, os direitos dos beneficiários em relação às Ações de Matching, especialmente o direito de efetivamente receber a propriedade de tais ações, somente serão plenamente adquiridos se os beneficiários (i) permanecerem continuamente vinculados como administradores, diretores ou empregados da Companhia ou de sociedade sob o seu controle, conforme o caso, e, cumulativamente, (ii) mantiverem, sob sua plena e legítima titularidade e propriedade, as Ações Próprias, por todo o período compreendido desde a data de outorga até o terceiro aniversário da Data de Outorga, quando 100% (cem por cento) das Ações de Matching serão vestidas.

(i) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Não aplicável. O Plano de Matching estabelece que, quando superado o período de carência, e, desde que cumpridas todas as condições estabelecidas no Plano de Matching e nos respectivos Contratos de Outorga, as ações serão transferidas pela Companhia ao beneficiário, sem o pagamento de qualquer preço de exercício.

(j) critérios para fixação do prazo de exercício

Não aplicável. O Plano de Matching estabelece que, quando superado o período de carência (vesting), e, desde que cumpridas todas as condições estabelecidas no Plano e nos respectivos Contratos de Outorga, as ações serão transferidas pela Companhia ao beneficiário, sem o pagamento de qualquer preço de exercício.

(k) forma de liquidação

Não aplicável. Como mencionado acima, não haverá a entrega de opções no âmbito do Plano de Matching.

Com o propósito de satisfazer a outorga das ações de Matching, nos termos do Plano de Matching, a Companhia, sujeito à lei e regulamentação aplicáveis, transferirá ações mantidas em tesouraria, por meio de operação privada, sem custo para os beneficiários, nos termos da Instrução CVM 567/2015. Na hipótese de não haver ações em tesouraria e/ou na impossibilidade de adquirir ações no mercado em virtude de restrições legais ou regulamentares, o Conselho de Administração poderá optar por liquidar a entrega das Ações de Matching em dinheiro.

(l) restrições à transferência das ações

O direito às Ações de Matching outorgadas nos termos do Plano de Matching é pessoal e intransferível, não podendo o beneficiário, em hipótese alguma, ceder, transferir ou de qualquer modo alienar a quaisquer terceiros as Ações de Matching, nem os direitos e obrigações a elas inerentes.

(m) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Plano de Matching poderá ser extinto, a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral, sendo certo que as outorgas de Ações de Matching realizadas anteriormente à extinção do Plano de Matching permanecerão em vigor. Qualquer alteração da legislação e regulamentação aplicável à Companhia poderá ensejar a revisão integral do Plano de Matching.

(n) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Nos termos do Plano de Matching, cada Programa deverá regular as hipóteses de desligamento e seus efeitos às Ações de Matching, de modo que os direitos conferidos ao beneficiário de acordo com o Plano de Matching poderão ser extintos ou modificados.

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

A Companhia informa que não distribuiu remuneração baseada em ações para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária durante os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2019.

Com a aprovação do Plano de Remuneração em Opções de Compra de Ações, a Companhia reconheceu no resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e previu para o exercício social corrente as seguintes remunerações baseadas em ações:

Prevista para 31/12/2021		
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**
N° total de membros	9	4,92
N° de membros remunerados	9	4,92
Outorga de opções de compras de ações		
Data de outorga	15/04/2021	Primeira outorga: 31/07/2020 Segunda outorga: 15/04/2021
Quantidade de opções outorgadas	1.161.290(*)	Primeira outorga: 1.336.261 Segunda outorga: 1.398.316(*) Total: 2.734.577(*)
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	Até 3 anos	Primeira outorga: 31/07/2023 Segunda outorga: até 15/04/2024
Prazo máximo para exercício das opções	6 anos	Primeira outorga: 31/07/2026 Segunda outorga: 15/04/2027
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-
Preço médio ponderado de exercício:		
a. Das opções em aberto no início do exercício social	N/A	R$21,81
b. Das opções perdidas durante o exercício social	N/A	N/A
c. Das opções exercidas durante o exercício social	N/A	N/A
d. Das opções expiradas durante o exercício social	N/A	N/A
Valor justo das opções na data de cada outorga	R$7,13(*)	Primeira outorga: R$7,47 Segunda outorga: R$7,13(*)
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	0,10%(*)	Primeira outorga: 0,11% Segunda outorga: 0,12%(*) Total: 0,23%(*)

(*) O valor justo das opções será definido como 32,89% do preço da ação de emissão da Companhia na data da outorga. A quantidade e o valor juros das opções poderá variar materialmente em função do preço da ação na data da outorga, portanto os valores expostos na tabela acima são apenas estimativas com base na realidade de mercado na data da elaboração deste manual. Para fins indicativos, considerou-se para o cálculo do valor justo indicado o preço da ação de emissão da Companhia em 11 de março de 2021.

31/12/2020		
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**
N° total de membros	9	5
N° de membros remunerados	0	5
Outorga de opções de compras de ações		

Data de outorga	-	31/07/2020
Quantidade de opções outorgadas	-	1.336.261
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	3 anos
Prazo máximo para exercício das opções	-	6 anos
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-
Preço médio ponderado de exercício:		
a. Das opções em aberto no início do exercício social	N/A	N/A
b. Das opções perdidas durante o exercício social	N/A	N/A
c. Das opções exercidas durante o exercício social	N/A	N/A
d. Das opções expiradas durante o exercício social	N/A	N/A
Valor justo das opções na data de cada outorga	-	7,47
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	-	0,11%

13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	9	5
Nº de membros remunerados	0	5
Opções ainda não exercíveis		
Quantidade	-	1.336.261
Data em que se tornarão exercíveis	-	31/07/2023
Prazo máximo para exercício das opções	-	31/07/2026
Prazo de restrição à transferência das ações	-	Não aplicável
Preço médio ponderado de exercício	-	R$21,81
Valor justo das opções no último dia do exercício social	-	R$7,28
Opções exercíveis		
Quantidade	-	-
Prazo máximo para exercício das opções	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-
Preço médio ponderado de exercício	-	-
Valor justo das opções no último dia do exercíciosocial	-	-
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	-	-

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não aplicável, visto que, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020, não houve opções exercidas ou ações entregues pela Companhia relativas à remuneração baseada em ações para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

No âmbito da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de julho de 2020, foram aprovados o Plano de Remuneração em Opções de Compra de Ações ("**Plano de Opções**") e o Plano de Ações Restritas – Programa de *Matching Shares* ("**Plano de Matching**" e, em conjunto com o Plano de Opções, "**Planos**").

As informações exigidas pela regulamentação aplicável relacionadas à aprovação do Plano constam da proposta da administração para a AGOE, nos termos do artigo 13 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada. Para mais informações veja os itens 13.4, 13.5 e 13.16 do Formulário de Referência.

(a) modelo de precificação

Com relação ao Plano de Opções, o modelo de precificação é o Método Binomial:

- Divide o ciclo do plano em períodos fixos (padrão Hay de 1000 steps);
- A premissa do modelo é que a cada nó, o preço da ação poderá subir ou descer em função de uma probabilidade pré-determinada;
- As variáveis de cálculo são: Taxa Livre de Risco (SELIC), dividend yield, a volatilidade da ação, prazo de vesting e prazo e exercício;
- Resulta em um número finito de possibilidades de valor da ação ao final do plano; e
- O valor da ação é definido como o valor presente ponderado dos ganhos nos diferentes cenários.

Com relação ao Plano de Matching, a precificação corresponde ao valor da ação.

(b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Com relação ao Plano de Opções:

- Preço de Exercício: O preço de exercício será a média dos pregões dos últimos 60 dias.
- Taxa Livre de Risco (SELIC 20/01/21): 2,00% a.a.
- Dividend Yield (março/18 a março/20)(*): 1.90%(**)
- Volatilidade (março/18 a março/20): 34,03%(**)
- Vesting: 100% em 3 anos(***)
- Período de Exercício: 3 anos (6 anos)

(*) Excluímos o dividendo pago em abr/19 por estar muito acima da prática de mercado e histórica.

(**) Com relação ao previsto para o exercício corrente, a ser confirmado na data da efetiva outorga.

(***) Com relação ao previsto para o exercício corrente, usado apenas para os cálculos considerando o prazo que foi aprovado no programa de 2020.

Com relação ao Plano de Macthing, a precificação corresponde ao valor da ação.

(c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Desligamentos voluntários, involuntários, morte e acidentes não foram considerados no cálculo – padrão global Korn Ferry para comparabilidade de valores entre as empresas

(d) forma de determinação da volatilidade esperada

Dados extraídos da plataforma capital IQ

(e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não foi usada.

13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis detidas por administradores e conselheiros fiscais – por órgão

A tabela abaixo apresenta a quantidade de ações de emissão da Companhia detidas em 31 de dezembro de 2020, pelos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal.

Órgão	Ações de emissão da Companhia	
	Quantidade	%
Conselho de Administração	361.000	0,03%
Diretoria Estatutária	0	0%
Conselho Fiscal	0	0%

Os membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal não detinham, em 31 de dezembro de 2020, direta ou indiretamente, quaisquer ações ou cotas detidas (ou outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas) de emissão de controladas da Companhia, observado que na referida data a Companhia não possuía acionista controlador.

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Item	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	Não há	5
Nº de membros remunerados	Não há	5
Nome de plano	Plano Petros-2 ("**PP-2**")	
Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	Não aplicável	Tendo em vista que os administradores da Companhia são de natureza estatutária e, consequentemente, podem ser destituídos do cargo a qualquer momento por decisão do Conselho de Administração ou da Assembleia Geral, não há que se cogitar o quantitativo ou condições de aposentadoria antecipada.
Condições para se aposentar antecipadamente	Não aplicável	Tendo em vista que os administradores da Companhia são de natureza estatutária e, consequentemente, podem ser destituídos do cargo a qualquer momento por decisão do Conselho de Administração ou da Assembleia Geral, não há que se cogitar o quantitativo ou condições de aposentadoria antecipada.
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores (em R$)	Não aplicável	R$1.648.743,79
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores (em R$)	Não aplicável	R$832.380,21
Possibilidade e condições para resgate antecipado	O PP-2 possui condições e regras específicas para resgate antecipado, dentre elas a possibilidade do resgate apenas dos aportes efetuados pelos participantes. De forma geral, caso o administrador deseje resgatar os valores aportados ao plano, que só pode ser realizado mediante cessação de seu vínculo com a Companhia, este receberá o saldo referente às suas contribuições, não podendo ser resgatado o saldo referente à conta de valores aportados pela Companhia. As alternativas ao resgate são o auto patrocínio, que possibilita a percepção de benefícios previstos no plano, mesmo com a perda de vínculo e da remuneração paga pela Companhia; e a portabilidade, onde o administrador porta o saldo total das contribuições individuais e da Companhia para outro plano de previdência privada.	

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
Valores anuais	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Nº de membros	5	4,75	4,83	9	8,75	9,67	3,00	3,00	3,00
Nº de membros remunerados	5	4,75	4,83	9	8,75	9,67	3,00	3,00	3,00
Valor da maior remuneração (Reais)	3.514.318,26	1.899.838,75	2.290.754,56	1.466.682,64	149.686,84	141.781,44	237.528,96	134.047,92	141.781,44
Valor da menor remuneração (Reais)	1.687.263,43	1.899.838,75	1.976.252,71	1.080.000,00	7.819,46	141.781,44	237.528,96	134.047,92	141.781,44
Valor médio da remuneração (Reais)	3.023.848,46	2.085.716,95	2.096.161,07	1.235.429,48	164.985,33	140.236,76	237.528,96	133.303,21	142.029,67

Diretoria Estatutária	
31/12/2020	O número total de membros e de membros remunerados de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº 01/2021. O membro detentor da maior remuneração individual exerceu suas funções durante os 12 meses do exercício social. A menor remuneração anual individual foi apurada com a exclusão de todos os membros que exerceram a função por menos de 12 meses.
31/12/2019	O número total de membros e de membros remunerados de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº 01/2021. Somente um membro da Diretoria Estatutária exerceu a função por 12 meses. O valor da menor remuneração anual individual foi apurado com a exclusão dos membros que exerceram por menos de 12 meses na função. Dessa forma, a maior e a menor remuneração são relacionadas ao mesmo membro.
31/12/2018	O número total de membros e de membros remunerados de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº 01/2021. - O valor da menor remuneração anual individual foi apurado com a exclusão dos membros que exerceram por menos de 12 meses na função. - Para informar a maior remuneração da Diretoria Executiva, consideramos todas as remunerações individuais reconhecidas no resultado do exercício social, sendo que o membro detentor da maior remuneração individual exerceu suas funções durante os 12 meses do exercício social, ocupando o cargo de Presidente.
Conselho de Administração	
31/12/2020	O número total de membros e de membros remunerados de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº 01/2021. O membro detentor da maior remuneração individual exerceu suas funções durante os 12 meses do exercício social. A menor remuneração anual individual foi apurada com a exclusão de todos os membros que exerceram a função por menos de 12 meses.
31/12/2019	No Conselho de Administração todos os membros ficaram por menos de 12 meses. Nesse caso, a apuração foi realizada conforme orientação constante no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº 01/2021: o valor da maior e da menor remuneração anual individual foram apurados considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício.

31/12/2018	O número total de membros e de membros remunerados de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº 01/2021. - O valor da menor remuneração anual individual foi apurado com a exclusão dos membros que exerceram por menos de 12 meses na função. - Para informar a maior remuneração da Diretoria Executiva, consideramos todas as remunerações individuais reconhecidas no resultado do exercício social, sendo que o membro detentor da maior remuneração individual exerceu suas funções durante os 12 meses do exercício social, ocupando o cargo de Presidente. No Conselho de Administração e no Conselho Fiscal, o membro detentor da maior remuneração individual exerceu suas funções durante os 12 meses do exercício social.
Conselho Fiscal	
31/12/2020	O número total de membros e de membros remunerados de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº 01/2021. O membro detentor da maior remuneração individual exerceu suas funções durante os 12 meses do exercício social. A menor remuneração anual individual foi apurada com a exclusão de todos os membros que exerceram a função por menos de 12 meses.
31/12/2019	No Conselho Fiscal, o membro detentor da maior remuneração individual exerceu suas funções durante os 12 meses do exercício social. A menor remuneração anual individual de cada órgão foi apurada com a exclusão de todos os membros do respectivo órgão que exerceram a função por menos de 12 meses.
31/12/2018	O número total de membros e de membros remunerados de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº 01/2021. - O valor da menor remuneração anual individual foi apurado com a exclusão dos membros que exerceram por menos de 12 meses na função. - Para informar a maior remuneração da Diretoria Executiva, consideramos todas as remunerações individuais reconhecidas no resultado do exercício social, sendo que o membro detentor da maior remuneração individual exerceu suas funções durante os 12 meses do exercício social, ocupando o cargo de Presidente. No Conselho de Administração e no Conselho Fiscal, o membro detentor da maior remuneração individual exerceu suas funções durante os 12 meses do exercício social.

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Até a data de publicação do Formulário de Referência, não há uma política aprovada que determine o pagamento de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

Entretanto, por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia pode celebrar contrato com dirigentes prevendo indenização como compensação pela vedação de práticas de atos considerados de concorrência com a Companhia, estando o valor abrangido no montante de remuneração global aprovado pela Assembleia Geral Ordinária.

Para detalhes relativos a apólices de seguros ou contratos de indenidade envolvendo o pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores da Companhia, veja o item 12.11 do Formulário de Referência.

13.13 - Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Exercício	Diretoria Executiva	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
2020	0,00%	0,00%	0,00%
2019	26,32%	0,00%	38,54%
2018	38,23%	21,60%	50,06%

(*) Foram considerados, para efeitos de cálculos, todos os administradores que tinham vínculo empregatício ou que exerciam alguma função na Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras até 29 de julho de 2019 (data da conclusão da oferta pública de distribuição secundária de ações de emissão da Companhia, por meio da qual a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras deixou de ser controladora da Companhia. A remuneração considerada é proporcional ao período.

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Não houve, nos últimos três exercícios sociais, pagamento de remuneração para membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva ou do Conselho Fiscal por qualquer razão que não a função que ocupam.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Os membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal não recebem remuneração de controladores, diretos ou indiretos, ou de sociedades sobre controle comum em razão do desempenho de suas funções na Companhia.

13.16 - Outras informações relevantes

Informações gerais aplicáveis à seção 13

As informações referentes aos exercícios sociais de 2018 a 2020 constantes neste item 13 correspondem às informações relativas a janeiro a dezembro de cada exercício social, não tendo correlação, consequentemente, com o montante aprovado nas Assembleias Geral Ordinárias referentes a tais períodos, que correspondem ao período de abril a março do exercício social subsequente.

O número de membros total e remunerados de cada órgão, constante no item 13.2 do Formulário de Referência foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº 01/2021, conforme quadro abaixo:

Remunerados(*)	Diretoria Executiva			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	2018	2019	2020	2018	2019	2020	2018	2019	2020
Janeiro	5	5	5	9	10	9	3	3	3
Fevereiro	5	5	5	9	10	9	3	3	3
Março	5	4	5	9	10	9	3	3	3
Abril	5	4	5	9	10	9	3	3	3
Maio	5	4	5	10	9	9	3	3	3
Junho	5	5	5	10	8	9	3	3	3
Julho	4	5	5	10	7	9	3	3	3
Agosto	4	5	5	10	7	9	3	3	3
Setembro	5	5	5	10	7	9	3	3	3
Outubro	5	5	5	10	9	9	3	3	3
Novembro	5	5	5	10	9	9	3	3	3
Dezembro	5	5	5	10	9	9	3	3	3
Média	4,83	4,75	5	9,67	8,75	9	3,00	3,00	3,00

(*) Todos os membros da Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Conselho Fiscal são remunerados.

Esclarecimentos sobre a remuneração variável anual (RVA)

O programa de Remuneração Variável Anuais ("**RVA**"), vigente até 2019, era o programa visando a retribuição pelos esforços na construção dos resultados alcançados, além do caráter motivador para cumprimento dos objetivos estratégicos, de modo a alinhar os interesses dos membros da Diretoria Executiva aos da Companhia.

O pagamento ocorria de forma diferida (60% no exercício seguinte ao de referência e o restante em parcelas anuais), o que implica que havia valores previstos para pagamentos referentes aos programas dos exercícios de 2017, 2018 e 2019 para o exercício social findo em 2020 e posteriores.

Considerando a aprovação da Revisão da Remuneração, de forma a não haver dois programas de incentivo de curto prazo distintos, foi aprovado o pagamento da totalidade dos valores devidos em 2020, no montante de R$3.696.966,48, encerrando quaisquer pendências relativas aos programas de RVA.

Encargos sociais referente à remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal

Em observância ao Ofício Circular CVM/SEP/Nº 01/2021, as informações de remuneração dos itens da seção 13 do Formulário de Referência estão sem a incidência dos encargos sociais.

Com o intuito de manter a transparência e acesso às referidas informações, seguem abaixo o montante de encargos sociais reconhecidos no resultado da Companhia nos últimos três exercícios sociais além do previsto para o exercício social corrente:

Encargos sociais previstos para o exercício social corrente (31/12/2021) - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Total**
Salário ou pró-labore	1.656.000,00	1.732.800,00	162.000,00	3.550.800,00
Bônus	0,00	2.664.984,00	0,00	2.664.984,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração baseada em ações, incluindo opções	1.656.000,00	2.632.800,00	0,00	4.288.800,00
Total de encargos sociais	**3.312.000,00**	**7.030.584,00**	**162.000,00**	**10.504.584,00**

Encargos sociais do exercício social encerrado em 31/12/2020 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Total**
Salário ou pró-labore	2.223.773,08	1.783.432,81	142.517,34	4.149.723,23
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração baseada em ações, incluindo opções	0,00	272.365,71	0,00	272.365,71
Total de encargos sociais	**2.223.773,08**	**2.055.798,52**	**142.517,34**	**4.422.088,94**

Encargos sociais do exercício social encerrado em 31/12/2019 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Total**
Salário ou pró-labore	188.028,06	1.877.057,98	60.842,83	2.125.928,86
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração baseada em ações, incluindo opções	0,00	0,00	0,00	0,00
Total de encargos sociais	**188.028,06**	**1.877.057,98**	**60.842,83**	**2.125.928,86**

Encargos sociais do exercício social encerrado em 31/12/2018 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Total**
Salário ou pró-labore	224.701,76	2.184.180,88	54.650,22	2.463.532,86
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00

Remuneração baseada em ações, incluindo opções	0,00	0,00	0,00	0,00
Total de encargos sociais	**224.701,76**	**2.184.180,88**	**54.650,22**	**2.463.532,86**

Informações adicionais referentes ao item 13.9

Em 31 de dezembro de 2020, os membros da Diretoria Não-Estautária da Companhia eram titulares de 1.874 ações de emissão da Companhia, representando 0,0002% do capital social da Companhia.